

SIMPÓSIO 50

A ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA:  
ABORDAGENS RETÓRICO-DISCURSIVAS

COORDENADORES

Melliandro Mendes Galinari  
(Universidade Federal de Ouro Preto)

Helcira Maria R. de Lima  
(Universidade Federal de Minas Gerais)



## **O EU E O OUTRO: AFORIZAÇÃO, ARGUMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IMAGENS NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL BRASILEIRA DE 2014<sup>1</sup>**

Glaucia Muniz Proença LARA<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Neste artigo, por meio de um “diálogo” entre a análise do discurso francesa (AD) e os estudos da argumentação na língua, buscamos chegar às imagens que os três candidatos mais proeminentes – Aécio Neves, Dilma Rousseff e Marina Silva – ao 1º turno da eleição presidencial brasileira de 2014 construíram de si (éthos) e dos adversários, via enunciados destacados/aforizados pelas mídias (imprensa e digital). Essas “pequenas frases” destacadas de textos, que (re)apareciam como títulos, intertítulos ou legendas de foto das matérias divulgadas no mês anterior ao 1º turno da referida eleição, foram examinadas por meio das marcas da argumentação na língua: conectores, índices de avaliação, modalidades etc. Se os resultados foram compatíveis com o que esperávamos, ou seja, a construção de uma imagem positiva de si e negativa do(s) outro(s), no contexto em foco (eleição), os índices linguísticos estudados foram fundamentais para desvelar essas imagens e a forma como são forjadas por cada sujeito. Não podemos também perder de vista a influência das mídias na construção desse complexo “jogo de imagens”, ao destacarem certos enunciados em detrimento de outros igualmente disponíveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aforização; imagem; discurso; argumentação; eleição presidencial.

Em 05 de outubro de 2014, realizou-se, no Brasil, o 1º turno da eleição presidencial, que contou com onze candidatos no total, mas apenas três – Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), que concorria à reeleição; Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Marina Silva, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) – com condições de ir para o 2º turno, de acordo com pesquisas divulgadas nos meses anteriores ao pleito por institutos como o IBOPE. Considerando a importância desse evento político no cenário nacional e internacional e a ampla cobertura que lhe foi dada nas/pelas mídias, é nosso objetivo, neste artigo,

---

1 Este trabalho foi apresentado no V SIMELP (Lecce – Itália), com apoio financeiro da FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

2 Professora da Faculdade de Letras da UFMG. Endereço: Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha 31.270-010 - Belo Horizonte, MG – Brasil - E-mail: [gmplara@gmail.com](mailto:gmplara@gmail.com).

apreender as imagens (ou representações) que cada um dos três candidatos constrói de si (éthos) e dos outros (adversários).

Para tanto, analisaremos os enunciados destacados ou aforizações atribuídos(as) a esses três candidatos por revistas e jornais de ampla circulação em nosso país (no formato impresso ou na versão *online*) e em portais, *blogs* e *sites* da internet, no período compreendido entre 1º de setembro e 4 de outubro de 2014 (portanto, em torno de um mês antes desse 1º turno). A noção de aforização, tal como foi cunhada por D. Maingueneau (2012), define-se, em linhas gerais, como uma “pequena frase”, isto é, um enunciado curto e propenso a retomada(s) que, destacado de um texto, passa a ser (re)utilizado como legenda de foto, título ou intertítulo.

Em consonância com pesquisas anteriores (ver, por exemplo, Lara, 2014), tomamos as aforizações como um poderoso recurso de que as mídias lançam mão para forjar o éthos de um dado ator político. Ocorre, assim, uma co-construção de éthos, já que as falas são do ator político (é ele a fonte da enunciação e, como tal, o “fiador” dessas falas), mas a decisão e a forma de destacá-las (em detrimento de outras falas, igualmente disponíveis) são de responsabilidade das mídias.

Essa relação entre aforização e éthos (enquanto imagem de si que o locutor constrói) será ampliada, no presente trabalho, para abarcar também as imagens que esse locutor constrói de seus adversários políticos, já que se trata de uma situação de disputa de poder, em que não basta falar de si; é preciso também falar do outro para vencer a acirrada disputa eleitoral. Quanto ao dispositivo de análise para a apreensão desse complexo “jogo de imagens”, recorreremos às “marcas linguísticas” da argumentação presentes nas aforizações selecionadas, fazendo, pois, dialogarem essa vertente dos estudos sobre a argumentação (aquela que se inscreve na língua) e a análise do discurso francesa – AD.

## **A argumentação na língua: contribuições de Ducrot**

Denominando a disciplina no interior da qual se situam suas pesquisas como uma “pragmática semântica” ou uma “pragmática linguística”, Ducrot (1987:163) admite que, se a ação humana, em geral, pode ser tomada como objeto da pragmática, o termo “pragmática da linguagem” serviria para designar, nesse vasto conjunto de

investigações, aquelas que “dizem respeito à ação humana realizada pela linguagem, indicando suas condições e seu alcance”. Nesse quadro, o autor se pergunta por que é possível usar certas palavras para influenciar o outro, ou seja, por que “certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de eficácia”.

Trata-se, pois, de uma pragmática/semântica de base linguística, em que a noção de argumentação é crucial. Assim, é preciso admitir que há enunciados cujo traço constitutivo é o de serem utilizados com a pretensão de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com a exclusão de outras. Cumpre, portanto, determinar sua “orientação argumentativa”, isto é, as conclusões para as quais podem servir de argumento. Nessa perspectiva, a argumentatividade não constitui algo apenas acrescentado ao uso linguístico; pelo contrário, ela está inscrita na própria língua, podendo manifestar-se por meio de elementos como: os operadores argumentativos, os indicadores modais, os índices de avaliação, os indicadores atitudinais, os marcadores de pressuposição, entre outros.

Como foi dito anteriormente, são esses elementos que nos permitirão, a partir do estabelecimento de um estreito diálogo entre os estudos da argumentação na língua e a AD, apreender em enunciados destacados (aforizações) pelas mídias, em torno de um mês antes da realização do 1º turno da eleição presidencial brasileira, como os três principais candidatos: Aécio Neves, Dilma Rousseff e Marina Silva, vão construindo imagens discursivas do “eu” (éthos) e do(s) outro(s).

### **Aforização e éthos: um diálogo possível**

Maingueneau (2012) define a aforização como uma “frase sem texto”. Isso porque, no seu entender, ela implica um tipo de enunciação que obedece a uma outra lógica, distinta da do texto. Do ponto de vista mais imediato, isso significa que a aforização não é nem precedida nem seguida de outras frases com as quais estaria ligada por relações de coesão, de modo a formar uma unidade textual, ancorada num gênero de discurso. Logo, o que caracteriza a aforização é a recusa em entrar na lógica do texto e do gênero de discurso, o que não significa, por outro lado, que ela seja destituída de contexto. O que ocorre é que, no caso das aforizações que nos interessam aqui – as

secundárias<sup>3</sup> – o contexto se desdobra em dois: um contexto fonte e um contexto de recepção, sendo a distância entre esses dois contextos responsável, via de regra, pelas alterações a que o contexto de recepção submeteria o enunciado destacado, ativando, inclusive, potencialidades semânticas outras, para além daquelas presentes no contexto original (Maingueneau, 2012:25-27).

Cabe ressaltar ainda que há dois tipos de aforização secundária: por destacamento *forte* e por destacamento *fraco*. No primeiro, os enunciados destacados rompem com o texto de origem – ou seja, do ponto de vista do consumidor de mídias, esse texto não existe –, enquanto, no segundo, os enunciados destacados são vizinhos do texto de origem. Portanto, no destacamento fraco, os enunciados mantêm um elo com o texto de origem, embora isso não implique uma fidelidade absoluta. No presente trabalho, abordaremos aforizações tanto por destacamento forte quanto por destacamento fraco, pois o que nos interessa é reunir as aforizações, apreendidas em diferentes publicações/veículos, para chegar ao “jogo de imagens” que se instaura no disputado contexto do 1º turno da eleição presidencial brasileira de 2014.

Embora liste alguns índices que orientam para um diagnóstico de aforização (enunciado constituído, em geral, de uma única frase; presença de verbos como *repetir* e *martelar*, que ressaltam o caráter memorizável da aforização; caráter genérico do enunciado, entre outros), Maingueneau (2012:50-58) ressalta que a aforização pura não existe, já que cada aforização pertence necessariamente a um tipo e sofre coerções por esse pertencimento.<sup>4</sup>

Nessa perspectiva, as mídias (no nosso caso, impressa e digital), ao “des(con)textualizarem” certos enunciados, separando-os do seu contexto de origem (o do texto fonte), e os destacarem em outros (novos) contextos, contribuem para a construção da imagem que cada ator político dá de si mesmo ao outro (éthos) e daquelas que constrói de seus adversários. No entanto, como já foi dito, não podemos perder de vista que essa construção discursiva de imagens é, na realidade, uma co-construção entre aquele que fala (o fiador) e os “recortes” que as mídias fazem dessa fala (em detrimento de outros enunciados igualmente disponíveis à aforização). Isso nos leva a, compartilhar a opinião de Charaudeau (2006a) sobre o papel fundamental que as mídias

---

3 As aforizações podem ser *primárias* (autônomas), como é o caso dos provérbios, máximas e adágios, ou *secundárias* (aquelas que são destacadas de um texto). O presente trabalho volta-se, de forma privilegiada, para esse segundo tipo de aforização.

4 Por exemplo, em situações de disputa política, como a que aqui se examina, as aforizações tendem a perder seu caráter generalizante e a investir mais na oposição “eu/nós” *versus* “ele(s)”, por meio da qual as imagens em jogo vão sendo construídas.

desempenham na formação da opinião pública.

Quanto à noção de *éthos*, nos limitaremos aqui, por razões de espaço, à releitura desse conceito, no quadro da AD, pelos já citados Maingueneau (2006, 2008, 2010) e Charaudeau (2006b), esse último tratando mais especificamente do *éthos* político.

Maingueneau (2006, 2008, 2010), ampliando a noção de *éthos* de trabalhos anteriores em que articulava essa noção apenas à enunciação (a uma “maneira de dizer”), admite a existência de um “*éthos* efetivo”, que resulta da interação de diversos fatores: 1) um *éthos* pré-discursivo, isto é, a imagem prévia que se tem do enunciador, antes mesmo que ele abra a boca; 2) um *éthos* discursivo, dividido em *éthos* dito e *éthos* mostrado. Este pode ser assimilado ao “tom” que o enunciador confere ao seu discurso: pela entonação, pela seleção vocabular etc; é uma instância ligada à enunciação. Já o *éthos* dito remete aos “fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação [...] – diretamente (‘é um amigo que lhes fala’) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo” (Maingueneau, 2008:18). Trata-se de uma instância ligada ao enunciado. O autor constata, porém, a impossibilidade de se definir uma fronteira nítida entre o dito e o mostrado, preferindo posicionar esses dois *éthos* nos extremos de uma linha contínua. Cabe lembrar ainda que há “estereótipos ligados aos mundos éticos” interagindo com essas várias instâncias de *éthos*, no esquema geral proposto por Maingueneau.

No presente trabalho, em consonância com a posição do autor (Maingueneau, 2008), não nos preocuparemos em distinguir *éthos* dito e *éthos* mostrado, valendo-nos da noção geral de *éthos* discursivo (que buscaremos cotejar com o *éthos* prévio ou pré-discursivo, quando for pertinente) nas aforizações selecionadas. Desse modo, partimos da hipótese de que o conjunto dos “traços *éthicos*”, apreendidos nas diferentes aforizações atribuídas a Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva numa dada cena de enunciação (referente ao 1º turno da eleição presidencial de 2014) permitirá chegar ao *éthos* discursivo desses candidatos.

Charaudeau (2006b:87-88), por sua vez, assumindo que a dupla identidade discursiva/social do sujeito – e, portanto, seu *éthos* – passa por representações sociais que circulam num dado grupo (e que são configuradas como imaginários sociodiscursivos), aborda a dificuldade de se apreender o *éthos* político, dada a existência de traços que podem contradizer-se e mesmo derivar para efeitos não desejados. Entretanto, como destaca o autor, o *éthos* do ator político precisa ser, ao mesmo tempo, crível, já que “não há político sem que se possa crer em seu poder de

fazer” e suporte de identificação à sua pessoa, pois “para aderir às suas ideias, é preciso aderir à sua pessoa” (Charaudeau, 2006b:118).

Esses dois aspectos podem ser reunidos em dois *éthe*: o *éthos* de credibilidade e o *éthos* de identificação que subsumem outros *éthe*. Nessa perspectiva, o *éthos* de credibilidade compreenderia os *éthe* de “competência”, de “sério” e de “virtude” (Charaudeau, 2006b:119-125), enquanto o *éthos* de identificação se desdobraria nos *éthe* de “inteligência”, de “potência”, de “caráter”, de “chefe”, de “humanidade” e de “solidariedade” (*op. cit.*:137-166).

Como dissemos em outras oportunidades, além da imagem (*éthos*) que cada “aforizador” dá de si mesmo ao destinatário/eleitor, há também imagens dos adversários que vão sendo paralelamente construídas (e que, evidentemente, também interferem, por comparação/oposição, na construção da própria imagem). Nesse sentido, podemos adiantar que, em se tratando de uma situação de acirrada disputa política, cada candidato tenderá a construir uma imagem positiva de si e outras – negativas – dos “inimigos”. O que nos interessa, particularmente, é verificar como uma e outras vão sendo “tecidas”, no fio do discurso, por procedimentos linguísticos específicos.

Em outras palavras: neste artigo, privilegiaremos os enunciados destacados (aforizações) coletados em fontes midiáticas diversas no contexto brasileiro, procurando apreender, por meio das “marcas linguísticas da argumentação” (operadores argumentativos, escolhas lexicais, indicadores modais, índices de avaliação etc), como se dá a construção da imagem de si (*éthos*) de cada ator político e das imagens correlatas que ele projeta para seus concorrentes.

Esclarecemos, finalmente, que nossa análise não buscará tecer juízos de valor sobre a pessoa ou sobre a atuação político-partidária dos três candidatos selecionados, mas apenas apreender a forma como eles constroem, via aforizações destacadas/divulgadas pelas mídias, as imagens de si e dos outros que vão alimentar os imaginários sociodiscursivos em jogo no cenário político brasileiro. Dito isso, passemos às aforizações e suas análises.

### **Aforização, *éthos* e marcas linguísticas da argumentação no jogo político**

No que se refere à delimitação do *corpus*, dada a complexidade de um trabalho que envolvesse todos os suportes midiáticos (imprensa, rádio, televisão), optamos pela

imprensa escrita de informação. Coletamos, assim, enunciados destacados atribuídos a Aécio Neves, Dilma Rousseff e Marina Silva no mês anterior à realização do 1º turno da eleição (setembro/outubro de 2014). Para encontrar o maior número possível de aforizações, não determinamos *a priori* as publicações que seriam investigadas. Fizemos consultas semanais a diversos jornais e revistas de grande circulação no Brasil (na versão impressa ou *online*) e a portais, *blogs* e *sites* da internet, usando, para esse fim, o instrumento de busca do *Google*. Em função dos objetivos do presente trabalho, ativemo-nos às aforizações em que os candidatos falavam, direta ou indiretamente, de si mesmos ou dos outros e, em consonância com a posição de Maingueneau (2012) de que as aforizações prototípicas são citações em estilo direto, descartamos todos os enunciados destacados em discurso indireto.

Também não nos preocupamos com a questão da quantidade, já que, do ponto de vista da AD, o mais importante não são os números (embora se possa recorrer a eles, se necessário), mas a descrição e a interpretação dos dados coletados (no nosso caso, fatos linguístico-discursivos), a fim de apreender/compreender um determinado fenômeno. Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa (descritiva e interpretativa).

Para agilizar a exposição, apresentaremos e analisaremos, em conjunto, as aforizações (secundárias) atribuídas a cada candidato, primeiramente em relação a si mesmo e, em seguida, no que se refere aos opositores, focalizando as marcas linguísticas da argumentação,<sup>5</sup> de modo a apreender as imagens do eu (*éthos*) e do outro que esses “fragmentos de texto”, no seu conjunto, mobilizam. Nesse caso, marcaremos cada aforização como DFo (para destaque forte, quando o texto fonte não estiver disponível) e DFr (para destaque fraco, quando houver um texto contíguo que permita recuperar a aforização). Nesse último caso, especificaremos se se trata de legenda de foto, de título ou de intertítulo, que são as formas mais usuais de transformação de enunciados, “recortados” de textos contíguos, em aforizações. Já no que se refere ao destaque forte, as aforizações aparecem, via de regra, em seções do tipo “Semana” (revista *IstoÉ*) ou “Dois pontos” (revista *Época*), que trazem um conjunto bastante eclético de citações atribuídas a pessoas famosas ou a especialistas, não raramente acompanhadas de fotos ou caricaturas dos locutores/aforizadores.

---

5 Nesse caso, não analisaremos todas as “marcas”, mas apenas as que nos parecem mais relevantes na/para a construção de sentidos. Assumimos, assim, a posição de que nenhuma análise esgota seu objeto, que permanece aberto para novas investigações.

Um caso bem específico é o das aforizações que constam em capas de revista. Embora possa haver, no interior da publicação, um texto (reportagem, entrevista) de onde a aforização tenha sido recortada (ou adaptada), consideramos que se trata de uma variação do destacamento forte (que marcaremos com a notação DFo<sup>1</sup>). Isso porque, embora o leitor possa ter acesso ao texto fonte, tal acesso não é imediato (como ocorre no destacamento fraco *stricto sensu*), o que aproximaria tais aforizações do destacamento forte (mesmo que em menor grau). Dito isso, ouçamos a “voz” dos candidatos.

## Aécio Neves

### 1. Aécio por Aécio:

\* “Eu sou a mudança segura.” (*Istoé*, ano 38, n. 2337, 10/09/2014– DFo<sup>1</sup>/ DFr (capa de revista, retomada como título da entrevista com o candidato).

\* “Nossa proposta vai ser compreendida, na hora da decisão, como a melhor para o Brasil.” (*Istoé*, ano 38, n. 2337, 10/09/2014 - DFr (intertítulo, retirado da entrevista citada)

\* “Eu sei fazer sonho virar realidade.” (*Veja*, ano 47, ed. 2392, n. 39, 24/09/2014) – DFo<sup>1</sup> (capa da revista).

\* “Eu estarei no segundo turno. Tem de perguntar a Marina o que ela vai fazer.” (*Época*, n. 852, 29/09/2014). – DFr (legenda de foto de reportagem).

\* “Vamos mudar na direção correta”, diz Aécio Neves em MG. (Disponível em: <http://www.jornaldoeste.com.br/eleicoes-2014/2014/09/vamos-mudar-na-direcao-correta-diz-aecio-neves-em-mg/1190685/>) – DFr (título de reportagem publicada em 06/09/2014).

\* “Preciso de Minas para ser presidente”, afirma Aécio. (Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/politica/eleicoes/noticias/preciso-de-minas-para-ser-presidente-afirma-aecio-1624723>) - DFr (título de reportagem publicada em 22/09/2014).

**Comentários:** A seleção lexical, marcada pelos termos “mudança”/“mudar”, anunciam Aécio Neves como aquele que vai “virar o jogo” político até então liderado pelo PT de Dilma Rousseff (e de Luís Inácio Lula da Silva, que antecedeu Dilma). Mas não basta apenas mudar: é preciso fazer isso de forma “segura” e na direção “correta”, índices de avaliação que permitem qualificar a proposta de Aécio como “a melhor para o Brasil”. Nesse caso, o superlativo (relativo) “a melhor” funciona como um operador de comparação, que destaca a superioridade da proposta de Aécio – e, por extensão, do próprio candidato –, ao mesmo tempo em que omite os termos comparantes (as propostas dos concorrentes).

Aliás, a competência do ex-governador de Minas para promover mudanças é tão grande que chega a ganhar contornos idealistas ou – diríamos mesmo – utópicos na ação de “fazer sonho virar realidade”. O verbo *virar* (no sentido de “transformar-se em”, “tornar-se”), que funciona como um marcador de pressuposição (afinal, só se pode *virar* aquilo que não se é), instaura o pressuposto de que se “sonho” não é “realidade” pode vir a ser, pois o candidato “sabe” fazer a transposição de um para a outra, o que (subentende-se) os demais candidatos não sabem. Assim, ele se mostra atento às expectativas (aos sonhos) dos eleitores e revela sua disposição de concretizá-los (de transformá-los em realidade).

Há que se observar a presença dos tempos verbais do mundo comentado (presente do indicativo e futuro do presente, como em “Eu estarei no 2º turno.”) que acentuam o engajamento do locutor/aforizador, a certeza em relação ao que enuncia. Esse “tom” determinado e assertivo que predomina na construção do éthos discursivo de Aécio suaviza-se por uma espécie de “toque” de humanidade, quando o candidato admite que não é autossuficiente (já que precisa de Minas para ser presidente), apontando, pois, para uma necessidade deôntica que, como se verá mais adiante, contrasta com o isolamento de Dilma em relação ao eleitorado.

## 2. Aécio sobre Dilma

\* “O sentimento geral dos brasileiros é um só: já deu de governo Dilma.” (*IstoÉ*, ano 38, n. 2335, 27/08/2014) – DFr (legenda de foto de reportagem).

\* “A inexperiência da Dilma no governo custou muito caro ao Brasil.” (*IstoÉ*, ano 38, n. 2337, 10/09/2014 – DFr (legenda de foto de entrevista).

\*\*“Dilma está fechada no palácio, não veio aqui olhar para vocês.” Aécio Neves, pré-candidato do PSDB (*Época*, n.831, 05/05/2014. DFr (intertítulo/legenda de reportagem]).

\*\*\*Dilma perdeu a capacidade de gerir o país”, diz Aécio ao Metro. (Disponível em: <http://www.metrojornal.com.br/nacional/brasil/dilma-perdeu-a-capacidade-de-gerir-o-pais-diz-aecio-ao-metro-130717>.) DFr (Título de reportagem publicada em 29/09/2014).

## 3. Aécio sobre Marina

\*\*\*“É fundamental que tenhamos uma política econômica diferente da que está aí; tampouco o Brasil comporta novas aventuras, improvisos.” De Aécio Neves para a candidata Marina Silva, ao criticar a “falta de coerência” do conceito de “nova política” por ela defendido. (*IstoÉ*, ano 38, n. 2336, 03/09/2014) – DFo (Citação na seção: *Semana*).

\*\*\*“A negação da política é estranha vindo da Marina, que milita na política tradicional há mais de 20 anos.” (*IstoÉ*, ano 38, n. 2337, 10/09/2014) – DFr (legenda de foto em entrevista).

\* A melhor frase de Aécio: “É a Marina que se calou no escândalo do mensalão e continuou no governo petista?” (Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/2014/09/04/a-melhor-frase-de-aecio-e-a-marina-que-se-calou-no-escandalo-do-mensalao-e-contin>) – DFr (título, retomado como intertítulo, em artigo de opinião).

#### 4. Aécio sobre Dilma e Marina

\*“De um lado, temos uma candidata que mente e, do outro, uma candidata que se desmente o tempo inteiro.” Aécio Neves, candidato do PSDB à Presidência da República, em ataque duplo às adversárias Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PSB) (*IstoÉ*, ano 38, n. 2340, 01/10/2014) – DFo (Citação na seção *Semana*).

\* Existem duas vertentes do PT disputando as eleições”, diz Aécio Neves. (Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/eleicoes-2014/noticia/2014/09/existem-duas-vertentes-do-pt-disputando-as-eleicoes-diz-aecio-neves-4593391.html>) – DFr (título de reportagem publicada em 08/09/2014)

\* “Marina no lugar de Dilma é trocar seis por meia dúzia.” (Disponível em: <http://www.correiadoestado.com.br/politica/marina-no-lugar-de-dilma-e-trocar-seis-por-meia-duzia-afirma-aecio/227671/>) – DFr (título de reportagem publicada em 20/09/2014)

**Comentários:** Como era de esperar, a imagem negativa que o senador mineiro constrói de suas duas concorrentes mais sérias (aquelas com possibilidade de ir para o 2º turno) contrasta, nitidamente, com a imagem positiva (éthos) que ele dá de si mesmo ao destinatário/eleitor. Se seu tom firme e assertivo e aquilo que ele diz de si mesmo (por exemplo: “Eu sou a mudança segura.”) apontam para um éthos de seriedade e competência, a Presidente Dilma, que tenta se reeleger para um 2º mandato, é, ao contrário, representada por aquilo que ela não tem: experiência, competência e proximidade com o eleitor (visto que ela está “fechada no palácio”).

Aécio chega a admitir que Dilma teria tido, inicialmente, uma certa competência para governar: pois ela “perdeu a capacidade de gerir o país”. O verbo *perder*, indicando uma mudança de estado, instaura o pressuposto de que essa capacidade existia anteriormente, mas nega, no posto, que ela ainda exista, o que levou o país a uma situação drástica, avaliada como algo que: “custou muito caro” ao Brasil e levou ao sentimento geral de que “já deu de governo Dilma”. O operador de restrição *só* desencadeia o pressuposto de que não há outro sentimento possível da parte da população brasileira em relação ao desgaste do governo de Dilma (o que, subentende-se,

inviabilizaria um 2º mandato).<sup>6</sup>

Isso, evidentemente, remete ao “candidato da mudança” (o próprio Aécio) que se opõe, portanto, à continuidade representada por Dilma, mas também por Marina, já que eleger Marina para o lugar de Dilma é “trocar seis por meia dúzia”, uma espécie de provérbio ou dito popular que recupera, polifonicamente, o discurso do senso comum (a doxa), e já que ambas representam, ainda que em vertentes diferentes, o mesmo partido – o PT, o que lembra o passado petista de Marina. Dilma é, além disso, qualificada como candidata “que mente” (índice de avaliação).

Ora, se Dilma é representada, no discurso de Aécio, como *inexperiente*, *incompetente*, *distante do povo* e *mentirosa*, no caso de Marina, uma seleção lexical não menos cuidadosa remete à imagem de uma candidata *volúvel* e *incoerente*, pois ela “se desmente o tempo inteiro”, “nega” o que admitia antes e é dada a “improvisos”. Além disso, foi conivente com escândalos, como o *Mensalão*, já que “continuou no governo petista” (no caso o do ex-presidente Lula), enunciado em que o verbo *continuar*, indicando permanência de estado, funciona como marcador de pressuposição. Isso quer dizer que aos olhos de Aécio, Marina, no fundo, não perdeu o seu viés petista, mesmo tendo rompido com Lula e mudado de partido; pelo contrário, mesmo diante de escândalos que abalaram o prestígio do governo, ela nada fez para mudar a situação, ou seja, foi conivente com o PT. Aqui funciona o ditado: uma vez petista, sempre petista. Portanto, também ela aponta para a “mesmice” e destoa, assim, da promessa de mudança representada por Aécio.

Em suma: no que se refere aos éthe de credibilidade, apontados por Charaudeau (2006b), Aécio, por meio de um tom firme e engajado e do que diz de si mesmo, constrói, predominantemente, dois éthe que se sobrepõem: o éthos de “sério”, ou seja, o de um político com energia e capacidade para governar (mais especificamente, de investir na “mudança segura”), e o éthos de competência, marcado por um poder/saber realizar seus objetivos (até mesmo o de “fazer sonho virar realidade”). Podemos ver aí a tentativa empreendida por Aécio de confirmar o éthos prévio de herdeiro do avô Tancredo Neves, visto como um político competente e hábil, mas, ao mesmo tempo, a

---

<sup>6</sup> Tanto o pressuposto quanto o subentendido são implícitos. A diferença é que, enquanto o pressuposto é marcado linguisticamente, o subentendido depende do contexto, da interpretação do outro. Ao associar o pressuposto à sua teoria polifônica da enunciação, Ducrot (1987:191-192) atribui o conteúdo implícito (pressuposto) a um enunciador E1, assimilado à *vox populi*, ao senso comum, e o conteúdo explícito (posto) a um enunciador E2, com quem o locutor se identifica.

de derrubar um outro *éthos* prévio, difundido em alguns setores da sociedade: o de que Aécio era (é ainda) apenas um *playboy* inconsequente, mulherengo e viciado em drogas.

Quanto aos *éthe* de identificação, também propostos por Charaudeau (2006b), podemos pensar, principalmente, num *éthos* de inteligência, construído por meio do “bem falar”, e um *éthos* de solidariedade, ou seja, o de um político atento às necessidades dos outros, já que, ao contrário de Dilma, que se mantém longe do povo (“fechada no palácio”), Aécio vai olhar/ouvir os eleitores e admite que precisa deles (ou, pelo menos, de uma parte significativa deles) para se eleger.

As duas outras candidatas, como já apontamos, são mostradas de forma bastante negativa: Dilma, sobretudo, pela incompetência/inexperiência que levou o país ao caos; Marina, principalmente, por sua volubilidade e incoerência, o que, por tabela, reforça o *éthos* positivo (de competência, de coerência, de seriedade etc) do próprio Aécio. Nesse sentido, o senador mineiro resgata a filiação de Marina ao PT, no início de sua carreira política, para colocá-la no mesmo patamar de Dilma (pertencente a esse partido) e desqualificar ambas num mesmo “movimento”: elas se equivalem, são da mesma “laia”, já que ter uma ou outra como presidente implica apenas “trocar seis por meia dúzia”.

## **Dilma Rousseff<sup>7</sup>**

### **1) Dilma por Dilma**

\* “Queria comunicar a vocês que sou humana, não sou marciana.” Dilma Rousseff (PT), presidente e candidata à reeleição, questionada sobre se aparecer cozinhando no horário eleitoral era uma tentativa de humanização. (*Época*, n.847, 25/08/2014) – DFo (citação na seção “Dois pontos”).

\* “O maior risco é não se comprometer com nada, ter somente frases de efeito e genéricas. Quando se é presidente, tem de explicar como vai ser feito.” Dilma Rousseff, no debate no SBT entre os candidatos à Presidência da República. (*IstoÉ*, ano 38, n. 2337, 10/09/2014). DFo (citação na seção “Semana”).

\* “Não tem coitadinho na Presidência. Quem se sente coitadinho, não pode chegar lá.”. Dilma Rousseff, presidenta do Brasil, sobre a reclamação da candidata do PSB à Presidência da República, Marina Silva, do teor da campanha do PT. (*IstoÉ*, ano 38, n.2339, 24/09/2014) – DFo (citação na seção “Semana”).

\* “Todos os meus antecessores usaram o palácio. Caso contrário, eu seria uma sem-teto, não teria onde dar entrevista.” Dilma Rousseff (PT) presidente e candidata, comentando a entrevista de José Antônio

---

7 É importante observar aqui que não encontramos, no período considerado, aforizações atribuídas a Dilma que fizessem referência direta a Aécio, talvez porque, naquele momento, os institutos de pesquisa apontassem Marina como a provável adversária de Dilma no 2º turno. Cabe esclarecer que Marina Silva era candidata a vice-presidente na chapa de Eduardo Campos (PSB), que morreu em acidente de avião durante a campanha. Na esteira da comoção provocada por esse trágico acontecimento, Marina assumiu a liderança da chapa e chegou mesmo a ser apontada por alguns como favorita na eleição presidencial de 2014. Pesquisas como a do instituto DataFolha, feita em 26/09/2014, indicavam intenções de voto da ordem de 47% para Dilma Rousseff e de 43% para Marina Silva.

Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal, a *Época*, em que ele critica o uso do Palácio da Alvorada para a agenda de campanha. (*Época*, n. 852, 29/09/2014) - DFo (citação na seção “Dois Pontos”)

“Alicerce do meu programa é o meu governo”, diz Dilma Rousseff. (Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-09-28/alicerce-do-meu-programa-e-o-meu-governo-diz-dilma-rousseff.html>) – DFr (título de reportagem publicada em 28/09/2014).

**Comentário:** Dilma Rousseff, em suas falas, procura mostrar-se, em primeiro lugar, como uma pessoa normal. O não “polêmico” (Ducrot, 1987:204), que aparece em “não sou marciana”, remete à “propriedade que justificaria a posição do locutor no diálogo cristalizado subjacente à negação polêmica”. Em outras palavras, se é possível descrever uma pessoa dizendo que ela não é marciana, é porque atribui-se-lhe “a (pseudo) propriedade” que legitimaria opor-se a um enunciado que tivesse afirmado que ela é marciana. É como se circulasse no senso comum a ideia de que Dilma, talvez até por ocupar o cargo político mais importante da nação, fosse uma pessoa estranha (não humana), que não desempenha as funções de qualquer outra mulher “normal”, como cozinhar, por exemplo. Poderíamos, inclusive, pensar no estereótipo de “masculinização” inerente ao cargo de Presidente da República, num mundo em que essa posição ainda é predominantemente ocupada por homens.

Ora, se Dilma procura mostrar-se humana, ela também, paradoxalmente, busca assumir-se como forte e competente para gerir o país (o termo “alicerce” indica um governo de bases sólidas) e reafirmar sua legitimidade a certos direitos inerentes ao cargo, como o de dar entrevista, na condição de candidata, no Palácio da Alvorada, que é a residência oficial do(a) Presidente da República, direito esse legitimado por seus antecessores (todos homens, diga-se de passagem).

Mas Dilma também se define por oposição aos outros candidatos: ela não é “coitadinha” (índice de avaliação) como Marina, nem usa apenas “frases de efeito e genéricas”, numa possível referência a Aécio, conhecido por “falar bem”, por ter o dom da oratória. Ora, se ela não é coitadinha, é forte (já que “coitadinhos” não têm lugar na Presidência); se não usa frases de efeito e genéricas, é porque se vê como uma pessoa atuante e comprometida, ou seja, alguém que faz e explica o que faz, não se apoiando apenas num discurso vazio.

## 2) Dilma sobre Marina

- \* “Empregos correm risco com Marina”, afirma Dilma. (Disponível em: <http://www.folhadaregiao.com.br/Materia.php?id=3336170> – DFr (título de reportagem publicada em 02/09/2014)
- \* “Marina se faz de vítima e diz que estamos atacando”, afirma Dilma. (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1514609-marina-se-faz-de-vitima-e-diz-que-estamos-atacando-afirma-dilma.shtml0> - DFr (título de reportagem publicada em 11/09/2014).
- \* “Obras atrasaram por responsabilidade de Marina”, diz Dilma. (Disponível em: <http://www.tribunadabahia.com.br/2014/09/12/obras-atrasaram-por-responsabilidade-de-marina-diz-dilma-veja-video> - DFr (título de reportagem publicada em 12/09/2014).
- \* “Marina se faz de vítima”, diz Dilma. Aécio defende candidata do PSB. (Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/09/12/noticiasjornalpolitica,3313479/marina-se-faz-de-vitima-diz-dilma-aecio-defende-candidata-do-psb.shtml>) – DFr (título de reportagem publicada em 12/09/2014).

**Comentário:** As aforizações de Dilma sobre Marina, no seu conjunto, indicam a tentativa de descredibilizá-la junto ao eleitorado: afinal, trata-se de uma pessoa que “se faz de vítima” (fazer-se de vítima indica por pressuposição que ela não o é); uma “coitadinha” (índice de avaliação, reforçado pelo uso do diminutivo, com conotação pejorativa), que, como tal, não tem capacidade para governar: se for eleita, comprometerá empregos e atrasará obras (como já fez quando era Ministra no governo de Lula). Afinal, os “coitadinhos” e aqueles que se fazem de “vítima” são criaturas frágeis, incompetentes, que não têm lugar na estrutura do poder. Por oposição, como já foi dito, Dilma se mostra como uma mulher forte e determinada.

Retomando os éthes de credibilidade e de identificação propostos por Charaudeau (2006b) para os atores políticos, assim como fizemos com Aécio, podemos dizer que, em relação aos primeiros (éthe de credibilidade), predomina, no conjunto de aforizações de Dilma, o éthos de competência, que implica, entre outras coisas, conhecer as engrenagens da vida política e saber agir de maneira eficaz: afinal, ela se compromete com o que faz e é capaz de dar explicações, o que lhe confere força, assim como a seu governo, metaforizado como “alicerce” do seu programa. Vemos, então, somar-se ao éthos de competência, um éthos de caráter, um dos éthes de identificação, que atribui a Dilma uma personalidade forte, de alguém que provoca e polemiza, se for necessário (haja vista chamar Marina de “coitadinha”, dizer que não é marciana ou que tem o direito de usar o Palácio da Alvorada para dar entrevistas).

Esse tom marcante, que perpassa o discurso de Dilma, corrobora o seu *éthos* prévio: o de uma mulher forte, corajosa e determinada que sempre lutou por seus ideais, mesmo que, para isso, tenha sido necessário “desafiar” o governo militar (1964-1985) e sofrer duras sanções (prisão, tortura). Em menor grau, Dilma faz apelo ao *éthos* de humanidade (outro *éthos* de identificação), ao revelar ao eleitor momentos de sua intimidade, talvez para derrubar o estereótipo de que presidentes não são seres humanos comuns, que fazem coisas comuns. Ou até mesmo para reverter a imagem (um outro *éthos* prévio) de que ela seria uma pessoa austera, distante e altiva, um viés negativo do *éthos* de sério, que comprometeria sua credibilidade, já que pessoas assim não costumam ver as dificuldades dos outros.

Se Dilma se mostra como competente e forte, nada melhor para desqualificar Marina do que representá-la pelo oposto, ou seja, pela sua incompetência já demonstrada (nas obras em atraso quando ela participou do governo Lula) ou a demonstrar (já que ela pode comprometer empregos) e pela sua fragilidade (visto que ela se faz de vítima, de “coitadinha”), defeitos esses que, em última análise, depõem contra ela, desabilitando-a para ocupar um cargo como o de Presidente da República.

## **Marina Silva**

### **1) Marina por Marina**

\* “É assim que vamos governar, reconhecendo os ganhos alheios. Não ter complacência com os erros cometidos, que são muitos.” De Marina Silva para Aécio Neves, sobre o projeto de governo do PSB. (*IstoÉ*, ano 38, n. 2336, 03/09/2014) – DFo (citação da seção “Semana”)

\*“Não faço de palanques púlpitos nem de púlpitos palanques. Minhas decisões políticas são elaboradas, discutidas e implementadas nos espaços da institucionalidade da política.” Marina Silva, candidata do PSB à Presidência da República, afirmando que nunca instrumentalizou sua crença religiosa para fins políticos. (*IstoÉ*, ano 38, n. 2337, 10/09/2014) – DFo (citação da seção “Semana”)

\* “Não é um discurso, é uma vida.” (*Veja*, ano 47, n. 39, ed. 2392, 24/09/2014) – DFo<sup>1</sup> (capa da revista).

\* “Tudo o que a minha mãe tinha para oito filhos era um ovo e um pouco de farinha e sal. Eu me lembro de ter olhado para o meu pai e minha mãe e perguntado: ‘Vocês não vão comer?’ E minha mãe respondeu: ‘Nós não estamos com fome’. Quem viveu essa experiência jamais acabará com o Bolsa Família.” (*Veja*, ano 47, n. 39, ed. 2392, 24/09/2014) – DFr (legenda de foto em reportagem).

\*“Sempre tive medo. Mas meu compromisso sempre foi maior que meu medo.” (*Época*, n. 852, 29/09/2014) – DFo<sup>1</sup> (capa da revista)

\*“Manteremos o Bolsa Família. Sabe o que não vamos manter? O Bolsa Empresário.” (*Época*, n. 852, 29/09/2014) – DFr (intertítulo em entrevista).

\* “Não satanizo ninguém que defende legalização de aborto e maconha”, diz Marina Silva. (Disponível em: [http://www.brasilpost.com.br/2014/09/01/marina-aborto\\_n\\_5749276.html](http://www.brasilpost.com.br/2014/09/01/marina-aborto_n_5749276.html)).– DFr (título de reportagem publicada em 01/09/2014)

**Comentário:** As aforizações de Marina sobre si mesma procuram construir, inicialmente, a imagem de alguém que tem capacidade para governar o país, reconhecendo acertos (que serão mantidos) e erros (que não terão nenhum tipo de tolerância). O que lhe dá esse respaldo é a sua própria história de vida: o de uma pessoa pobre, que enfrentou toda uma série de adversidades – inclusive passar fome – e, ainda assim, saiu vencedora. Isso lhe confere inclusive capacidade de se solidarizar com o outro, de entender “na pele” o que as pessoas mais pobres vivenciam. Daí a sua disposição de manter o Bolsa Família, como se vê no enunciado: “Quem viveu essa experiência, jamais acabará com o Bolsa Família”. Nele instaura-se o pressuposto de que alguém viveu a dita experiência (de passar fome), no caso, a própria Marina. Esse enunciado é repetido, numa “versão” afirmativa: “Manteremos o Bolsa Família...”, em que o verbo manter, marcador de pressuposição, indica que o Bolsa Família já existe – é um dos “ganhos alheios”, sinalizados por Marina, que serão “reconhecidos”. Podemos dizer que, nesse duplo caso, ela possivelmente responde a acusações de que, uma vez eleita, acabaria com o Bolsa Família, por ser um programa implementado no governo de seus antecessores, sobretudo Lula e Dilma.

Esse viés humano de Marina reaparece na ideia do medo que o operador argumentativo de contrajunção (mas) se encarrega de relativizar. Segundo Ducrot, (1984), o esquema de funcionamento da construção **p mas q** seria o seguinte: de **p** tire a conclusão possível **R** (por exemplo, “O medo me impediu de agir.”); de **q** tire a conclusão possível **não-R** (no caso, algo como “o medo não me impediu de agir”); de **p mas q** tire a conclusão possível **não-R**. Portanto, a conclusão possível para o conjunto de enunciados “Sempre tive medo. Mas meu compromisso sempre foi maior que meu medo.” é **não-R** (que invalida **R**). Com esse “movimento” argumentativo, Marina se revela uma pessoa determinada, que não se deixa vencer pelo medo.

Nesse conjunto de “fragmentos éticos” em que Marina fala de si mesma, chama a atenção a presença recorrente do “não” polêmico de Ducrot (1987). É como se ela estivesse respondendo a acusações que não foram necessariamente feitas por um locutor específico, mas que circulariam no espaço dos “enunciadores” (aqui identificados com o senso comum, com a doxa). Lembremos que, para Ducrot (1987, p. 191-192), se o

locutor é o responsável pela enunciação, o enunciador é um ponto de vista, ou uma posição com a qual o locutor se identifica (ou não). Conforme comenta Maingueneau (1993:84), a negação polêmica de Ducrot não implica a rejeição de um locutor, mas de um enunciador mobilizado no discurso, enunciador esse que não é autor de um enunciado efetivamente realizado.

Assim, podemos pensar que ao dizer: “(...) **Não** ter complacência com os erros cometidos...”; “**Não** é um discurso...”; “(...) Quem viveu essa experiência **jamais** acabará com o Bolsa Família.”; “**Não** faço de palanques púlpitos **nem** de púlpitos palanques...”; “**Não** satanizo ninguém que defende legalização de aborto e maconha.” (grifos nossos), Marina está respondendo a possíveis “acusações” de que teria complacência com os erros do governo anterior (o que remete ao seu passado petista); de que o que sustenta é mero discurso (sem ação efetiva); de que, se eleita, acabará com o Bolsa Família; de que confunde política (os palanques) com religião (os púlpitos); de que “sataniza” quem defende certas posições. Nos dois últimos casos, a seleção lexical, que recupera termos do campo semântico religioso (púlpito, satanizar) relaciona-se ao fato de Marina pertencer a uma igreja evangélica, a Assembleia de Deus.

Em suma, ao mesmo tempo em que sustenta um discurso de competência, até para contestar o argumento de que ela nunca governou um Estado federado nem administrou uma municipalidade e que, portanto, não teria experiência para ser Presidente, Marina Silva procura mostrar que sua fé religiosa não determina sua atuação política. O que chama a atenção, no entanto, é que ela se define mais pelo que não é do que pelo que é.

## 2) Marina sobre Dilma

\*“Fique tranquila, Presidenta. A senhora não vai receber de mim o que está fazendo comigo. Não vou agredir uma mulher, vou lhe tratar com todo respeito, mas isso não significa que vou deixar de dizer verdades.” Marina Silva, candidata do PSB à Presidência da República, em resposta à presidente Dilma Rousseff. (*IstoÉ*, ano 38, n.2339, 24/09/2014.) – DFo (citação na seção “Semana”).

\*“(Dilma age) sob o comando de João Santana (...). Ninguém depois será governado pelo marqueteiro.” (*Época*, n. 852, 29/09/2014) – DFo<sup>1</sup> (capa da revista)

\* “O gerente, como não pensa em política e não vê o processo histórico, se agarra ao primeiro discurso do marqueteiro.” (*Época*, n. 852, 29/09/2014) – DFr (legenda de foto [de Dilma] na entrevista com Marina).

### 3) Marina sobre Aécio

\*“É melhor ter um programa feito a lápis que um feito a língua e saliva, porque ele (Aécio) não tem.”  
(*Época*, n. 852, 29/09/2014) – DFo<sup>1</sup> (capa da revista).

### 4) Marina sobre Dilma e Aécio

\* “A sociedade não pode assinar um cheque em branco.” Marina Silva, candidata do PSB à Presidência da República, sobre o fato de os rivais Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) ainda não terem apresentado seus programas de governo. (*IstoÉ*, ano 38, n.2340, 01/10/2014) – DFo (citação da seção “A Semana”).

Do ponto de vista de Marina Silva, Dilma é qualificada como uma pessoa agressiva e desrespeitosa. Nesse caso, ao definir Dilma dessa forma, Marina se autodefine pelo contrário: não vai fazer com Dilma o que esta está fazendo com ela (Marina) – lembremos que Dilma chamou Marina de “coitadinha” e de alguém que “se faz de vítima” – e, além disso, não vai deixar de dizer verdades. A presença do marcador “deixar de” instaura o pressuposto de que Marina diz verdades e o posto de que continuará mantendo essa postura (subentende-se, pois, que ela é sincera e ética). Um segundo movimento argumentativo, nessa mesma aforização, implica o uso do operador argumentativo de contrajunção mas. Nesse caso, a conclusão possível **R** seria algo como “não agredir / tratar o outro com respeito implica não dizer a verdade”; a conclusão possível **não-R**, que passa a valer para o conjunto **p mas q**, algo como “é possível não agredir/ tratar o outro com respeito e dizer a verdade”, ou seja, não há incompatibilidade entre uma coisa (ser delicado/respeitoso) e a outra (ser franco, sincero), o que reafirma o caráter positivo de Marina por oposição ao de Dilma.

Dilma é ainda considerada sem autonomia, já que age sob o comando do marqueteiro João Santana, e incompetente, pois, além de não agir por conta própria, não pensa em política, nem enxerga o processo histórico (o que, subentende-se, Marina faz). A presença do não polêmico (que também se manifesta no trecho anteriormente analisado) parece, portanto, confirmar a (auto)definição de Marina mais pelo que ela não é/não faz do que pelo que ela é/faz.

Quanto a Aécio, a crítica maior vem do fato de que Marina apresentou um programa de governo por escrito, enquanto o senador mineiro, não. Temos, então, um operador de comparação (melhor do que) que introduz um enunciado em favor de Marina, atestando a superioridade do seu programa “feito a lápis” em relação ao do

adversário, que é “feito a língua e saliva”. Esses índices de avaliação remetem à oposição fala *versus* escrita (em que esta, na sua condição de registro, implicaria maior comprometimento). Dessa forma, Marina deixa claro que: 1) Aécio não tem, de fato, um programa (enunciado que vem introduzido pelo operador argumentativo de explicação “porque”); e insinua que: 2) Aécio tenta compensar essa falta com o seu “dom oratório”, uma vez que ele é reconhecido como um político que “fala bem”, como já apontamos. Nesse sentido, o “programa” de Aécio é avaliado como um “cheque em branco” – metáfora que se estende também a Dilma, que, a exemplo de Aécio, não apresentou um programa de governo por escrito (o que, aliás, reafirma sua incompetência). A modalidade deôntica “não pode assinar” soa aqui quase como uma proibição, reforçando a importância de Marina como a única dos três candidatos que, por apresentar um programa escrito, merece crédito da sociedade.

No âmbito dos éthos de credibilidade, predomina nas aforizações de Marina sobre si mesma o éthos de virtude. A candidata se mostra como exemplo de sinceridade, transparência e retidão na esfera pública e privada (ela diz verdades, não tem complacência com erros etc). Nesse sentido, Marina traz sua própria história de vida para corroborar suas posições e atitudes (e, por extensão, para atestar sua competência). O éthos de virtude se completa, no âmbito dos éthos de identificação, com um éthos de caráter, que, no caso de Marina, esteia-se na força de espírito, com uma certa dose de indignação pessoal (pensamos, por exemplo, na sua crítica à atitude agressiva de Dilma ou à sua posição no caso do que chama de “Bolsa Empresário”), e um éthos de humanidade, ou seja, o de alguém capaz de confessar fraquezas (como o medo), mas, ao mesmo tempo, mostrar que não se deixa controlar por elas, o que subentende que Marina sabe enfrentar adversidades, sem ceder a pressões ou a demagogias. O éthos de humanidade implica também demonstrar sentimentos e compaixão para com aqueles que sofrem (“Quem viveu essa experiência jamais acabará com o Bolsa Família.”), aproximando-se, nesse sentido, do éthos de solidariedade: o daquele(a) que está atento às necessidades dos outros e se mostra responsável por elas.

O “falar tranquilo” e sem arroubos de Marina, que chega mesmo, às vezes, a assumir um tom de lamento (“Fique tranquila, Presidenta. A senhora não vai receber de mim o que está fazendo comigo...”) – o que leva Dilma a afirmar que ela é “coitadinha”, que “se faz de vítima” – corrobora, de certa forma, o éthos prévio de Marina como uma pessoa franzina e frágil que, como tal, terá dificuldade em reunir a força necessária para governar um país (éthos prévio que ela tenta, evidentemente, retificar por meio das

posições que assume). Mesmo assim, o que fica claro para o destinatário (eleitor), na sua (re)construção do *éthos* de Marina, é que ela destoa da imagem de líder político poderoso e combativo, frequentemente associada a Dilma Rousseff. Por outro lado, ao reafirmar sua coragem e mostrar que se identifica com os que sofrem, Marina explora seu lado sensível e humano, o que pode atuar no *páthos* de modo bastante positivo.

Quanto aos demais candidatos, Dilma é vista por Marina não apenas como uma pessoa agressiva e desrespeitosa, mas também – e principalmente – como incompetente para governar, já que não tem autonomia (“reza pela cartilha” do seu marqueteiro), enquanto Aécio é mostrado, sobretudo, como aquele que fala, mas não faz (seu programa é “feito a língua e saliva”), o que remete a um certo descompromisso da parte do senador mineiro, já que a escrita, ao contrário, implicaria maior capacidade de reflexão e de planejamento prévio, qualidade essencial para algo que se apresenta – e se “registra” – como um programa de governo.

Resta dizer que as imagens de si e do(s) outro(s) que aqui apreendemos por meio das aforizações, com as marcas linguístico-discursivas que as caracterizam, não se esgotam nos aspectos que exploramos, visto que outras imagens/outros *éthe* vão sendo construídos em muitos outros textos (orais ou escritos) que circularam na sociedade brasileira às vésperas do 1º turno da eleição presidencial. Nesse sentido, o complexo “jogo de imagens” que se constrói na cena política ultrapassa largamente o domínio das aforizações. Porém, não podemos esquecer-nos dos muitos “leitores apressados”, cujo olhar não vai muito além dos títulos, das manchetes e das chamadas via internet. Daí, a relevância desses “fragmentos” na construção de imagens de si e dos outros.

### **A título de conclusão**

Como assinala Charaudeau (2006b:181-182), o *éthos* – e, acrescentamos, as imagens dos outros (concorrentes, adversários) – encontra(m)-se no domínio das representações sociais, ou seja, daquilo que o público espera de “x” ou de “y”. Assim, tais imagens não são construídas apenas pelo locutor, mas também pelo público, pelos boatos, e, no nosso caso, pelas mídias, que, ao destacarem certos enunciados – e não outros que estariam igualmente disponíveis – e “alçá-los” à condição de aforizações vão

moldando tais representações e buscando, desse modo, orientar os destinatários na interpretação dos fatos.

O próprio Charaudeau (2006:146) afirma que as mídias manipulam os leitores/ouvintes, jogando com falsas informações ou notícias exageradamente dramáticas e chegando mesmo à utilização deformada de declarações. Não é nossa pretensão discutir aqui a dimensão do papel das mídias na sociedade atual (isso seria um outro trabalho), mas apenas, como já apontamos, mostrar que elas se valem das aforizações como um poderoso recurso para influenciar os destinatários.

A questão que se coloca para o(a) analista é, pois, a de como apreender esse complexo “jogo de imagens”, via aforizações, sem cair num exercício de pura especulação. Nesse sentido, a proposta da semântica/pragmática de uma argumentação intrínseca à língua pode ajudar-nos a recuperar por meio de “marcas” como o não polêmico, os índices de avaliação, os operadores argumentativos, entre outras, a forma como essas imagens vão sendo construídas e divulgadas, o que justifica, a nosso ver, o diálogo que estabelecemos entre essa vertente dos estudos da argumentação e a AD.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Amossy, Ruth (org). 2005. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto.

Charaudeau, Patrick. 2006a. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. 2006b. *Discurso político*. São Paulo: Contexto.

Ducrot, Oswald. 1987. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes.

Lara, Gláucia M. P. 2014. Da aforização à construção do *éthos*: Dilma Rousseff e a Copa do Mundo da FIFA 2014. *Revista da ALED*, v. 14 (2), dez. 2014, p. 39-55. Disponível em: <http://www.comunidadeled.org/>.

Mainueneau, Dominique. 2006. *Cenas da enunciação*. Curitiba, PR: Criar.

\_\_\_\_\_. 2008. A propósito do *éthos*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). *Ethos discursivo*, São Paulo: Contexto, p. 11-29.

\_\_\_\_\_. 2010. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola.

\_\_\_\_\_. 2012. *Les phrases sans texte*. Paris: Armand Colin.



## ETHOS NO DISCURSO MIDIÁTICO: VALORES RETÓRICOS NA FORMAÇÃO DA IMAGEM DO ENUNCIADOR

Claudia Maria Sousa ANTUNES<sup>8</sup>

### RESUMO

Este trabalho<sup>9</sup> consiste em um estudo sobre o processo de persuasão engendrado pelos valores/lugares retóricos para a formação da imagem (*ethos*) do enunciador construída no/pelo discurso. A constituição do *ethos* é parte componente do processo de persuasão, e visa a engendrar no público uma disposição em relação ao orador. A visão adotada é do *ethos* como construção discursiva, ou seja, que pressupõe a existência de um sujeito inscrito no discurso. A esse conceito aliam-se o de entendimento da Língua como interlocução e a noção de discurso como troca entre parceiros do ato comunicativo. O arcabouço teórico do trabalho está alicerçado nas lições de Aristóteles (2005), Perelman e Tyteca (2005), Amossy (2011), Charaudeau (2009) e Maingueneau (2013), sobre retórica, *ethos*, discurso e argumentação. O objetivo do trabalho é demonstrar como a utilização de diferentes valores/lugares pode influenciar na construção do *ethos* do orador. O percurso metodológico abrange analisar as estratégias linguístico-discursivas de que se valem os sujeitos para a construção dos *ethé* em textos midiáticos. Como resultados preliminares advoga-se a ideia da construção de um percurso que leva à identificação do enunciatário com aquilo que é exposto pelo enunciador. O leitor é colocado na posição de co-enunciador do texto a partir da incorporação dos valores veiculados pela publicação midiática.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; *Ethos*; Lugares; Valores.

### 1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar como os valores/lugares retóricos são utilizados em textos midiáticos na construção da imagem (*ethos*) do sujeito. Este estudo adota a visão que pressupõe a existência de um sujeito inscrito no discurso. Considera,

---

8 UNIFA – Universidade da Força Aérea – Pró-Reitoria de Ensino Av. Marechal Fontenelle, 1200 – Campo dos Afonsos – 21740-002 – Rio de Janeiro - Brasil

UFRJ – Faculdade de Letras – Departamento de Letras Vernáculas - Laboratório de Pesquisa do CIAD (Círculo Interdisciplinar de Análise do Discurso). [claudia.sousa@yahoo.com.br](mailto:claudia.sousa@yahoo.com.br)

9 Este estudo é parte de pesquisa de doutorado em andamento pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob orientação da Profa Dra. Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

ainda, a articulação das dimensões discursiva e institucional do *ethos*, tal como propõe Amossy (2011).

A perspectiva teórica adotada leva em conta os pressupostos de Perelman e Ducrot, Oswald. *La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure?* Saussures, Louis de. 2006. *Nouveaux regards sur Saussure : Mélanges offerts à René Amacker*. Genève: Droz, p. 153-170. Tyteca (2005) para retórica, *ethos*, valores e lugares; relaciona os princípios da alteridade, influência e regulação, presentes na teoria de Charaudeau (2009), com a noção de *ethos* como construção languageira e posição institucional (conjuntamente) de Amossy (2011); e considera os conceitos de “*ethos*” e “incorporação” de Maingueneau (2013).

Para exemplificar os procedimentos abordados, serão utilizadas análises de textos midiáticos provenientes da seção “Carta do Editor” da edição de outubro de 2012 da revista Men’s Health (doravante MH) e da edição de setembro de 2012 da revista Claudia (doravante CLA), duas publicações mensais brasileiras. A seção “carta do editor” tem por objetivo convencer o leitor da importância de sua escolha: a leitura da revista, por meio da abordagem dos tópicos que farão parte da edição. Serve também para ratificar os objetivos da publicação e promover a aproximação com o leitor.

Nesse sentido, o conceito de *ethos* auxilia no estudo do processo de adesão dos sujeitos a uma determinada posição discursiva, e deixa entrever as representações nas quais os enunciadores se apoiam para promover o convencimento e buscar a identificação com os leitores (“As leitoras extraem dessas revistas e de outras fontes as representações com as quais elas buscam se identificar para serem valorizadas.” (Maingueneau, 2013: 109).

## 2. Retórica e ethos

Aristóteles, em sua “Arte Retórica” (2005), sistematizou as bases da argumentação e procurou estabelecer quais os meios de persuasão possíveis para os vários tipos de argumentos. Para o filósofo estagirita, à Retórica caberia a adesão do auditório. Como técnica de oratória, o *ethos* deve demonstrar que o orador é “digno de fé” (fidedigno) pelo uso da *phronésis* (prova de ponderação), da *arété* (simplicidade sincera) e da *eunóia* (amabilidade).

No século XVII, a Retórica passa por um período de esvaziamento, fato que se prolongou pelos séculos XVIII e XIX. A partir de meados do século XX, esse panorama viria a se modificar. Em rejeição ao Positivismo Lógico, a Nova Retórica surge como a lógica do preferível, do razoável. Perelman e Tyteca (2005) advogam a ideia da inserção de uma lógica de valores no racionalismo tradicional. A Retórica estaria relacionada ao terreno da persuasão, do justo e do razoável, em contraposição ao campo da certeza. A partir do conceito de auditório universal, noção central em seus estudos, os autores investigam as diversas formas de “adesão dos espíritos” às teses apresentadas, com uso de conceitos apoiados nas noções dialéticas de Aristóteles, para quem os enunciados prováveis levam a conclusões verossímeis.

Na interpretação de Charaudeau (2013), o *ethos* e o *pathos* estão ao lado do *logos*. Os dois primeiros participariam das “demonstrações psicológicas, de que se valem os oradores para a adesão do auditório e corresponderiam “ao que o público crê que os outros têm em mente”<sup>10</sup> (Barthes, 1970:211). Maingueneau (2008) esclarece que o *ethos* é uma noção sócio-discursiva, ligada a um processo interativo de influência sobre o outro. A credibilidade do discurso não seria feita apenas pelo conteúdo informacional do enunciado, mas também pela postura do orador e por sua relação com o auditório.

### **3. Teoria Semi linguística**

A teoria semi linguística de Patrick Charaudeau (2009, 2013) fornece um conceito útil a esse campo de estudo: o de *mise-en-scène* da linguagem. Nessa linha, o ato comunicativo é considerado uma encenação que implicaria a existência de dois sujeitos, desdobrados em mais dois, que estariam em relação de intersubjetividade, exercendo um protagonismo externo (situacional) e interno (discursivo).

Desse modo, o ato de linguagem apresenta um EUc (Eu Comunicador) que, dentro de seu projeto de fala, determina algumas diretrizes que irão nortear o seu ato comunicativo. Essas diretrizes incluem, também, algumas predisposições a respeito de quem seria seu destinatário (TUd). A partir do momento em que estabelece seu ato

---

<sup>10</sup> *Non pas « ce qu'il y a dans la tête » du public, mais ce que le public croit que les autres ont dans la tête.*

comunicativo, o EUc constitui-se como EUe (Eu enunciador), e o TUD constitui-se em TUi (Tu interpretante). Esse esquema de representação considera a dinamicidade do ato de linguagem e a possibilidade de o sujeito se situar nesse mesmo ato, mostrando que aquele que fala possui “poder”, ao menos relativo, sobre aquilo que enuncia e sobre o outro. Nos termos de Charaudeau, todo ato de linguagem emana de um sujeito que se define somente em relação a um outro (princípio da alteridade) de modo a influenciá-lo, a trazê-lo para si (princípio da influência) e, ao mesmo tempo, a gerar uma relação na qual os dois possuem seu próprio projeto de influência (princípio da regulação). Os atos de linguagem apresentariam uma relação mais ou menos acordada entre os actantes do ato de linguagem, definidora dos aspectos relativos ao plano situacional (onde os atores estão, qual a relação entre eles, sobre o que falam, quais os seus objetivos) e dos aspectos relativos ao plano discursivo (as escolhas, os modos de dizer, as estratégias discursivas). Todas essas características configuram o que é chamado de contrato comunicativo. Ele é o conjunto de condições pelas (e nas) quais se realiza um ato de comunicação e que apresenta restrições estabelecidas pelas condições de produção e de recepção do ato linguageiro (Charaudeau, 2009). Esse conceito envolve ainda a credibilidade do falante, o seu projeto de fala, as restrições linguísticas e as estratégias de captação do outro. A validação desse contrato é regulada pela obediência a uma série de restrições, relacionadas ao direito à fala e aos saberes em comum (princípios da interação e da pertinência). Porém os locutores possuem também um espaço de estratégias, campo de manobras, que corresponde aos princípios da influência e da regulação.

O quadro a seguir resume o dispositivo de encenação da linguagem.

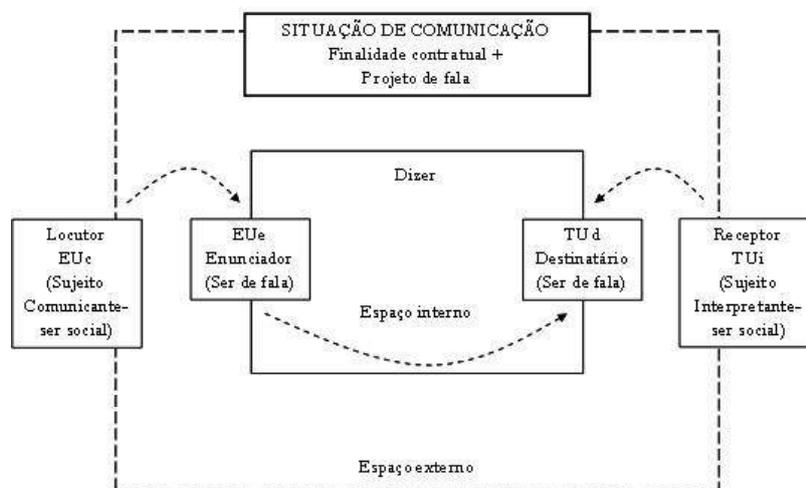


Figura 1: Dispositivo de encenação da linguagem.

Fonte: CHARAUDEAU, 2009:77.

O sentido, portanto, não é dado *a priori*, mas é construído durante a interação verbal pelos falantes por meio de um duplo processo de semiotização do mundo, que pode ser renegociado a todo instante pelos parceiros da interação. Esse processo estrutura-se a partir de dois processos: o processo de transformação, que efetiva a passagem do *mundo a significar* para o *mundo significado*; e o processo de transação, que faz do “mundo significado” um objeto de troca (Charaudeau, 2007).

O processo de transformação compreende quatro tipos de operação: identificação (conceituação/nomeação dos seres do mundo); qualificação (caracterização dos seres); ação e causação (explicação do mundo em “relações de causalidade”). O processo de transação também é composto por quatro princípios: alteridade, pertinência, influência e regulação (Charaudeau, 2007). Esses dois processos estão esquematizados na figura a seguir.



Figura 2: Processo de semiotização do mundo.

Fonte: CHARAUDEAU,2007:17.

#### 4. Valores e lugares

No ato comunicativo, transmitem-se intenções e valores acerca do mundo. Estes se relacionam com as identidades ideológicas e culturais do enunciador, assim como com os fatores psicossociais que intervêm na comunicação. Valores são objetos de acordo (Perelman, 2005:84-85), que podem ser utilizados para justificar as escolhas que não são unânimes, ou seja, aquelas que impõem modos particulares de agir. Com a utilização dos valores, não se pretende impor um ponto de vista a todos, mas a grupos determinados. Pode-se, portanto, recorrer a eles para levar o auditório a fazer determinadas escolhas em detrimento de outras, o que demonstra seu papel argumentativo. Segundo Perelman (2005:84),

estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, ...

Para os antigos, os valores fariam parte das opiniões, já que não poderiam ser considerados verdades indiscutíveis. O estatuto particular dos valores derivaria de seu caráter não universal.

Perelman distingue valores concretos e abstratos. Valores concretos podem ser utilizados para fundar valores abstratos, e o inverso também é possível. Noções como justiça e veracidade são consideradas valores abstratos, já outras como Brasil e Igreja seriam concretas. Os valores concretos parecem possuir uma ligação com o que é único. Assim, quando se valoriza o que é único, está se valorizando a coisa em si (o concreto). Já os valores abstratos parecem estar vinculados à mudança. Os valores abstratos manifestariam um espírito revolucionário. Como não levam em consideração pessoas, os valores abstratos estariam mais propensos a intervir em argumentações que procuram modificar a ordem estabelecida.

Para Perelman (2005:90), o “apoio nos valores concretos [é] muito mais fácil quando se trata de conservar do que quando se trata de renovar”. E afirma que existe a “possibilidade de caracterizar as sociedades, não só pelos valores que têm a sua preferência, mas também pela intensidade da adesão que elas concedem a este ou àquele membro de um par de lugares antitéticos.” (Perelman, 2005:96). O modo de hierarquização dos valores também diz muito mais a respeito do auditório do que os valores em si.

A escolha dos valores a serem utilizados na composição do discurso pode variar segundo diversos fatores. Um deles diz respeito à pluralidade de valores. Outro se relaciona ao fato de que valores mudam no decorrer dos tempos. Certos valores que poderiam ser considerados em determinada época como positivos podem, em outra, ser considerados negativos. Por isso, os valores devem ser analisados levando-se em conta a época histórica, o contexto cultural e, inclusive, o contexto de situação política (Charaudeau, 2013: 95-98). O seu modo de apresentação influi no sentido que estes adquirirão no discurso.

Charaudeau (2009) elenca cinco *domínios de avaliação*, que constroem as normas de representação social. O domínio do verídico define a existência dos seres em sua originalidade, autenticidade e unicidade; e o saber em termos de princípios de explicação. O domínio do estético define, em termos de beleza, os seres da natureza,

suas representações ou os objetos fabricados pelos homens. O domínio do ético define, em termos do bem e do mal, os comportamentos humanos por sua moral externa ou interna. O domínio do hedônico define, em relação ao prazer, os projetos e ações humanas, no âmbito dos sentidos. O domínio do pragmático define, em termos de sua usabilidade, os projetos e resultados das ações humanas em função de necessidades racionais. Segundo Charaudeau (2009:233), os “valores correspondem às normas de representação social que são construídas em cada domínio de avaliação”.

Um dos modos de expressão dos valores é fundamentar o argumento utilizado em um consenso social. Isso pode ser feito por meio da simplicidade, ou seja, evidenciando-se valores que podem ser compreendidos e partilhados por uma maioria. Isso significa dizer que um discurso rebuscado conduziria a uma restrição no alcance de seus valores.

Esta estratégia pode ser observada na revista MH quando utiliza um discurso informal, um vocabulário simples, para alcançar seu destinatário com mais eficiência.

(1) o velho de ontem é só o cara mais experiente de hoje.

Outra característica do recurso à simplicidade é o de exprimir uma ideia de cada vez. Isso garantiria clareza e permitiria mais facilmente que o auditório tivesse a sua atenção focalizada na ideia que se pretende passar. Assim, novamente na revista MH, vê-se a enumeração das razões, apresentadas sequencialmente, pelas quais uma das matérias, com cuidados para o verão, seria tão importante na vida do leitor.

(2) Estamos vivendo mais;

(3) Subir na vida está mais difícil;

(4) Estamos superexpostos;

(5) A indústria está a nosso favor.

De outra forma, o recurso à essencialização (Charaudeau, 2013) permite condensar ideias em uma única noção, que abarcaria todas aquelas que interessariam ao orador. Em CLA, por exemplo, vê-se a utilização dos termos “beleza” e “magreza” como essência de noções que devem ser consideradas em seu real valor.

(6) o empenho de se cuidar e ficar mais bonita é válido, mas beleza e magreza não são garantia de felicidade

Os valores formam os lugares. Os lugares são premissas de ordem geral “que intervêm para justificar a maior parte de nossas escolhas” (Perelman, 2005: 95). Geralmente subentendidos, são utilizados para fundamentar valores ou hierarquias e corresponderiam àqueles que Aristóteles põe entre os lugares do acidente. São pontos de partida para a argumentação: “designam rubricas nas quais se podem classificar os argumentos” (Perelman, 2005: 94). Os lugares seriam os “primeiros acordos no campo do preferível”(idem: 95).

Segundo Aristóteles (2005), todos os oradores devem se servir dos lugares do possível e do impossível em seus discursos, assim como podem se utilizar dos lugares do existente/não existente e do mais/menos, que formam, juntos, as ordens básicas apropriadas à deliberação, ao elogio ou à acusação.

Para Barthes e Bouttes,

originariamente, os lugares são formas privadas de sentido, mas que servem para se encontrar sentido. Existiam, portanto, ‘lugares-comuns’ (*loci communes*), puramente formais (contrariamente ao sentido actual da palavra), ou seja, comuns a todos os assuntos possíveis, fosse qual fosse a particularidade: por exemplo, para Aristóteles, o possível/impossível, o existente/não existente, o mais/menos; e existiam os ‘lugares especiais’, próprios de determinados assuntos, que por isso mesmo não são enumeráveis.” (Barthes & Bouttes, 1987:267-268).

Segundo Perelman (2005), os lugares podem ser classificados em relação à quantidade, à qualidade, à ordem, ao existente, à essência e à pessoa.

O lugar da quantidade diz respeito ao lugar do mais e do menos. O que é mais estável e duradouro é preferível àquilo que o é menos. Como exemplos de alguns lugares da quantidade tem-se a preferência do provável sobre o improvável, do fácil sobre o difícil e do menos arriscado ao mais.

Assim, CLA utiliza o lugar da quantidade ao afirmar que

(7) Somos a favor de mudanças consistentes, duradouras e seguras.

Em relação à revista MH, é interessante notar que o enunciador começa apresentando o tópico principal da edição\_ o “Especial de Cuidados Pessoais”. Em

seguida, localiza este tópico em relação às demais edições (existem duas edições especiais no ano) e, depois, elenca os motivos pelos quais as “126 soluções” apresentadas pela revista são importantes. Já na apresentação observa-se o recurso ao lugar da quantidade. Logo no primeiro motivo, “Estamos vivendo mais”, o locutor traz dados estatísticos sobre o aumento da expectativa de vida do homem brasileiro. Recorrer ao valor da quantidade é mais comum na MH do que na CLA.

O lugar da quantidade também pode ser percebido nas seguintes passagens do texto de MH:

- (8) Nesta edição estão 14 páginas para você reforçar essa ideia e sair bem na foto
- (9) 126 soluções e produtos
- (10) expectativa do homem brasileiro cresceu 22 anos
- (11) Atingimos em média cerca de 70 anos, contra 48 em 1960
- (12) nunca vimos tanta solução legal

Em outra perspectiva, o lugar da qualidade caracteriza-se pelo valor do que é único, raro. Esse valor pode, entretanto, variar, dependendo da relação que é estabelecida entre o objeto e o ente. Assim, para um sujeito, determinado ser pode ser considerado como mais um de uma determinada espécie, enquanto, para outro, ele é um ser único e valioso. O valor daquilo que é único decorre justamente da sua excepcionalidade, em oposição ao que é comum, corriqueiro, vulgar (Perelman, 2005), Esse lugar normalmente aparece em oposição ao lugar da quantidade. Em CLA, pode-se observar este fato quando a editora argumenta que

- (13) Devemos apreciar quem somos, com nossas singularidades.

Nesse escopo entra também a transitoriedade do fato, sua efemeridade, e também o esforço para se conseguir algo. Aristóteles relaciona o difícil ao sujeito; e o raro ao objeto. Um modo de valorizar algo é mostrá-lo como difícil ou raro. MH utiliza esse lugar ao afirmar que

- (14) Subir na vida está mais difícil.

O lugar da ordem, como o nome indica, preconiza a superioridade do que é

anterior, das causas, dos princípios. Esse lugar pode ser usado para mostrar que aquilo que vem primeiro é melhor. O lugar da ordem aparece nos seguintes trechos:

(15) A aparência dos vencedores

(16) MH foi pioneira no Brasil...

(17) Subir na vida está mais difícil: para estar em primeiro lugar é preciso melhorar o visual.

(18) Acha que só boas ideias sustentam uma promoção? Um tapa na fachada aumenta suas chances

Já na escolha do título, “A aparência dos vencedores”, percebe-se a procura da identificação com os vencedores, o lugar da ordem.

E o lugar da pessoa está vinculado ao seu mérito, à sua dignidade. O valor é dado àquilo que é conseguido com esforço, que é feito com cuidado.

O lugar do existente diz respeito à prevalência do que é real, atual, sobre aquilo que é apenas possível, eventual ou, até, impossível. Ou seja, o que já está no campo da concretude possui prevalência sobre aquilo que ainda se encontra no território das possibilidades. Isso não significa que não seja possível organizar uma argumentação contrária nos mesmos moldes. Assim, em uma situação em que o real seja desagradável, argumentar com base na utopia, por exemplo, pode ter seus benefícios, na medida em que o intangível parece mais promissor.

O lugar da essência é a valorização dos indivíduos como possuidores de todas as características de uma determinada classe. Assim, como exemplifica Perelman (2005:106), a um coelho será atribuído um alto valor se ele apresentar as características de um “belo coelho”. É aquilo que melhor representa um padrão, uma essência. É esse o princípio utilizado por CLA quando apresenta a modelo como um padrão.

(19) A maioria de nós não nasceu Gisele Bündchen.

Pode-se postular, com base na definição dos lugares utilizados, uma caracterização de um grupo ou sociedade. A preferência por determinados lugares em detrimento de outros, ou a forma de hierarquizá-los, é um índice que o locutor deve levar em conta no momento de buscar a adesão do auditório.

## **5. Estereótipos e representações**

Segundo Amossy (2011, 125), a estereotipagem “é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado.” Essa representação irá influir na avaliação sofrida pelo indivíduo na comunidade. Na construção do auditório, o processo de estereotipagem está presente, pois o enunciador irá adaptar sua imagem, sua apresentação de si, aos estereótipos que ele creê estejam interiorizados no seu receptor. Essa apresentação será, entretanto, feita de forma indireta, implícita, pois o *ethos* é mais mostrado do que dito e a imagem construída pelo locutor é modelada pelas representações sociais que ele julga são partilhadas com seu público (Amossy, 2011). Por meio da representação, assentada em modelos e esquemas coletivos do setor da *doxa* em que ele se situa, o locutor procura alcançar a persuasão.

Para Charaudeau (2010), as representações se baseiam em sistemas de valores que formam uma determinada categorização do real a partir de saberes de conhecimento e de saberes de crença, que decorrem “de julgamentos que contribuem para fabricar normas de referência mediante as quais serão avaliados os comportamentos dos indivíduos” (Charaudeau, 2004b:124). As representações constroem uma organização do real de imagens mentais ou manifestações comportamentais dos indivíduos de um determinado grupo. Portanto, as representações “se configuram em discursos sociais que testemunham, alguns, sobre o saber de conhecimento sobre o mundo, outros, sobre um saber de crenças...” (Charaudeau, 2004:433). Esse mesmo autor comenta, ainda, a respeito do “saber estereotípico” (2004b:123), que se assenta, a um só tempo, sobre propriedades universais e relativas que seriam usadas para caracterizar os seres do mundo.

Em CLA, durante todo o texto, é possível perceber o jogo com os valores ligados aos estereótipos tradicionais relacionados à mulher (beleza, feminilidade, culto ao corpo) em parceria com os valores ligados a uma imagem de mulher independente, batalhadora, senhora de si. O feminino aparece ligado tanto a termos atribuídos tradicionalmente às mulheres (gravidez, dieta, celulite, biquíni), como termos ligados à masculinidade tradicional (disciplina, planejamento, patrimônio, realidade). Assim, por um lado, há a utilização de termos como “linda”, “saudável”, “corpo torneado e tonificado”, “beleza” e “magreza”; e, por outro lado, constroem-se períodos com palavras como “consistentes”, “duradouras” e “singularidades”. Esses dados ajudam a construir um *ethos* de equilíbrio, com a busca da justa medida. O *ethos* assume um tom

mais cortês, um corpo que percebe a passagem do tempo, uma voz mais centrada e sensata. O enunciador passa uma imagem de equilíbrio e fala do lugar da ponderação.

Em MH, o locutor se vale de um *ethos* da jovialidade, e se utiliza dos valores da quantidade e da qualidade com o objetivo de um fazer crer no leitor da veracidade das informações veiculadas pela revista. O locutor de MH expõe que “durante anos, a masculinidade foi identificada com uma vida espartana e prazeres brancos”. Apresenta, então, um distanciamento dessa ideia, acrescentando que, nos dias atuais, “nunca vimos tanta solução legal, feita com base científica e focada nas características do macho”. Traz, ainda, expressões como “elas [as mulheres] têm vantagens competitivas naturais: têm mais poder de comunicação e se adaptam mais facilmente do que nós [homens]”. Há uma tentativa de aproximação através do uso de termos que incitam o outro a uma mudança de atitude, como nos exemplos abaixo:

(20) para você se dar bem

(21) para você reforçar essa ideia e sair bem na foto

(22) quer aproveitar legal toda essa energia e longevidade? Cuide da fachada

(23) você não vai querer aparecer por aí com cara de acabado, vai?

(24) você vai se aproveitar dessa fornada, não?

A revista MH projeta uma imagem do homem que consegue conjugar as chamadas “características do macho” com as inovações tecnológicas, cosméticas e de comportamento que, influenciadas pelas mudanças no perfil feminino, fizeram com que os homens necessitassem de adaptações ao novo tempo. A MH trabalha com a ideia de que o homem deve incorporar algumas características consideradas por eles femininas (como cuidados com o corpo e a saúde) sem deixar de lado itens do que seria uma masculinidade clássica, que incluiria preocupação com o sexo e a virilidade. As mudanças na identidade, no perfil, de homens e mulheres seriam indicativos de alteração no modo de condução do texto.

## **6. Conclusão**

Todo texto ambiciona exercer alguma influência no outro pela orientação dos diferentes modos de ver e de pensar o mundo. Para isso, o locutor lança mão de

estratégias para captar a atenção do destinatário. As cartas do editor, que possuem a intenção de divulgar os assuntos presentes nas revistas, mostram a construção de um percurso no qual o leitor é colocado na posição de co-enunciador, de modo que haja uma identificação por meio da incorporação dos valores veiculados. A adesão do outro é buscada pelo alinhamento entre o *ethos* do enunciador e o *ethos* do enunciatário, de acordo com o jogo de restrições e estratégias do contrato comunicativo.

Por meio da enunciação, conjuga-se o mundo representado ao enunciado. A fala do enunciador incorpora a imagem pretendida, de modo a atestar a legitimidade do dito. Como estratégias de convencimento, os lugares da qualidade e da quantidade aparecem como recursos consistentes para a consecução de uma imagem de aproximação com o outro. Ambas as revistas procuram construir um espaço de interlocução com o leitor pela elaboração de uma imagem de cumplicidade, com o objetivo de fazê-lo incorporar as identidades veiculadas pela revista. Para isso, a revista constrói uma imagem de si que valoriza, no caso da MH, os lugares de quantidade, e, no caso de CLA, os lugares da qualidade, perspectiva condizente com a diferenciação nos estereótipos de masculinidade e feminilidade veiculados pelas revistas.

Os *ethé* encaminham o discurso para a adesão do leitor ou por meio de um discurso de identificação pela incitação à ação, de modo a passar uma imagem de fortalecimento do masculino; ou por meio de um discurso de companheirismo, com buscas à identificação pelo equilíbrio. Como o *ethos* é mais mostrado do que dito, o uso dos indicadores não é categórico; seu conjunto é que forma a imagem pretendida.

Seja por um discurso que chama para a ação, de modo a modificar o *status quo*, como no caso da MH; seja por meio de um discurso de cumplicidade, de busca do equilíbrio, como no caso de CLA, valer-se dos recursos retóricos é ferramenta importante para a consecução dos objetivos enunciativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amossy, Ruth. 2011. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto.

Aristóteles. 2005. *Arte retórica e arte poética*. Tradução de A. P. de Carvalho, 17. ed. Rio de Janeiro: Ediouro.

Barthes, Roland. 1970. L'ancienne rhétorique [Aide-mémoire]. In: *Communications*, 16., Recherches rhétoriques. pp. 172-223. doi: 10.3406/comm.1970.1236 url:

/web/revues/home/prescript/article/comm\_0588-8018\_1970\_num\_16\_1\_1236 Consulté le 25 avril 2014.

\_\_\_\_\_; Bouttes, Jean-Louis. 2011. Lugar-comum. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 266-277.

Charaudeau, Patrick. 2004b. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Trad. de Renato de Mello. In: Machado, Ida Lucia & Mello, Renato de (Org.). *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Núcleo de Análise do Discurso, NAD, FALE/UFMG, p. 13-41.

\_\_\_\_\_. 2007. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: Pauliukonis, M. Aparecida Lino & Gavazzi, Sigrid (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.

\_\_\_\_\_. 2009. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: Pietroluongo, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 309-326. Consulté le 25 juillet 2014 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications. URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>

\_\_\_\_\_. 2009b. *Linguagem e discurso: modos de organização*. [coord. da equipe de trad. Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado]. 1ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. 2010. *Discurso das mídias*. [trad. Angela M. S. Corrêa]. 2ed., São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. 2013. *O discurso político*. [trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz]. 2 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. Maingueneau, Dominique. 2004. *Dicionário de análise do discurso*. [coord. Trad. Fabiana Komesu]. São Paulo: Contexto.

Kerbrat-Orecchioni, Catherine. 2010. O ethos em todos os seus estados. In: Machado, Ida Lúcia; Mello, Renato de (org.). *Análises do Discurso Hoje*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira– (Lucerna).

Maingueneau, Dominique. 2008. *A propósito do ethos*. In: Motta, Ana Raquel; Salgado, Luciana (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto.

\_\_\_\_\_. 2013. *Análise de textos de comunicação*. 6ed. ampl. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez.

Perelman, C.; Olbrechts-Tyteca. Lucien. 2005. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

ANEXOS

CARTA DO EDITOR

POR AIRTON SELIGMAN

# A aparência dos vencedores

Nunca tivemos tantas soluções para melhorar o visual. E nunca você teve tantos motivos para aproveitá-las



**A**qui está mais um providencial Especial de Cuidados Pessoais, serviço masculino no qual a MEN'S HEALTH foi pioneira no Brasil. Hoje publicamos dois por ano – em abril, com foco no inverno, e este de outubro, para você se dar bem no verão. Desde nosso lançamento, há mais de seis anos, batemos na tecla de que cuidar da aparência – assim como construir um corpo legal, fazer sexo de forma plena, manter a saúde em alta, cultivar hábitos espertos de nutrição e turbinar estilo e carreira – é fundamental para o bem-estar masculino. Nesta edição estão 14 páginas para você reforçar essa ideia e sair bem na foto. Mas antes de curtir as 126 soluções e produtos do Especial (pág. 90), dê uma olhadinha por que ele é tão importante na sua vida.

• **Estamos vivendo mais.** Em meio século, a expectativa de vida do homem brasileiro cresceu 22 anos. Atingimos em média cerca de 70 anos, contra 48 anos em 1960. O que isso quer dizer? Que o velho de ontem é só o cara mais experiente de hoje. Nos últimos 50 anos, fomos brindados com um salto inigualável em conhecimento e desenvolvimento tecnológico na medicina e na nutrição. Tudo iluminado por uma visão de mundo mais leve, legada da contracultura. O resultado? Hoje você estende a diversão por mais tempo. Os cinquentões atuais curtem esportes radicais, viagens legais, mandam bem na academia e na carreira, e... têm mais oportunidades de sexo que seu avô tinha quando completou 50. Melhor: os cinquentões atuais vão ter sexo até os 70, 80, com as soluções farmacêuticas para disfunção erétil. A pergunta: quer aproveitar legal toda essa energia e longevidade? Cuide da fachada já.

• **Subir na vida está mais difícil.** Sim, as mulheres vêm disputando os melhores postos de trabalho e tomando posições de chefia que tradicionalmente eram masculinas. Isso é ótimo para o mundo. Mas ruim para seu salário. No atual caos do mercado de trabalho, elas têm vantagens competitivas naturais: têm mais poder de comunicação e se adaptam mais facilmente do que nós. A questão: vai chegar mulambento naquela entrevista de emprego? Acha que só boas ideias sustentam uma promoção? Um tapa na fachada aumenta suas chances.

• **Estamos superexpostos.** Ao sol. Ao escrutínio público nas redes sociais. Às avaliações profissionais – seu concorrente ou empregador hoje vive em Cingapura, no Vale do Silício, no México... Ao erivo feminino, cada vez mais criterioso. Então, você não vai querer aparecer por aí com cara de acabado, vai?

• **A indústria está a nosso favor.** Durante anos, a masculinidade foi identificada com uma vida espartana e prazeres brancos. Comer iguarias era coisa de quem usava babados nas mangas. Cuidar do corpo, uma atitude feminina. Cremes? Só quando a pele rachava ou você se enchia de bolhas ao sol. A indústria de cosméticos, claro, era voltada para as mulheres, vaidosas por natureza. Só que o mercado uma hora precisa se expandir. A solução? (“Ei, os homens estão menos brucutus...”) Óbvio, atacar o universo masculino. Resultado: nunca vimos tanta solução legal, feita com base científica e focada nas características do macho. Agora diz, você vai se aproveitar dessa fornada, não?

• **A gente gosta de sexo.** Cheers.

AS



5 sacadas espertas  
**PARA NÃO FICAR  
PRESO NA MESMICE**

*“Eu gosto do impossível porque lá a concorrência é menor.”*

**Walt Disney**

*“Você nunca sabe a força que tem, até que a sua única alternativa é ser forte.”*

**Johnny Depp**

*“A vida esguicha como uma fonte para aqueles que perfuram a rocha da inércia.”*

**Alexis Carrel, biólogo e ganhador do Prêmio Nobel**

*“Não tenhamos pressa, mas não percamos tempo.”*

**José Saramago**

*“O impossível só vira realidade se você estiver bem preparado quando a chance aparecer.”*

**Oscar Schmidt**

## E e você

**E**ntra ano, sai ano, nossas aflições estéticas se intensificam no verão. E ano após ano a gente comete a mesma imperfeição: deixa para pensar no assunto no último minuto. Em CLAUDIA, não acreditamos em milagres nesse departamento: nenhum creme acaba com a celulite em uma semana, nenhuma dieta faz a barriga chapar em pouco tempo, nenhuma atividade física esculpe o corpo de uma hora para outra. Não nos enganemos. Como a maioria de nós não nasceu Gisele Bündchen, que estampa nossa capa em um momento tão feliz – gloriosa aos 32 anos, na segunda gravidez –, melhorar nosso patrimônio genético requer planejamento, dedicação e bom senso.

O Projeto Verão, que lançamos nesta edição e que se estenderá pelos próximos meses, vai ajudar você a se programar para chegar mais linda e saudável ao momento do biquíni. Vamos falar de malhação, tratamentos estéticos, dietas e nutrição de forma realista, porque somos a favor de mudanças consistentes, duradouras e seguras. Para completar o pacote, no site de CLAUDIA você encontrará um calendário com dicas diárias de beleza, dieta e fitness que compõem um programa intensivo de quatro meses.

Não espere nenhuma mágica, nenhuma descoberta mirabolante da ciência. A realidade, você sabe tão bem quanto eu, é que quem quer perder peso tem que comer menos e com mais qualidade (é aí que a gente entra, para ensinar como); quem quer um corpo torneado e tonificado deve ter disciplina e dedicação constante a alguma atividade física (nós ajudamos a procurar alguma que anime você). Vamos juntas. Não necessariamente pelo biquíni, mas sobretudo pela saúde e pelo bem-estar.

O bom senso, que eu citei lá em cima, também é importante. Para a gente não esquecer que, no verão ou em qualquer estação, devemos apreciar quem somos, com nossas singularidades e com nossas imperfeições – e saber a hora de jogar nossa energia e nosso tempo em outras coisas. Afinal, o empenho de se cuidar e ficar mais bonita é válido, mas beleza e magreza não são garantia de felicidade.



Paula

PAULA MAGESTE, DIRETORA DE REDAÇÃO  
claudia.abril@abril.com.br

Foto: Nano Moraes/Cabele e maquiagem: Fernando Torquato

## EMOÇÕES SUSCITADAS E EMOÇÕES EXPRESSAS: CONTRIBUIÇÕES DA RETÓRICA E DA LINGUÍSTICA DISCURSIVA PARA ANÁLISE DE UM VÍDEO-RESPOSTA<sup>11</sup>

Helcira LIMA<sup>12</sup>

### Introdução

A partir das considerações de Meyer (2008), em sua leitura da retórica clássica, entendo o *pathos* ou paixões como dizendo respeito ao que nos coloca em relação com o outro. Nesse sentido, ele se relaciona à alteridade, à alternativa, ao lugar do outro. Segundo o filósofo, os homens exercem sua liberdade, sua contingência própria, exprimindo suas diferenças, por isso não há como ignorar as paixões. Elas colocam em destaque nossa relação com o outro, jogo se dá em uma relação de aproximação e distanciamento. O si é constituído do conjunto de narrações que produzimos sobre nós mesmos; sermos nós equivale a impormo-nos como diferentes em relação aos outros, homogeneizados pela identidade do grupo, que transcendemos, mas também ao qual pertencemos.

Desse sentimento de pertença surgem manifestações apaixonadas de grupos sociais em relação a assuntos que envolvem crimes violentos, posições religiosas, debates políticos e, também, a assuntos que dizem respeito à vida privada de figuras midiáticas. No que concerne à última, a polêmica que envolve a publicação de biografias não autorizadas no Brasil interessa-me, sobremaneira, uma vez que coloca em destaque uma discussão sobre o tão complexo par opositivo “público/privado”, com suas complexas implicações políticas. No que nos toca mais diretamente, tal debate nos leva a pensar em como as paixões conduzem a construção argumentativa dos discursos

---

11 Parte do artigo será publicada com o título “As emoções e sua implicação na construção argumentativa” em: Eduardo Lopes Pires, Eduardo Lopes; Olímpio-Ferreira, Moisés. Discurso e argumentação: múltiplos enfoques. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

12 Professora nos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Letras da UFMG. Líder do grupo de pesquisa “Retórica e argumentação”, credenciado no CNPq (FALE/FAFICH). [helciralima@uol.com.br](mailto:helciralima@uol.com.br).

que circulam sobre o assunto nos veículos de comunicação, através da voz de envolvidos direta ou indiretamente no debate. Desse modo, trata-se de pensar, a partir da análise de um vídeo-resposta, produzido pelo grupo “Procure Saber”, como se constrói argumentativamente as emoções e em que mecanismos linguístico-discursivos tal construção se sustenta. Pretendemos, assim, apresentar uma breve reflexão sobre a construção argumentativa das emoções, considerando-se a importância de determinados mecanismos linguísticos e, por consequência, o fato de que a Linguística tem muito a oferecer às pesquisas sobre o assunto, em seu diálogo com a retórica clássica e com a Análise do Discurso. Intentamos, ainda, refletir sobre o papel dos valores na construção argumentativa das emoções.

### **Emoções e Linguística**

No terreno da Linguística os estudos sobre as emoções foram, de certo modo, silenciados ao longo dos anos, em especial, nas pesquisas pautadas em abordagens estruturalistas e gerativistas da língua. A cisão operada por Saussure excluiu sujeito, referente e história e, com isso, evidentemente, a possibilidade de se pensar em expressão de emoções na língua. As abordagens gerativistas, do mesmo modo, com razões e mecanismos distintos, também negligenciaram as emoções. Evidentemente, outros autores também contribuíram com esse silêncio: como a escola de Port Royal, de base cartesiana, por exemplo.

Algumas contribuições, ainda não suficientes para diminuir o preconceito em relação às emoções, lançaram algumas luzes, no percurso dos estudos da linguagem, sobre o assunto, entre as quais se destacam Charles Bally, com o *Tratado de Estilística Francesa* e Searle, com os atos expressivos, por exemplo.

Na atualidade, poderíamos destacar a importância de Kerbrat-Orecchioni, Plantin e Amossy no domínio da Linguística e da Análise do Discurso e Meyer, no domínio da filosofia, os quais atestam a importância de se estudar o papel das emoções no discurso e oferecem contribuições muito significativas.

De acordo com Kerbrat-Orecchioni (2000), as emoções apresentam importantes problemas para a Linguística, os quais apontam para desafios (subjetividade, intencionalidade, entre outros). Em virtude disso, a relação que a Linguística estabelece

com as emoções é de esquiva, de fuga. Todavia, em uma posição contrária a de grande parte dos pesquisadores, a autora defende a importância de se estudar a expressão das emoções no discurso. Mesmo que os métodos dos linguistas (análise sintática, semântica/pragmática, análise conversacional, entre outras) não permitam que as emoções sentidas sejam estudadas, estas são lexicalizadas na língua, deixam traços nas escolhas lexicais (em termos de emoção, por exemplo), na organização sintática (posposição do sujeito, por exemplo) ou pragmática (atos expressivos, por exemplo), os quais são perceptíveis na fala e também nas condutas não verbais dos locutores (expressões faciais, variações do tom de voz, proxêmica). Tais traços são as manifestações emocionais que os linguistas devem descrever e analisar e é, segundo atesta Kerbrat-Orecchioni, o que foi ignorado por um longo tempo. Nesse sentido, seria possível estudar a emoção denotada em termos de valor axiológico (substantivos, adjetivos, quantificadores etc.), modalizadores, deslizes semânticos (“Isso não é uma Brastemp”), entre outros.

Plantin (2003), por sua vez, defende a ideia de que é possível argumentar emoções, visto que, quando os locutores se encontram em situação de conflito ou dissenso, podem procurar fundar a legitimidade de uma disposição afetiva. A formulação de um enunciado de emoção deve considerar, para o autor, as razões que sustentam a intencionalidade do discurso construído pelas respostas que buscam legitimar uma emoção. Plantin apresenta um modelo que almeja reconstruir o desenvolvimento das emoções na fala, com apoio especial da linguística (Kerbrat-Orecchioni, Wierzbicka etc.) e da psicologia (Scherer, Ungerer etc.).<sup>13</sup>

Amossy (2010) se mantém fiel ao projeto retórico e aborda as emoções pelo viés da retórica clássica, de modo a destacar a inter-relação entre *ethos*, *pathos* e *logos*. Para a autora, a cisão operada ao longo da história não procede e as emoções não podem ser dissociadas da razão. Nessa perspectiva, a análise argumentativa do discurso leva em conta o elemento emocional inscrito no discurso, em sua estreita ligação com a *doxa* do auditório e com os processos racionais que visam alcançar a adesão. A *mise en scène* e a verbalização, por exemplo, do sofrimento de um terceiro situado fora da interação, produzem um efeito patêmico que depende do tipo de troca na qual o sujeito se encontra engajado, assim como do dispositivo comunicacional que regula a troca. Para Amossy,

---

13 Em 2011, Plantin lançou a obra “*Les bonnes raisons des émotions. Principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*”, na qual apresenta de forma mais detalhada os resultados de suas pesquisas sobre as emoções ao longo dos últimos anos.

(...) la rationalité au fondement de l'entreprise de persuasion ne suffit pas pour la soutenir. En effet, l'image projetée par l'orateur ne doit pas seulement susciter chez l'auditoire un jugement de valeur fondé en raison; elle doit aussi parler au coeur, elle doit émouvoir. (AMOSSY, 2008:117)

Assim como Amossy, Meyer (2007) também destaca a necessidade de se considerar a inter-relação entre as três provas. Segundo o autor, os diversos lugares conferidos às provas retóricas ao longo do tempo fizeram da retórica algo de contornos mal definidos e confusos, que parece não ter objeto próprio. Como encontrar unicidade? As três provas devem ser postas em pé de igualdade, se não quisermos cair em uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórico-argumentativa.

É na tríade – *ethos*, *pathos* e *logos* –, segundo Meyer (2008), que se jogam as questões, as respostas e também sua formulação dentro de uma transação linguageira. Isto porque orador, auditório e linguagem são igualmente essenciais. A partir dessa premissa, o autor definirá a retórica como negociação da distância entre os indivíduos sobre uma questão dada. A “problematicidade”, termo usado por ele, leva a uma melhor compreensão da retórica, uma vez que não discutimos sobre o que já está acordado. Discutimos sobre o que constitui um problema, sobre o que não é verdade absoluta, por isso podemos dizer que a retórica é o estudo da relação entre as perguntas e as respostas que abrangem o problema. A retórica trata da problematicidade que afeta a condição humana, tanto nas suas paixões quanto nas suas razões e no seu discurso. Enfim, qualquer distância entre os homens precisa de uma justificativa.

Como tudo se faz na e pela linguagem, é nela que toda a construção argumentativa se realiza. É nela e através dela que negociamos a identidade e a diferença, a própria e a dos outros. Nesse sentido, a linguagem não é vista como transparente, mas ao contrário ela é opaca, conflituosa, tal como apregoam as bases da AD, em seu diálogo com a herança da retórica clássica. As relações de força estariam em jogo na construção de todo e qualquer texto, uma vez que “(...) c’est toujours dans un espace d’opinions et de croyances collectives qu’il tente de résoudre un différend ou de consolider un point de vue”. (Amossy, 2010:85).

É por isso que Amossy afirma ser a doxa referente a saberes ou evidências partilhadas, que constitui a base de toda construção retórico-argumentativa. Nesse mesmo sentido, Meyer (2008) salientará o papel do termo “valor”, definindo-o como o responsável por recobrir as identidades e as diferenças valorizadas socialmente. O fato

de a pureza e a inocência da criança serem valores a se preservar é o que condena a pedofilia, por exemplo.

A dignidade da vida se coloca em debate em casos de eutanásia, pena de morte, aborto e outros assuntos polêmicos de modo diferente em cada sociedade. O que determina essas diferenças tão essenciais e profundas? Nas comunidades arcaicas a identidade do grupo é um imperativo absoluto de reconhecimento mútuo e de sobrevivência do grupo. Essa identidade tem por corolário a rejeição à diferença e ainda hoje tenta resolver as ligações sociais de uma comunidade excluindo a diferença. O estranho é mal visto, o que não age como todo mundo, que não se veste como todo mundo e, ainda, o que não sente o que a maioria sente.

Como se pode observar nesse breve percurso, embora os estudos sobre o papel das emoções na construção argumentativa tenham sido negligenciados e até mesmo negados, pesquisas atuais atestam sua importância e colocam em cena abordagens teóricas distintas para lidar com essa problemática.<sup>14</sup>

### **Emoções e valores: notas sobre uma polêmica**

Sem pretender desconsiderar o papel da dimensão da construção das imagens e da dimensão da construção discursiva (Lima, 2015),<sup>15</sup> assim como a inter-relação entre

---

14 Para saber mais sobre o assunto, ver: Michelli (2010).

15 Entendemos que a dimensão *patêmica* relaciona-se à mobilização das emoções com fins persuasivos, mas também à expressão das emoções. Isto porque, embora o analista do discurso não disponha de instrumental para lidar com a emoção sentida, defendemos que, a partir da contribuição de autores como Wierzbicka (1999), Kerbrat-Orecchioni (2000), Plantin (2003, 2011), é possível analisar elementos concernentes à *expressão das emoções no discurso* ou, melhor dizendo, à *atribuição de emoções no discurso*.

A dimensão da *construção das imagens (de si e do outro)*, por sua vez, relaciona-se à ideia do *ethos* retórico, embora não se restrinja à construção da imagem de si no discurso. O outro – e a imagem que se constrói acerca dele – não se faz presente apenas como um destinatário ideal, mas, também, e, sobretudo, como um sujeito também construído no discurso. Trata-se de colocar em destaque a subjetividade, ou melhor, a intersubjetividade e a alteridade. Tal relação aponta para a própria definição de Retórica, defendida por Meyer (2008), como sendo negociação da distância entre os homens.

A terceira e última dimensão, nomeada em trabalhos anteriores, por falta de um termo melhor, de *demonstrativa* e agora denominada de *dimensão da construção discursiva*, foi pensada inicialmente como tendo como eixo o funcionamento da argumentação no Tribunal do Júri brasileiro, e como sendo relativa a um uso da linguagem sob as bases de uma racionalidade mais calculada. Isto não quer dizer que não haja racionalidade nas outras duas dimensões, mas sim que ela levaria em conta o recurso às provas técnicas, tais como laudos, documentos, fotografias etc., bem como uma organização do discurso voltada para o convencimento. Contudo, ao refletir sobre outros gêneros discursivos e sobre a interrelação entre as três dimensões, acreditamos ser necessário salientar que essa dimensão diz respeito também e, sobretudo, à construção discursiva, aos elementos usados na materialidade linguístico-discursiva que

as três dimensões, destacamos, agora, o papel das emoções a partir da leitura de alguns fragmentos de um vídeo-resposta, divulgado na internet pelo Grupo *Procure Saber*. Antes de iniciar a leitura, apresentaremos algumas considerações sobre o imbróglio que deu origem à produção do vídeo e à formação do grupo.

### **As origens do imbróglio**

A controvérsia sobre a publicação de biografias não autorizadas no Brasil ganhou dimensão quando o cantor e compositor Roberto Carlos, em uma disputa judicial que visava a retirar de circulação a biografia “Roberto Carlos em detalhes”, saiu vencedor, em 2007. Esse evento gerou a resposta da Associação Nacional dos Editores de Livros (de agora em diante, Anel), que entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra os artigos 20 e 21 do Código Civil os quais protegem os biografados. Além desse evento, que suscitou calorosos debates, no dia 5 de outubro de 2013, Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Djavan e Erasmo Carlos, artistas de renome nacional e internacional, uniram-se a Roberto Carlos, fundando o grupo *Procure Saber*. O objetivo do Grupo, entre outros, é evitar a publicação de biografias não autorizadas, apoiando-se justamente nos artigos mencionados. Em uma posição oposta a destes artistas, a Anel argumenta que a norma contraria a liberdade de expressão e de informação, e pediu que o Supremo Tribunal Federal declare não ser preciso autorização do biografado para a publicação dos livros. Esse imbróglio acionou uma memória discursiva sobre a relação público/privado no Brasil e o fantasma da censura, de modo a suscitar apaixonados debates. A imagem de artistas, biógrafos, empresários e advogados foi construída e desconstruída nos textos publicados em veículos de grande circulação no país, como *Folha de São Paulo*, *O Globo* etc.. O tema gerou uma avalanche de artigos de opinião e entrevistas, entre os quais se destaca a divulgação do vídeo<sup>16</sup>, de quase cinco minutos, produzido pelo grupo *Procure Saber* em uma resposta às críticas recebidas por seus membros.<sup>17</sup>

---

amparariam a construção argumentativa (Lima, 2015).

<sup>16</sup> O vídeo, editado por João Daniel Tikhomiroff, conhecido por seu premiado trabalho em publicidade e pela direção do longa-metragem “Besouro”, traz depoimentos de Roberto, Gil e Erasmo Carlos durante quase cinco minutos.

<sup>17</sup> É importante mencionar que no dia 10 de junho do ano corrente, os ministros do Supremo Tribunal Federal deram um fim ao processo, votando a favor da publicação de biografias não autorizadas. Uma

A partir da apresentação das condições de produção do discurso, partiremos, agora, para uma breve reflexão tendo como fio alguns fragmentos transcritos do vídeo.

### **Uma breve leitura**

A origem dos valores é, para Meyer (2008), a diferença e mesmo um conjunto essencial de diferenças essenciais, responsáveis por fundar a vida em grupo, sem as quais a vida não seria possível. Entretanto, destaca o autor, a identidade do grupo, justamente por refletir algo comum àqueles membros, rejeita toda diferença. Isto porque, por definição, a diferença e a identidade são realidades contraditórias. São essas diferenças essenciais referentes à vida e à morte, ao respeito aos pais e às crianças, às relações entre homens e mulheres que tornam possível a família e a pátria, por exemplo. Para tornar essas diferenças intocáveis em um mundo definido pela identidade é preciso *sacralizá-las*: “Le sacré est ce que l’on met à distance: Il protège, mais Il est aussi dangereux et terrifiant, exigeant et redoutable” (Meyer, 2008:192).

Ciente disso, em uma empreitada de persuasão, os sujeitos, ao mobilizarem os saberes partilhados, opiniões comuns, valores que eles reúnem, anulam o efeito de distanciamento em relação ao auditório. Há, assim, um desejo de se eliminar a incerteza no nivelamento, no qual cada um se acomoda no papel de espelho do outro.

Isto parece ser o que acontece no caso da polêmica instaurada sobre as biografias no Brasil, pois há um desejo de se proteger a vida privada, evitar o embate e a aparição de diferenças. Talvez haja um receio de mostrar algo que pode não ser aceito pelo Grupo. Na resposta dada pelo *Procurador Sabido*, parece haver um movimento para diminuir a diferença, a distância entre eles e o auditório, que, nesse caso, abrange a opinião pública de um modo geral.

As emoções são essenciais a esse embate, pois é através delas que as distâncias são negociadas. A identidade dos grupos é constituída pelos valores que são comuns aos sujeitos e os transcendem também. Todavia, é importante salientar que não entendemos esses valores como naturalmente comuns, mas sim como historicamente construídos para parecerem naturais.

---

fala da Ministra Carmem Lúcia merece atenção por refletir o rechaço à censura que poderia advir em caso de uma possível proibição: “Censura é uma forma de calar a boca. Cala a boca já morreu. É a Constituição brasileira que garante”.

Na polêmica sobre as biografias, o que se nota é que a imagem da vida privada, da intimidade, de alguma maneira, foi construída como algo sagrado e, por isso mesmo, intocável por parte dos defensores das ideias do *Procure Saber*. Esse processo de sacralização incita a uma escamoteação da importância do debate sobre a problemática relação entre público e privado no Brasil, além de visar à produção de determinados efeitos patêmicos no auditório. O privado é apresentado como algo ligado a mais profunda intimidade do sujeito, algo que deve ser preservado, enquanto que o público é construído como o que pode ser visto, mostrado e explorado, sobretudo pela mídia, embora a polêmica se trate da publicação de textos biográficos. É o que se nota na seguinte passagem do texto-resposta do grupo *Procure Saber*:

**Nunca quisemos exercer qualquer censura; ao contrário, o exercício do direito à intimidade é um fortalecimento do direito coletivo. (...) Só existiremos enquanto sociedade se existirmos enquanto pessoas.**

Na passagem em destaque, a estrutura da negação “nunca... (mas) ao contrário...” aponta para um pseudoato de retificação<sup>18</sup>, que visa à reconstrução da face do locutor. Não se trata de um ato de retificação no molde padrão, porque o segundo enunciado da estrutura não retifica o conteúdo do primeiro, mas sim apresenta outro argumento que seria aquele defendido pelo grupo.

Nesse caso, temos o item lexical “censura” negado no enunciado 1 em uma suposta relação de oposição à “intimidade”, item presente no enunciado 2. Porém, a defesa à intimidade não se coloca em uma relação de contradição ou contrariedade em relação à censura. Na verdade, a defesa da intimidade está ligada, nesse caso, à mesma rede semântica da censura: não à censura levaria a “sim à liberdade”, mas, nesse caso, não à censura, leva a “sim à intimidade”. Dessa maneira, no lugar de um enunciador que nega a privação da liberdade decorrente da censura, temos uma voz que, de certa maneira, a autoriza.

O privado, assim, passa a ser esse lugar da intimidade, mas, nesse caso, não como alternativa às relações massificadas e sim como forma de proteção de interesses pessoais, o que se nota na seleção do item lexical “pessoas”. Tal termo se associa à rede semântica do “pessoal”. Nesse caso, talvez, se o item “indivíduos” fosse usado, a

---

18 Moeschler (1982) assim define o ato de retificação: ele incide sobre um simples constituinte do enunciado rejeitado e corresponde aos enunciados negativos, nos quais o foco é indicado por um encadeamento que se dá sobre a enunciação negativa. Sua estrutura formal é bastante estável, necessitando da presença de um conjunto antonímico que possua as propriedades seguintes: (i) possa ser introduzido pelo conector pragmático “mas”. Nesse sentido, o conector “mas” é um marcador indicativo de retificação. (ii) conserve uma relação de oposição semântica (contradição ou contrariedade).

associação com o termo “individual” pudesse ser vista de uma maneira ainda mais negativa.

De acordo com Hanna Arendt (2003), a consequência imediata das mudanças pelas quais a modernidade passou em relação ao trabalho e as consequentes mudanças em relação ao par opositivo público e privado é que a vida e a necessidade assumem lugar central da questão política, reduzindo cada vez mais a política ao campo das necessidades. Como consequência dessas relações, a esfera da vida privada se tornou a única preocupação comum que restou. O fragmento abaixo parece ser ilustrativo dessa problemática:

**Por acreditar nesta fantástica conquista do direito à intimidade é que colocamos nossa cara a tapa, com todo respeito, no entanto, à liberdade de informação. Nossa vida é nossa melhor defesa.**

O uso da modalidade, que sinaliza um trabalho com a face, regula a entrada em cena dos sujeitos participantes e o jogo de forças que se instaura nessa encenação. Ao colocar em destaque a expressão “com todo respeito”, os sujeitos não só protegem a própria face, mas também resguardam a face do outro. A seleção lexical “fantástica conquista” aponta para a rede sónica da luta pela liberdade, o que traz à cena a memória da ditadura, ressignificada, nesse caso.

Nesse perigoso jogo entre relações públicas e privadas, talvez o que incomodou mais e incitou a publicação de tantos artigos de opinião seja uma ambiguidade própria à vida dos artistas, o que faz com que a manifestação pública predomine sobre a privada em determinados momentos. Momentos em que se mesclam paixões variadas e que não é fácil manter o controle da distância em relação ao outro. Além disso, o debate foi mediado por múltiplos interesses da mídia e os fatos foram noticiados exaustivamente.

As críticas que recaíram sobre o *Procure Saber* podem ser pensadas em sua relação com um medo que assombra a mídia desde sempre: qualquer coisa que aponte para a regulação, para o controle da informação pode desencadear na censura. Ademais, é importante lembrar algo inegável: a vida de pessoas públicas tem uma dimensão pública. A respeito disso, Souza (2011:29) afirma que “O mercado de notícias sensacionalistas do mundo globalizado opera, portanto, a diluição gradativa das esferas pública e privada, graças ao enfraquecimento dos valores que definiriam os seus componentes”.

Disso resulta que a vida dos artistas é esmiuçada em jornais e revistas, os quais se valem do desejo do público de se aproximar do “star” e o sustentam com elementos

que, ao suscitarem paixões diversas, criam a ilusão de diminuir a distância que separa o admirador de seu ídolo. A relação é complexa, porque, ao mesmo tempo em que a mídia cria e recria informações de cunho íntimo – o que é recriminado e alvo de processos –, em uma tentativa de nunca cair no esquecimento, estes mesmos artistas alimentam a mídia de informações sobre sua vida privada a fim de fomentar esse desejo pelo que é escondido, íntimo, proibido.

É relevante lembrar que o argumento usado vai contra a própria defesa do grupo: “nossa vida é nossa melhor defesa”. Se a vida deles é pública como defender a privacidade desse modo?

**Nós estamos onde sempre estivemos: pregando a liberdade, o direito às ideias, o direito de sermos cidadãos que têm uma vida comum, que têm família e que – acreditem – sofrem e amam, às vezes a dois ou na solidão, sem compartilhar com todos, momentos que são nossos.**

No 3º fragmento em destaque, o termo “família” surge como um valor. Na verdade, trata-se de um dos valores mais fortemente evocados na argumentação do *Procurer Saber* e que ainda constitui um elemento forte na cultura brasileira, apesar de todas as mudanças pelas quais nossa sociedade vem passando. Mesmo com a modificação da estrutura basilar da família (mãe, pai e filho), ainda assim ela se apresenta como um valor, um cimento social. Além disso, o *ethos* prévio de sujeitos que lutaram contra a ditadura brasileira e a toda forma de repressão é resgatado, de modo a minimizar o peso das afirmações divulgadas pelo Grupo. A relação entre liberdade e privacidade é apoiada por termos de emoção: “sofrem, amam, solidão”. Tais termos funcionam como “detonadores de emoção”. Se não há como defender a liberdade de expressão e o direito de impedir a divulgação de fatos de sua vida a partir de outros argumentos, a construção pela emoção funcionaria como o recurso necessário e adequado à demanda do momento. Isto porque, na verdade, os defensores da proibição estão longe de serem cidadãos comuns. Optaram pela vida artística! É o pacto!

Ao se referir à polêmica sobre a censura por parte de determinados biografados, a historiadora Heloisa Starling, juntamente com Lilia Moritz Schwarcz, retomando Sérgio Buarque de Hollanda, afirma que

No Brasil, a vida privada ocupa ainda hoje o papel de nossa principal referência. A interpretação mais frequente desse fenômeno aposta na ideia de que a ancoragem no privado é sinal de maturidade democrática. O suposto é que essa expansão democrática se sustenta em direitos e, uma vez que os

direitos são respeitados, não há motivo para maior preocupação. (Starling e Shchwarz, 2003:1)

Para as pesquisadoras, com tudo isso, Sérgio Buarque de Hollanda talvez se espantasse com a maneira como o homem cordial reapareceu na agenda do dia, disposto a marcar o debate sobre o tema das biografias e a reivindicar para suas demandas e desejos individuais o amparo da lei.

Como a premissa filosófica da cordialidade é a supervalorização da intimidade, o medo da violação parece ser o mote do desejo da interdição, da proibição das biografias sem consentimento – a despeito dos interesses financeiros em pauta. Quais seriam os receios do grupo? O que estaria próximo o suficiente para incitar o medo da violação? O que não poderia ser visto, lido, conhecido? Para Aristóteles (2003 [s.d.]), só os males que podem nos causar mágoas profundas e estão próximos de nós podem nos provocar medo. O medo aponta para uma imagem negativa do outro que suscita essa paixão. Segundo o filósofo, tememos os fortes e não os fracos.

O fato é que o direito à preservação da intimidade não se mostrou suficiente no caso das biografias, uma vez que elas possuem uma importância capital à história do país. O argumento tão destacado pelo *Procurer Saber*, que coloca a família como elemento intocável, da mais alta intimidade do sujeito, poderia fazer valer a afirmação de Meyer (2008) de que se convence mais facilmente alguém se a vida ou a família é colocada em questão. Porém, nesse caso, nem mesmo a família, elemento importante na escala de valores que podem patemizar o discurso, mostrou-se suficiente para acalmar os ânimos alterados pelo medo da possibilidade de censura. O medo aqui aparece na posição contrária. É por isso que podemos dizer que as paixões passam por um processo de construção de imagens de si e do outro: as paixões apontam para o “como me vejo”, “como vejo o outro” e “como imagino que o outro me vê”.

No último fragmento em destaque, nota-se uma tentativa de se construir uma perfil positivo dos membros do grupo de modo a apagar ou, no mínimo, a minimizar a imagem de “censores”, tão destacada pela mídia e de modo também a construir argumentativamente outras emoções ou, como afirma Plantin (2003), de modo a argumentar outras emoções. Para tanto, mais uma vez o outro/a família aparece como bem maior, algo a ser preservado. Usa-se, ainda, o recurso à expressão da emoção para suscitar emoção. É o que reza o catecismo retórico: *mostre-se emocionado para emocionar mais*.

**Nós somos artistas, passamos a vida a tentar interpretar o sentimento das pessoas, ou, ao menos, a desnudar os nossos. Passamos a vida inteira a falar de amor e do amor. Nem por isto somos experts no assunto. Falamos com sinceridade e com emoção, tentando ser simples e tentando representar, com alguma leveza, a alma das pessoas que nos acompanham ao longo do tempo.**

Ao destacar o amor, que se trata de uma paixão que elimina a distância entre os sujeitos, que é o lugar da conjunção, atrelada a um *ethos* de sinceridade e humildade, o Grupo pode tecer uma trama que o apresenta como vítima e não como algoz. Isto porque as paixões suscitadas aparecem como respostas às representações dos outros, de modo a operar como imagens mentais: informam-me sobre mim e sobre o outro tal como ele age em mim. Por isso, pode-se afirmar que identidade e diferença, supostas ou reais, é o que parece governar a estrutura aristotélica das paixões. A resposta do grupo *Procure Saber* é uma resposta apaixonada nesse sentido, ela é regida pela lógica das paixões já que esta se trata de uma “lógica das consequências: tanto daquelas que não queremos como das que queremos, e daquelas com que nos ofuscamos mais ou menos intencionalmente” (Meyer, 1998:145).

Para concluir, é preciso afirmar, com Meyer (2008), que, para encontrar certa harmonia nos valores em jogo e em sua relação com as paixões, é preciso realizar a circulação social ou cada um ser o outro, o que coloca em jogo o risco de perder o próprio lugar... Talvez seja essa a lição que a retórica deixa ao debate sobre a publicação de biografias. Ou talvez ela afirme o contrário, por mostrar, por outro lado, a impossibilidade de se encontrar uma única via, já que a linguagem em si incita ao jogo.

Ademais das considerações já feitas por nós, pode-se notar, nessa breve leitura, que é possível desenvolver um estudo profícuo sobre o papel das emoções no terreno da Linguística e, mais ainda, não se pode ignorar a importância destas na construção discursiva. Elementos verbais que orientam argumentativamente o discurso, como seleção lexical (termos de emoção, detonadores de emoção), redefinições, dissociações e deslizes semânticos, modalização, implícitos, polidez, entre outros, atestam a importância desse diálogo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Aristóteles. 1998. *Arte retórica e arte poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 14ª Ed. Rio de Janeiro: ediouro.

- Aristóteles. 2003. *Retórica das paixões*. Trad. Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes.
- Amossy, Ruth. 2010. *L'argumentation dans le discours*. Discours politique, littérature d'idées, fiction. 3.ed. Paris: Armand Colin.
- Amossy, Ruth. 2008. Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos. In: Rinn, Michael (org.). *Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue*. Rennes: Presses universitaires de Rennes.
- Arendt, Hanna. 2003. *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Carrilho, Manuel Maria. 1999. Les racines de la rhétorique: l'antiquité grecque et romaine. In: Meyer, Michel (dir.) *Histoire de la rhétorique*. Des grecs à nos jours. Paris: Librairie Générale Française, p. 17-82.
- Charaudeau, Patrick. 2005. *Le discours politique: les masques du pouvoir*. Paris, Vuibert.
- Curtius, Ernest Robert. 1956. *La littérature européenne et le Moyen Age latin*. Trad. francês. Paris: PUF.
- Ducrot, Oswald. 2004. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: Doury, Marianne, Moirand, Sophie (éds). *L'argumentation aujourd'hui*. Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, p. 17-34.
- Fiorin, José Luiz. 2014. *Argumentação*. São Paulo: Contexto.
- Gnerre, Maurizio. 2001. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes.
- Guimarães, Eduardo. 1987. *Texto e argumentação. Um estudo das conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- Kerbrat-Orecchioni, Catherine. 2000. Quelle place pour les émotions dans la linguistique du XX siècle? Remarques et aperçus. In: Plantin, C., Doury, M., Traverso, V. *Les émotions dans les interactions*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon, p.33-74.
- Lima, Helcira Maria Rodrigues de. 2006. *Na tessitura do Processo Penal: a argumentação no Tribunal do Júri*. Tese (Doutorado em Linguística) — Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- Lima, Helcira Maria Rodrigues de. 2017. Emoções e discurso: notas sobre a vergonha. In: Chauvin, Jean-Pierre (org.). *Interfaces*. SP: Editora Mackenzie.
- Meyer, M. 2007. *A retórica*. São Paulo: Ática.
- Meyer, M. 2008. *Principia rhetorica*. Une théorie générale de l'argumentation. Paris: Fayard.

Micheli, R. 2010. *L'émotion argumentée*. L'abolition de la peine de mort dans le débat parlementaire français. Paris: CERF.

Moeschler, Jacques. 1982. *Dire et contredire*. Pragmatique de la négation e acte de réfutation dans la conversation. Berne, Frankfurt: M. Peter Lang, 1982.

Mosca, Lineide do Lago Salvador (org.). 2004. *Retóricas de ontem e de hoje*. 3ª Ed. São Paulo: Associação editorial Humanitas.

Moura, H. M. M. 1998. *Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot*. D.E.L.T.A., vol.14, nº.1. Florianópolis, ABRALIN/UFSC.

Osakabe, Haqira. 1979. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós.

Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. 1996. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.

Toulmin, Stephen Edelston. 1958. *The uses of argument*. Cambridge: Cambridge University Press.

Plantin, Christian. 1996. *L'argumentation*. Paris: Éditions Seuil.

Plantin, Christian. 2003. Structures verbales de l'émotion parlée et de la parole émue. In: Colleta, Jean-Marc & Tcherkassof, Anna. *Les émotions: cognition, langage et développement*. Belgique: Pierre Mardaga.

Reboul, Olivier. 1998. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes.

Souza, Enedia Maria de. 2011. *Janelas indiscretas*. Ensaio de crítica autobiográfica. Belo Horizonte: UFMG.

Starling, Heloisa & Shscwarcz, Lilia Moritz. 2003. Medos privados em lugares públicos. São Paulo: Folha de São Paulo/Ilustríssima, 03/11/2003.

Eemeren, Frans H. van & Houtlosser, Peter. 2004. Une vue synoptique de l'approche pragma-dialectique. In: Doury, Marianne, Moirand, Sophie (éds). *L'argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, p. 45-75.

## A RETÓRICA COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DA TRANSIÇÃO HISTÓRICA: DO PE. ANTÔNIO VIEIRA A ANTERO DE QUENTAL

Natalia TAMMONE<sup>19</sup>  
Artur Daniel Ramos MODOLO<sup>20</sup>

### RESUMO

O presente artigo objetiva estabelecer comparação sobre as dimensões argumentativas dos sermões do Pe. Antônio Vieira, no século XVII, e de Antero de Quental, no século XIX. Partimos da hipótese de que a construção e lógica argumentativa dos sermões e conferências produzidos, respectivamente, pelos autores supracitados, são reveladores de suas estruturas discursivas e das mutações pelas quais a retórica passou ao longo do período. Em sua dimensão teórica, pode-se analisar o processo de abandono progressivo de um referencial religioso com estruturas textuais clássica e escolástica (Pe. Antônio Vieira) e a influência cada vez maior do iluminismo e das mudanças da mentalidade europeia. Esse processo de transição culmina em uma retórica predominantemente moderna, influenciada pela ideia de laicização e concepções de progresso, de verdade e de objetividade, bases do nascimento das ciências humanas (Antero de Quental). Em dimensão prática, perceberemos essas mutações a partir da estrutura dos textos, das escolhas lexicais e das propostas de atuação desses indivíduos na sociedade de sua época. Para tanto, partiremos das formulações de história da retórica e das escolhas lexical. Tal componente retórico-discursivo propiciará possibilidades de revelar filiações ideológicas, inserções em diferentes esferas de atividade humana, assim como componentes históricos e da linguagem que influenciavam ambos os autores no momento de sua produção verbal. Ademais, as escolhas lexicais indicam como a opção de determinados léxicos pelos autores cristalizam um projeto argumentativo, que cada vez mais se descola de uma lógica escolástica e religiosa e se ampara em um discurso laico e progressista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Retórica; análise do discurso; Antônio Vieira; Antero de Quental; história

*Quero dizer, amigo leitor, que se fordes inimigo da verdade, sempre vos ha-de amargar, e nunca haveis de dizer bem della, com ella ser de seu natural muito doce, e formosa, porque he filha de Deos. Verdades puras professo dizer, não para vos offender com ellas, senão para vos mostrar, onde, e como*

---

19 USP - ICS, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Avenida Professor Lineu Prestes 338, Cátedra Jaime Cortesão, 05508-900 São Paulo, SP, Brasil, [ntammone@gmail.com](mailto:ntammone@gmail.com)

20 USP - QMUL, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Rua Ascensão 144, 03415-070, São Paulo, SP, Brasil, [adrmodolo@gmail.com](mailto:adrmodolo@gmail.com)

*vos offendeis vós a vós mesmo, e á vossa Republica, para que vos melhoreis, se vos achardes comprehendido.*

(ANTONIO VIEIRA)

*Não posso apelar para a fraternidade das ideias: conhecem que as minhas palavras não devem ser bem aceitas por todos. As ideias, porem, não são felizmente o único laço com que se ligam entre si os espíritos dos homens. Independente delas, senão acima delas, existe para todas as consciências rectas, sinceras, leais, no meio da maior divergência de opiniões, uma fraternidade moral, fundada na mútua tolerância e no mútuo respeito, que une todos os espíritos numa mesma comunhão- o amor e a procura desinteressada da verdade.*

(ANTERO DE QUENTAL)

## 1. Introdução

O pensamento do Pe. António Vieira e de Antero de Quental são exemplos importantes para pensarmos a mutação dos conceitos de política, verdade e progresso no longo processo histórico que vai do Renascimento até a gestação do pensamento moderno. Para isso a análise das estruturas dos textos, da construção retórica e argumentativa dos autores e seus referenciais ideológicos são de grande auxílio para linguistas e historiadores compreenderem a dimensão das mutações sofridas na forma de pensar e transmitir ideias ao longo da época que convencionou-se chamar de modernidade.

Os trechos supracitados são patentes das principais características dessas mudanças. Para Pe. António Vieira a verdade, adornada de adjetivos como “doce” e “formosa” é única e imutável, pois tem sua origem em Deus. Por isso, ao dizer que professa a verdade para melhorar e fazer progredir a coisa pública, Vieira evoca a si a autoridade de um conceito oriundo do poder divino. Verificaremos, ao longo do presente artigo, a maneira pela qual Vieira emprega elementos retóricos de fundo religioso como argumento de autoridade capaz de reforçar o crédito do seu *ethos discursivo*.

Ao falar em *ethos discursivo*, incluem-se as instâncias que entram na interlocução, a fonte de enunciação, os participantes ou atores sociais da cenografia que constitui o evento enunciativo. Dado que o caráter daquele

que argumenta, o seu *ethos*, incluindo nele valores éticos, é fundamental para a aceitação de seu discurso, constitui este, logo de partida, um forte argumento para facilitar a adesão aos seus propósitos. O argumento de autoridade, usado para reforçar o seu ponto de vista mediante citações, referências e outros expedientes, estabelece um jogo de relações que vai delineando o seu caráter, a sua atitude, finalizando por atribuir-lhe o crédito requerido (Mosca, 2007:306).

Quental, por outro lado, escrevendo quase três séculos mais tarde, evoca a exposição das ideias, o seu eco dentro de cada indivíduo e seu desinteressado debate por meio da sociedade como o motor para a construção de verdades puras. Sendo assim, a tolerância, o respeito e a divergência de opiniões seriam os meios para a produção das mesmas verdades.

Por fim, pretende-se mostrar o abandono progressivo de um referencial religioso com estruturas textuais clássica e escolástica e a influência cada vez maior do iluminismo e das mudanças da mentalidade europeia. Assim, trataremos os textos do Pe. António Vieira como um momento de transição desse processo que culmina em uma retórica predominantemente moderna, influenciada pela ideia de laicização e concepções de progresso, de verdade e de objetividade. Os textos de Antero de Quental são exemplares desse momento histórico.

## **2. Pe. António Vieira e o argumento de autoridade**

António Vieira nasceu em Lisboa, em 1608. Aos sete anos de idade, mudou-se com a família para a Bahia, em uma viagem conturbada na qual o navio que os transportava quase naufragou. Chegado à Bahia, iniciou os estudos do colégio dos jesuítas. Vieira manifestou, desde cedo, seu interesse e vocação pela pregação e retórica, enfrentando oposição familiar a sua escolha. Em 1823, Vieira fugiu de casa para o colégio dos Jesuítas para iniciar sua formação. Em 1825 concluiu os estudos passando a ordem dos escolares, com votos secretos. Aos dezoito anos foi nomeado para a cadeira de retórica no colégio de Olinda e, posteriormente, filosofia dialética.

Logo que a sua idade o permitiu, galgou os diversos níveis da hierarquia jesuítica, iniciando cedo sua atividade como pregador. No contexto da restauração do reino de Portugal, separando-se de Castela e proclamando rei D João IV, António Vieira

desloca-se a corte portuguesa e cai nas graças do novo monarca. Esse seria o início de uma grande atividade política que o levou a muitas viagens e ao conhecimento dos grandes de sua época, exercendo significativa influência sobre o papado. Sua defesa da tolerância religiosa e do retorno ao reino dos cristãos novos custou-lhe um processo inquisitorial, do qual foi absolvido. Já no final da vida retornou ao Brasil, onde veio a falecer na Bahia, em 1697.<sup>21</sup>

Essa pequena síntese biográfica do Pe. António Vieira é importante para percebemos as duas influências mais marcantes em seu pensamento: por um lado a formação clássica e escolástica, típica do pensamento português do século XVII e, por outro, o contexto de dificuldades políticas e diplomáticas que Portugal enfrentava no ambiente europeu, tanto em relação à própria soberania, como em relação a manutenção de suas colônias. É a partir desse contexto que analisaremos algumas obras do autor.

Os sermões do Pe. António Vieira são bem conhecidos e destacados tanto pelo seu teor religioso, como pelas obras literárias. Esses textos revelam elevado domínio da língua, grande erudição, uso de documentos da história e costumes de sua época. Interessa-nos, no âmbito deste trabalho, observar sobretudo como esses textos aliam o método retórico e argumentativo predominantemente escolástico a um conteúdo que mistura elementos da simbologia cristã com traços do avanço da modernidade.

Assim, a forma de seus textos prende-se ao método argumentativo escolástico, pois seguem a estrutura de apresentação, exposição do conteúdo – com os argumentos de autoridades – e finalizando com a moral, ou lições oferecidas pela exposição do arguidor, ou seja, um exercício de retórica. Quanto ao conteúdo, apesar de abordar questões da moral e simbologia cristã – trata-se de sermões – o autor mescla tais questões com elementos do desenvolvimento contemporâneo das ciências e com argumentos baseados em evidências empíricas.

No *Sermão de Santo António aos peixes*, por exemplo, a estrutura da pregação está essencialmente ligada ao cânone da escolástica. A estrutura argumentativa do autor pode ser dividida da seguinte forma:

Cap. 1 – Introdução (Exórdio/Exordium): Expõe o tema do sermão. Apresenta a passagem de Cristo “vós sois o sal da terra” e o histórico da vida de Santo António, chegando a ocasião em que ocorreu a famosa pregação aos peixes.

---

21 As informações bibliográficas do Pe António Vieira foram coletadas em: *Portugal.Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Volume VII, p. 447-453. Disponível em: [http://www.arqnet.pt/dicionario/vieira\\_antoniop.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/vieira_antoniop.html) (acesso em 27/09/ 2015).

Cap. 2 e 3, 4 – Desenvolvimento, exposição e confirmação: Momento em que o pregador louca as qualidades dos peixes e faz o contraste com as características – qualidades e vícios – de outras criaturas marinhas.

Cap. 5 – Conclusão/Moral: Aproximação das características dos peixes e demais animais marinhos às ações humanas, finalizando com uma lição moral em relação ao comportamento dos seres humanos.

No que tange à argumentação, o autor mistura elementos das autoridades clássicas e religiosas a sua experiência e juízo pessoal. Assim, ao referir-se à doutrina e à atividade de pregação afirma que:

Quanto mais que o são da minha doutrina, qualquer que ele seja tem tido nesta terra uma fortuna tão parecida à de Santo António em Arimino, que é força segui-la em tudo. Muitas vezes vos tenho pregado nesta igreja, e noutras, de manhã e de tarde, de dia e de noite, sempre com doutrina muito clara, muito sólida, muito verdadeira, e a que mais necessária e importante é a esta terra para emenda e reforma dos vícios que a corrompem (Vieira,1864).

Ao mesmo tempo, Vieira distancia-se dos princípios da retórica clássica que predominavam durante o século XVII, expondo retoricamente sua posição discursiva, ou seja, condicionando o argumento de autoridade dos autores clássicos aos seu crivo de “justiça”.

Falando dos peixes, Aristóteles diz que só eles, entre todos os animais, se nao domam nem domesticam. Dos animais terrestres o lisonjeiro, e até os leões e os tigres com arte e beneficios se amansam. (...) Os autores comumente condenam essa condição dos peixes, e a deitam a pouca docilidade ou demasiada bruteza, mas eu sou de mui diferente opinião. Não condeno, antes louvo muito aos peixes este seu retiro, e me parece que, se não fora a natureza, era grande prudência (Vieira,1864).

Da mesma maneira, do Sermão de S. Roque, um dos primeiros escritos por vieira, a questão da fé e da crença aparece destacada, mas condicionada por exemplos para que a verdade seja racionalmente compreendida, sendo assim escopo necessário à fé:

Parece-me, senhores, que estes dois exemplos, de Davi servindo e de Moisés mandando, não só têm provado a verdade do que eu dizia, e aprovado a resolução S. Roque, mas desenganado a todo o entendimento, por obsequioso ou ambicioso que seja, do que é servir a homens, ou mandar, homens. Mas agora digo que nem o primeiro caso nem o segundo, por mais que pareçam encarecidos, chegam a declarar de muito longe, nem a pensão do servir, nem

o perigo do mandar. Aparelhai nos entendimentos a fê, porque sem ela não se pode crer, nem se poderá imaginar o que de novo haveis de ouvir (Vieira 1644).

Nesse sentido, o sermão da Sexagésima, provavelmente o texto mais conhecido de Vieira, é também o mais revelador do seu entendimento sobre o trabalho do pregador e a importância da retórica para seu êxito. Poder-se-ia dizer que o texto é quase metalinguístico,

constitui verdadeiro paradigma teórico, de base aristotélica, do procedimento discursivo do orador jesuíta. Lá se evidencia, independentemente da motivação ditada pela questão temporal com os dominicanos, a concepção do discurso como expressão e, principalmente, como evento, cujo ponto de chegada o ultrapassa, em vista do propósito persuasório (Rodrigues Filho, 1996).

O objetivo do sermão é investigar as causas porque a pregação do evangelho surte poucos efeitos na colônia: se por falha do pregador, do ouvinte ou de Deus. Assim, o texto constitui-se de certa maneira em exercício de retórica sobre as artes retóricas e discursivas do pregador. Quanto à estrutura do texto, destacamos a forma Aristotélica, baseada nos princípios da escolástica:

Capítulo 1-2 Exórdio: tema do sermão a função do pregador- Parábola do Semeador.

Capítulos 3-9 Desenvolvimento e exposição: dos três elementos que compõe a pregação, só o sacerdote/orador é responsável pelo seu sucesso. Enumera os fatores que compõe um sermão e os erros que os pregadores podem cometer.

Capítulo 10 Conclusão: modo como se deve fazer um bom discurso-pregação.

Assim, na conclusão do texto, após avaliar todas as variáveis envolvidas na composição de um sermão, Vieira faz uma análise de como deve ser composto o bom sermão. Nota-se em seus argumentos, a importância das escrituras e da eloquência na elaboração do discurso, mas conferindo igualmente importância a razão, aos exemplos e a persuasão na tarefa do bom pregador. Somente a presença de todos esses elementos combinados atingiriam os objetivos do bom pregador.

Há-de tomar o pregador uma só matéria, há-de defini-la para que se conheça, há-de dividi-la para que se distinga, há-de prová-la com a Escritura, há-de declará-la com a razão, há-de confirmá-la com o exemplo, há-de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se não-de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, há-de responder às dúvidas, há-de satisfazer às dificuldades, há-de impugnar e

refutar com toda a força da eloquência os argumentos contrários, e depois disto há-de colher, há-de apertar, há-de concluir, há-de persuadir, há-de acabar. Isto é sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de mais alto. (Vieira, 1655).

Os textos políticos de António Vieira são entendidos aqui como obras, cartas e documentos escritos com finalidade não ligada à pregação religiosa. De maneira geral, esses textos apresentam análise mais pragmática da situação contemporânea ao prelado e suas visões de mundo acerca da economia e política do reino português. Para nosso objetivo, esses textos são importantes pois, na medida em que se destinaram a solucionar problemas concretos da monarquia portuguesa, suas propostas rompem com a homogeneidade de ideias do clero católico português. Ao mesmo tempo, procuraremos destacar sua ideia de bem comum e da função do Rei e da Monarquia, ancoram-se no pensamento tomista predominante na península, que identifica a o poder real ao poder de Deus e justifica o absolutismo do poder real (Correa, 2003).

Em *Proposta feita a El-Rei D João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os Judeos mercadores que andavam por diversas partes da Europa*, certamente um dos textos mais polêmicos de António Vieira, o jesuíta parte da causa, a saber, o estado de instabilidade e falta de recursos em que se encontrava o Reino no momento imediatamente posterior a separação em relação à Espanha, para realizar um diagnóstico das necessidades do país, concluindo com uma proposta de ação para o Monarca. Como podemos perceber, a forma do texto continua apresentando um formato argumentativo clássico.

Quanto ao seu conteúdo, todo o preâmbulo do texto é dedicado a mostrar ao rei a situação política delicada na qual Portugal se encontrava, com grave risco de deixar de existir enquanto Reino e a maneira pelo qual as medidas que correntemente eram mais pensadas como solução, na verdade não o eram. Assim, atestava que:

O Reino de Portugal, Senhor, não melhorando do estado em que de presente o vemos, tem muito duvidosa e sua conservação, porque, ou a consideremos fundada no poder próprio ou no alheio, um e outro estão prometendo pouca firmeza (Vieira, 1643:2)

Ao comentar a política externa e a participação das outras potências no jogo de poder europeu, o autor frisava que Portugal não deveria se fiar em tréguas e acordos de paz prometidos por elas. Para ele “*imaginar o contrário é querer emendar o mundo, negar a experiência e esperar impossíveis*” (Vieira, 1643:4). O autor não emprega o discurso citado, isto é, não há referências diretas de fontes escritas ou outras autoridades

do pensamento clássico para elucidar a questão, destacando-se o papel da experiência como principal forma de análise política para chegar-se aos resultados esperados.

Quanto à solução proposta, o autor sugere a readmissão dos cristãos-novos e até mesmo judeus como comerciantes e residentes no Reino de Portugal. Para fundamentar seus argumentos, o autor faz uso tanto o recurso dos exemplos de autoridade sagrada, como da experiência e da necessidade real do reino. Quanto ao argumento religioso, Vieira afirmava que:

Primeiramente, favorecer aos homens de nação ou admiti-los neste Reino, na forma que se propõe, não é contra lei alguma, divina nem humana, antes é muito conforme aos sagrados cânones, doutrina dos Santos Padres e resoluções de muitos concílios (...) é também conforme à sentença comum de todos os teólogos, os quais assentam que, para defesa e conservação dos reinos, podem os principes confederar-se e chamar a unir a si qualquer genero de infieis (Vieira, 1643:16)

Quanto a fundamentação econômica e política de tal ato, Vieira recorria ao conceito de razão de estado:

Verdadeiramente é dificultosíssima de entender a razão de estado de Portugal, porque, sendo um reino fundado todo no comércio, lança seus mercadores para os reinos estranhos, e aos estranhos os admite dentro de si mesmo, para que o interesse da negociação e do comércio venha a ser todo dos estranhos e nada seu (Vieira, 1643:20).

Por fim, baseia seus argumentos em torno da experiência histórica do reino de Portugal:

E em prova desta verdade, alego a Vossa Majestade a memória dos senhores reis D Manuel, D João III e D Sebastião, em cujos diferentes sucessos nos dá a conhecer a oculta disposição da divina Providencia, que se não desagrada de que os reis católicos usem de piedade e clemência com estes homens (Vieira, 1643:24).

O último aspecto que destacamos nos textos ditos políticos do Pe. António Vieira é a sua concepção de Estado e do Papel da Monarquia. Na introdução do livro *A arte de furto*, no qual o objetivo do autor é mostrar como pode-se diagnosticar e combater as diferentes espécies de furtos a que está exposto o reino, o autor deixa clara qual a sua concepção sobre a monarquia e o poder dos Reis.

Para ele, os Reis são escolhidos por Deus para o Governo, e são a sua personificação na terra. Sendo assim, o seu poder absoluto é inspirado por Deus e só poderia resultar nas mais sabias, justas e necessárias decisões acerca dos melhores

caminhos para o povo e para o Reino. Conforme já ressaltamos acima, essa concepção da monarquia absoluta está muito ligada ao movimento tomista da península ibérica, ou seja, ligada a uma das correntes escolásticas do pensamento Ibérico. Nesse sentido, o autor afirmava que:

Quer Deos que haja Reys no mundo, e quer que o governem assim como elle, pois lhes deu suas vezes, e os armou de poder contra as violências; e como a mayor de todas he tomar o seu a seu dono, em emendar esta se devem esmerar (Vieira, 1643:ix).

O que torna o pensamento de Vieira singular dentro dessa perspectiva, é a associação criada por ele entre o poder divino do Rei e a sua preeminência como maior sábio do reino, seja em matéria de ciências, seja em questões liberais.

E porque este não basta, se não ha sciencia para alcançar quem merece o castigo; digo, que vemos em V.A. tanta sabedoria, que parece infusa; porque não há Arte liberal, em que não seja eminente ; não há Sciencia especulativa, em que não esteja consummado ; não ha habito de virtude moral, que o não tenha adquirido, efeito natural com o uso. (Vieira, 1643:xii).

Torna-se, assim, novamente aparente a dualidade entre a tradição e modernidade no pensamento do Pe. António Vieira. Por fim, é preciso salientar como as escolhas lexicais de Vieira demonstram as bases retóricas do autor que são de fundo religioso/cristão: “Deos”, “castigo”, “virtude moral”, “divino”, assim como a menção à narrativas bíblicas como as de Davi, Moisés e S. Roque.

### **3. O choque realista de Antero de Quental**

Antero de Quental nasceu em 1841, em Ponta Delgada, capital do arquipélago dos Açores. Era descendente de uma das famílias tradicionais da região e, assim sendo, após aprender as primeiras letras foi completar sua educação em Portugal Continental, tendo cursado direito na Universidade de Coimbra.

É em Coimbra que inicia sua obra literária e conhece os amigos Eça de Queirós e Oliveira Martins, junto com quem, entre outros, formaria um movimento que, nas letras, combatia aos cânones das formas românticas, predominantes da época, defendendo um estilo literário realista. Na política, ante as convulsões políticas e a

falência do modelo liberal em Portugal, defendiam alternativas ligadas ao socialismo. Esse movimento ficou conhecido como a Geração de 70.

O estado de saúde física e mental do autor não permitiram que ele se mantivesse na vida pública durante muito tempo, retirando-se primeiro para Vila do Conde e depois de volta para os Açores, onde veio a cometer suicídio em 1891.<sup>22</sup>

Foi em torno do grupo de amigos e autores de vanguarda da Geração de 70 que, em 1871, foram pensadas e organizadas as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Concebidas como um conjunto de conferências a serem proferidas por intelectuais da época sobre temas polêmicos, sobre as formas de reformar as instituições Portuguesas. Foram realizadas quatro conferências depois das quais, por decreto, os encontros foram proibidos.

Foi nesse contexto que veio a luz um dos textos mais conhecidos e mais importantes de Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Nessa obra o autor faz um apanhado das causas pelas quais o país encontra-se na situação de decadência atual e os remédios que se lhe deveriam dar para modificar esse estado. Na obra, o autor faz uso de elementos retóricos e argumentação muito característico do pensamento moderno do século XIX, amparado por argumentação científica e as ideias de verdade e progresso. Nesse sentido, analisaremos a obra como um contraponto, como a forma acabada de um movimento de racionalização que iniciava-se com o Renascimento, e que no pensamento de António Vieira encontrava-se ainda inacabado. A racionalização proposta por Quental se deve, em grande medida, a confrontação das aparências de benefícios da monarquia portuguesa com os reais prejuízos que tal sistema gerava em Portugal.

Distinguir a aparência da realidade nasceu de certas dificuldades, de certas incompatibilidades entre as aparências; estas não mais poderiam, todas, ser consideradas a expressão da realidade (Perelman, 2002:472).

Na introdução do texto, Quental deixa claro a primazia das ideias. Usando como ponto de partida o sentimento religioso, o autor afirma que as ideias e a verdade merecem na sociedade contemporânea a reverência que um crente dedicaria a seu Deus.

O pecador humilha-se diante do seu Deus, num sentido acto de contrição, e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o

---

22 As informações bibliográficas do Pe António Vieira foram coletadas em: *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Disponível em <http://www.arqnet.pt/dicionario/quentalat.html> (Acesso em 28/09/2015)

acto de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nos poderemos emendar e regenerar (Quental, 1871:35-36).

A verdade seria então produto da discussão sincera, leal e desinteressada das ideias, da divergência de opiniões e da fraternidade moral dos intelectuais, “*fundada na mútua tolerância e no mútuo respeito, que une todos os espíritos numa mesma comunhão- o amor e a procura desinteressada da verdade*” (Quental, 1871:36-37).

O objetivo do texto é diagnosticar na História de Portugal qual haveria sido o momento em que a decadência do Reino começou, para então observar suas causas e efeitos na sociedade portuguesa contemporânea e, por fim, poder apontar novos caminhos para a mesma.

Para Quental, assim como para Vieira, o período da restauração portuguesa após a União Ibérica é de importância fundamental para entender a decadência, mas, ao contrário do prelado, o autor vê a monarquia absolutista, que então se consolidava, como uma das causas dos males do país. Para ele

A realiza deixa então de encontrar uma resistência e uma força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo; esquecendo a sua origem e a sua missão, crê ingenuamente que os povos não são mais do que o patrimônio providencial dos reis. O pior é que os povos acostumam-se a crê-lo também!” (Quental, 1871:47-48).

Os pensadores desse período são caracterizados então, como uma “*tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos academicos, dos imitadores*” (p. 49). Percebe-se assim que ,para Quental, os valores que compõem a inteligência do país não são o conhecimento ou a forma da escolástica clássica. Quental leva seu argumento ao extremo ao considerar a questão dos intelectuais um problema moral, oriundo da educação jesuítica a que estiveram sujeitas as gerações sucessivas de portugueses. Para ele os

métodos de ensino, ao mesmo tempo brutais e requintados, esterilizam as inteligências, dirigindo-se á memória, com o fim de matarem o pensamento inventivo e alcançam alhear o espírito peninsular do grande movimento da ciência moderna, essencialmente livre e criadora (Quental, 1871:71).

As Conquistas coloniais constituiriam outra fonte de atraso e decadência para o país. Ao tratar o tema, o autor salienta a que ponto as colônias foram responsáveis por perpetuar nos portugueses uma espécie de espírito guerreiro, contraposto ao espírito de desenvolvimento econômico e científico da modernidade. Destaca-se, novamente, os tipos de valores exaltados por Quental, a saber, o progresso econômico e técnico, o

desenvolvimento das ciências como forma de evolução e concepções incompatíveis com o ideal de nobreza heroica dos portugueses.

A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesias, mas ciência. Quem domina não é já a musa heroica da epopeia: é a Economia política, Calíope dum mundo novo, senão tão belo, pelo menos mais justo e lógico que o antigo” (Quental, 1871:80).

Ante o exposto, a concepção de Estado de Antero de Quental era o completo oposto daquelas perseguidas por Vieira. Para o autor era a nação a mola propulsora do bem estar econômico e social, o meio pelo qual e para quem o governo deveria ser composto. Um de seus últimos textos, *Ultimatum de 11 de Janeiro*, explicita bem sua opinião sobre o estado Português, e as formas de colocar o país novamente em “movimento”, rumo ao progresso:

Moralizar e nacionalizar o Estado, tal deve ser depois de passado o primeiro ímpeto da paixão, o fim consciente do movimento popular iniciado no dia 11 de janeiro. Quando a nação portuguesa tiver governos que verdadeiramente a representem e nos quais confie, quando o estado voltar a ser um órgão útil e não uma excrescência parasita e nociva do corpo social, só então poderemos dizer que está dado o primeiro passo no caminho da restauração das forças vitais da sociedade portuguesa (Quental, 1890:3).

Do ponto de vista retórico, verifica-se como Quental não se vale exclusivamente do argumento de fundo científico para basear sua argumentação, incorporando outros valores do seu leitor presumido como a identidade nacional da sociedade portuguesa para a criação de uma benevolência, um recurso retórico utilizado desde a Roma Antiga por oradores como Cícero (*captatio benevolentiae*). Dessa forma, ancorar a análise da sociedade portuguesa e aceitação do conteúdo das pesquisas baseado exclusivamente no argumento de autoridade não seria o bastante. Por isso o uso de outros recursos retóricos e discursivos auxiliam a argumentação de Quental.

Perelman (2002) esclarece que as autoridades invocadas podem muito variáveis: ora será "o parecer unânime" ou "a opinião comum", ora certas categorias de homem, "os cientistas", "os filósofos", "os Padres da Igreja"; por vezes a autoridade será impessoal: "a física", "a doutrina" (p. 350). Nesse sentido, é preferível que o argumento de autoridade venha completar uma rica argumentação, ao invés de ser o único argumento. Por fim, é preciso salientar as escolhas lexicais feitas por Quental são capazes de igualmente revelar os fundamentos de seu discurso: “ciência”, “justo”,

“lógico” e “moderno” são alguns dos termos utilizados pelo autor que demonstram o seu anseio de transformações modernizantes em Portugal.

#### **4. Considerações finais**

Em *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Antero de Quental, ao mencionar a obra *A arte de Furtar*, indicava o Pe. António Vieira como um dos únicos homens de seu tempo com espírito crítico e discernimento suficiente para entender o seu contexto e fazer uma crítica da sociedade de seu tempo.

Ao compararmos os dois autores e suas duas épocas distintas procuramos mostrar como suas filiações ideológicas, a forma de construção dos textos e suas escolhas lexicais foram importantes na composição dos argumentos e condicionantes das causas apontadas para a decadência de Portugal, assim como os meios de as sanar.

Assim, Vieira ainda amparava-se em formas argumentativas tradicionais, ligadas ao desenvolvimento da escolástica e da razão de estado tomista que predominava na península ibérica no século XVII, mas ao mesmo tempo, inovava ao colocar sua experiência e julgamento acima das autoridades. O autor mesclava os argumentos de autoridade religiosa a exemplos históricos concretos e o julgamento racional da inteligência humana.

Antero de Quental representa o fim desse processo em Portugal. O autor busca nas origens do absolutismo monárquico e do catolicismo jesuítico português a origem dos males e da decadência da nação. Assim, rompe definitivamente com os argumentos de cunho religiosos e com a política da monarquia, que mesmo constitucional, prevalecia no Reino. Para ele, a discussão de ideias e o desenvolvimento das ciências são o caminho para o conhecimento da verdade, da justiça e da prosperidade. A história tem que ser entendida como lição, para que seja possível diagnosticar os problemas do país e colocá-lo no rumo do progresso.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Azevedo, João Lúcio de. 1914-15. Alguns escritos apócrifos, inéditos e menos conhecidos, do Padre António Vieira. *Boletim de 2ª Classe da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa, v. 9 (1914-15), p. 537-547.

- Azevedo, João Lúcio de. 1818. *A Evolução do Sebastianismo*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Barboza Filho, R. 2000. *Tradição e artifício*. Iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
- Coelho, Alessandro Manduco. 2003. O empenho de Antonio Vieira. *Lua Nova*, São Paulo, n. 59, p. 115-135.
- Gandra, Manuel J. 2008. *O quinto império em António Vieira*. Subsídio para uma bibliografia impressa da obra e dos estudos concernentes ao tema. Ericeira: Biblioteca Municipal.
- Hansen, João Adolfo. 1997. Vieira: tempo, alegoria e história. *Brotéria*, v. 145, n. 4-5 (Out-Nov 1997), p.541-55.
- Hespanha, António Manuel (dir.). 1997. Vieira. *Oceanos*, n. 30-3 (Abr.-Set. 1997).
- Lourenço, Eduardo. 1978. *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: D. Quixote.
- Mosca, L L. S. 1997. Metáfora e visão de mundo: a ruptura do estereótipo. In: *VII INPLA - LAEL/PUC-SP*, 1997, São Paulo. Caderno de Resumos. São Paulo: Editora da PUC-SP.
- Perelman, C. 2004. *Lógica Jurídica*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. & Tyteca, L. 2002. *Tratado da Argumentação*. A Nova Retórica, São Paulo: Martins Fontes.
- Quental, Antero. 2008(1871). *Causas da decadência dos povos peninsulares*. (Prefácio Eduardo Lourenço). Lisboa: Ed Tinta da China.
- Quental, Antero. 2012. *Ultimatum de 11 de Janeiro*. Ed. Universia PT. Disponível em:<http://noticias.universia.pt/destaque/noticia/2012/07/04/947472/descarrega-gratuitamente-15-obras-antero-quental.html>. Acesso 28/09/2015.
- Rodrigues, José Honório. 1958. António Vieira. Doutrinador do Imperialismo Português. *Verbum*, v.15, Rio de Janeiro, p. 313.
- Rodrigues Filho, Nelson. 1996. Padre António Vieira: Dizer é agir. *Semear*, n.2.
- Vieira, Pe. António. S/d. *Obras escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa.

## ARGUMENTAÇÃO E ERÍSTICA: PEQUENO ENSAIO SOBRE A MENTIRA

Eliana Amarante de Mendonça MENDES<sup>23</sup>

### RESUMO

Neste trabalho, pretende-se refletir sobre a falácia da mentira, mais especificamente sobre a mentira na política, sob as perspectivas da ética, da retórica e da erística. Desde os sofistas clássicos até os estudiosos contemporâneos, os diversos modelos de argumentação reconhecem argumentos falaciosos. Embora devamos a Aristóteles o estabelecimento da teoria da argumentação que é a base na qual se apoiam seus sucessores na abordagem da argumentação, esse filósofo não se ocupa da falácia da falsidade. É nos sofistas, mais especificamente na erística, que se encontram contribuições substanciais para o entendimento da mentira, tipo de falácia mais perigoso e, do ponto de vista sofístico, mais eficaz.

Apresentam-se também, para melhor abordagem da mentira, especialmente da mentira na política, um histórico dos tratamentos dados a esses temas através dos tempos, dos clássicos até a contemporaneidade. Feitas essas reflexões, pretende-se, na sequência, apresentar exemplos desse tipo de falácia, rastreados em discursos políticos brasileiros autênticos e atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** falácia; mentira; ética, retórica; erística

### Introdução

No cenário brasileiro, a partir da campanha presidencial de 2014, o tema “mentira na política” tem tido muito destaque.

Considerando sua importância e complexidade, propomo-nos a refletir sobre esse problema sob as perspectivas da ética, da retórica e da sofística, buscando contribuir para uma melhor compreensão desse tão instigante tema.

---

23 Professora Titular em Estudos Lingüísticos – UFMG - Programa de Pós Graduação em Estudos Lingüísticos – Av. Antônio Carlos , 6627 – CEP: 31279-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil - [mendes@ufmg.br](mailto:mendes@ufmg.br)

## **1. Ética e mentira**

Começamos por um breve histórico dos tratamentos dados à mentira, sob o viés da ética: sobre a mentira de modo geral e , especificamente, sobre a mentira e política.

### **1. 1 Sobre a mentira**

Para tratar da mentira, da mendacidade, de modo geral, começamos com Platão, para quem há dois tipos de mentira, uma moralmente sancionada, ou mentira útil, e outra absolutamente condenável : "Por conseguinte, a mentira autêntica é detestada não só pelos deuses, mas também pelos homens". (Platão, *Republica*, 382 c)

Aristóteles, em *Ética a Nicômaco* (VII-1127a25-30), diz que a verdade é nobre e merecedora de aplauso e a mentira é vil e repreensível.

Na Bíblia, no Antigo Testamento, a mentira é considerada uma nódoa vergonhosa na conduta humana. Também o Novo Testamento é contra a mentira: diversas vezes Cristo ratificou a proibição da lei mosaica relativa ao falso testemunho.

A tradição judaica rechaça a mentira. O Talmude compara a mentira a um roubo: “Existem sete classes de ladrões e a primeira é a daqueles que roubam a mente de seus semelhantes através de palavras mentirosas”.

No pensamento ocidental, duas posturas têm sido adotadas em relação à mentira: (i) há quem considere a mentira inadmissível em qualquer caso e ii) há também os que, embora considerem o mentir antiético, admitem exceções, justificam a mentira em casos excepcionais.

No primeiro grupo, temos, principalmente, Santo Agostinho e Kant. Agostinho se apoia nas passagens da bíblia e rejeita todo e qualquer tipo de mentira, não aceitando nenhuma justificativa para tal procedimento. Kant fundamenta seu ponto de vista em sua ética deontológica rígida que não admite exceções à regra do “Não mentir.”

Benjamin Constant e Schopenhauer se vinculam ao segundo grupo. Defendem, portanto, a existência de exceções, de justificativas para a mentira.

Para Constant,

Onde nenhum direito existe também não há deveres. Por conseguinte, dizer a verdade é um dever, mas apenas em relação àquele que tem direito à verdade.

Nenhum homem, porém, tem o direito a uma verdade que prejudica outro.  
(Constant, 1993:76)

Schopenhauer (2001:147-149) diz que, se é legítimo contrapor à maldade de outros a nós dirigida uma resistência física, guarnecer os muros do jardim com pontas aguçadas e soltar cães bravos no nosso quintal, também é legítimo mantermos em segredo aquilo cujo conhecimento nos poria a nu diante da agressão do outro. Admitindo-se a intenção má do outro, temos de tomar antes as providências contrárias. Para esse filósofo, tanto a mentira como a força representam originariamente uma injustiça que se converte em direito quando há uma situação na qual um indivíduo queira apenas afastar a injustiça alheia.

## **1.2 Sobre a mentira na política**

Vejamos agora como a relação da mentira com a política tem sido abordada. É uma longa história que remete à pólis no contexto clássico grego. No entanto, é pouco pesquisada pelos pensadores posteriores.

O uso autorizado da mentira em política é referido por Platão, que compara sua aplicação ao uso que o médico faz da sonegação da verdade ao paciente e do veneno com finalidade curativa. (Platão, *República*, 1993:97)

Quintus Tullius Cícero [64 a.C.], (2012:32) , quando seu irmão, Marcus Tullius se candidatou a cônsul da República Romana, escreveu um interessante manual, Como vencer uma eleição, no qual disse sobre a mentira: “O povo prefere uma mentira graciosa a uma recusa imediata. Ou seja: um político que proclame, com toda a honestidade, que não pode prometer o que não tem a certeza de cumprir, é um candidato acabado.”

Maquiavel [1515], (1973:99) , que excluiu a ética do núcleo da nascente ciência política, concede ao governante o direito ao uso de meios excepcionais para alcançar os fins almejados e , assim, confere à mentira um estatuto especial no seu corpo teórico.

Dentre os pensadores contemporâneos, o nome mais importante no que se refere ao tema mentira e política é Hannah Arendt. Em seu ensaio “Verdade e Política”, afirma que política e verdade nunca conviveram em harmonia e que nenhum pensador

defendeu alguma eficácia para essa convivência: “Até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade.” (ARENDT, 2004: 283).

Arendt constata que a história da humanidade é repleta de casos em que os que somente falaram verdades, e que propuseram uma transformação do pensar em suas épocas, foram perseguidos e calados sob ameaça e até mesmo executados.

Pelo contrário, constata que no curso da história “[...]a falsidade deliberada e a mentira descarada, são usadas como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada.” (Arendt, 2004:15).

Para Arendt, a convivência entre mentira e política será sempre tentadora, na medida em que governantes e governados estarão sujeitos às tensões naturais que envolvem a gestão das questões públicas, em que há interesses convergentes, mas que podem ser permeados por outros interesses que não se coadunam com as aspirações da população.

Arendt admite, pois, a existência de casos em que a mentira é justificável: a história registra momentos em que se reconhecem justificativas para o uso da mentira para salvaguardar os interesses e a sobrevivência das pessoas. Nesse sentido, para ela as mentiras podem ser consideradas “instrumentos relativamente inofensivos no arsenal da ação política” (Arendt, 2004:284).

Outra justificativa para a mentira discutida por Arendt é o sigilo de estado, (arcana imperi – os mistérios do governo). O assunto que requer segredo é algo que necessita ser encoberto, por ter em sua origem um fato que, se tornado público, poderá gerar uma situação desfavorável ou hostil, podendo também expor alguém a dificuldades, ameaças ou perigos. Por outro lado, há uma crença sedimentada de que nem todos os temas podem ser debatidos abertamente com a população, por tratarem de abordagens que ensejam segurança da nação e boa condução do Estado. Assim, justifica-se também a mentira, que “atua como um antídoto contra os revezes dos assuntos políticos.” (Arendt, 2004:287)

Segundo (Bobbio, 1984:410), o saber técnico embora se pretenda verdadeiro, é para a massa (inculta) um sigilo, fonte de mentira:

O saber técnico cada vez mais especializado torna-se cada vez mais um saber de elites, inacessível à massa. Também a tecnocracia tem seus arcana (segredos), é para a massa também uma forma de saber esotérico, que é incompatível com a soberania popular [...]

Isso esclarece também a questão abordada por Arendt acerca dos assessores, donos do saber técnico, que elaboram os documentos de estado, impondo muitas vezes suas mentiras como verdades. Referindo-se às mentiras contadas pelo presidente Lyndon Johnson sobre a guerra do Vietnam, entende que foi o saber técnico o grande responsável por essas mentiras:

Estranhamente, a única pessoa passível de ser uma vítima ideal de completa manipulação é o presidente dos Estados Unidos [...], supostamente o mais poderoso homem do mais poderoso país, é a única pessoa deste país cuja possibilidade de escolha pode ser determinada. (Arendt, 2004:18).

Por fim, cumpre lembrar, também, que o Direito também justifica a mentira. Nos tribunais do júri, tanto a acusação e a defesa se utilizam de mentiras, autorizadas e legitimadas.

### **1.3 A relação verdade e opinião (*doxa*)**

Num mundo que vem superando o positivismo, não é mais admissível falar em “verdade” e não mencionar a “opinião”, a “*doxa*”.

Arendt, como não poderia deixar de ser, discute também a relação verdade e opinião e admite que não existem falsas opiniões no âmbito político, porque a opinião nasce da experiência política da convivência entre os indivíduos e se torna aceita por meio da argumentação e da aceitação dessa opinião como verdade inerente ao acordo entre pessoas.

Para essa filósofa, portanto, não se pode considerar uma superioridade absoluta da verdade em relação à opinião no âmbito político, mas, pelo contrário, deve-se evitar que a opinião seja desprezada por meio da aferição da verdade dos enunciados políticos. Arendt considera perigoso que critérios de aferição da verdade racional se imponham à liberdade do jogo de opiniões, impedindo o debate profícuo por meio do qual o mundo é humanizado, fechando a abertura humana para o mundo e dissolvendo a pluralidade que é constitutiva do espaço público (Duarte, 2000:182).

Ela questiona, assim, a validade de expurgar as opiniões ou de confrontá-las cientificamente, sob pena de retirar das pessoas a sua capacidade de falar do mundo que as cerca. A destruição das opiniões pode também ser compreendida como o fim dos debates políticos, da liberdade de expressar a maneira de compreender o mundo e dele

tomar parte. Portanto, não concebia algo como opinião falsa, à qual se contraporía uma verdade, mas apenas uma outra opinião que pudesse pretender, por meio da argumentação, ser mais persuasiva do que a primeira (Duarte, 2000:179).

Daí a razão de Arendt insistir no ponto de que

[...] toda pretensão na esfera dos assuntos humanos a uma verdade absoluta cuja validade requeira apoio do lado da opinião atinge na raiz mesma toda a política e todos os governos” [...] O pré-requisito que confere legitimidade ao poder político não se encontra na verdade e sim na opinião [...] (Duarte apud Arendt, 2000:181).

Como se pode constatar, grande parte dos pensadores, não só os contemporâneos, adota uma posição, digamos, conformista em relação à mentira, principalmente à mentira na política, defendendo a posição platônica de que ela é muitas vezes justificável. Celso Lafer (1992:230), incomodado por isso, indaga: “[...] por que, na tradição do pensamento ocidental, só Santo Agostinho e Kant sustentam sem vacilação o dever da veracidade?” A resposta de Arendt a essa questão de Lafer seria que o conflito entre moral e política é tão antigo e complexo que de nada adiantaria estabelecer uma discussão ou denúncia moral acerca desse tema. Assim sendo, o que Arendt pretendeu, então, foi encontrar um caminho viável para a compreensão de que a mentira seja reavaliada, antes de ser julgada com rigor, na medida em que se poderá chegar à conclusão de que há interpretações baseadas em observações dos fatos, equivocadas ou não, mas que, em última análise, resultam da forma como pessoas compreenderam, com liberdade, o que ocorre na cena pública.

Para ela, uma opinião não anula a validade de outra opinião e somente o debate constante pode estabelecer as bases frágeis sobre as quais recai o consentimento provisório a favor de uma opinião em relação à outra. (Duarte, 2000:180).

#### **1.4 Derrida e a mentira**

Além da notável contribuição de Arendt sobre a mentira, também Derrida apresenta interessantes reflexões sobre esse tema. Refletindo sobre a mentira entende que:

Mentir é querer enganar o outro, às vezes até dizendo a verdade. Pode-se dizer o falso sem mentir, mas pode-se dizer o verdadeiro no intuito de

enganar, ou seja, mentindo. Mas não mente quem acredita naquilo que diz, mesmo que isto seja falso. (Derrida, 1996:8).

Para ele, apenas em nossa modernidade é que a mentira teria alcançado seu limite absoluto e teria se tornado “completa e definitiva”. Citando Arendt, diz que ela

[...] diagnostica um crescimento hiperbólico da mentira no campo político, que teria chegado a seu limite, ou seja, à mentira absoluta, não se tratando no caso do saber absoluto como fim da história, mas da história como conversão à mentira absoluta (Derrida, 1996:12)

A propósito, para essa filósofa,

A veracidade dos fatos nunca é forçosamente verdadeira. Os historiadores sabem como é vulnerável a textura de fatos na qual passamos nossa vida cotidiana; está sempre em perigo de ser perfurada por mentiras comuns, ou ser estraçalhada pela mentira organizada de grupos, classes ou nações, ser negada e distorcida, muitas vezes encoberta cuidadosamente por camadas de falsidade, ou ser simplesmente deixada cair no esquecimento (Arendt, 2004:16).

E Derrida acrescenta, ainda, à ideia de Arendt sobre esse tópico: “ O processo da mentira moderna já não seria a dissimulação que veio encobrir a verdade, mas a destruição da realidade ou do arquivo original” (Derrida, 1996:14).

Para Duarte, a mentira torna-se mais grave quando ela passa a abranger todo o contexto em que os fatos contingentes tornam-se significativos, bem como quando ela passa a redefinir os contornos do presente e do passado por meio da reescritura da história. (Duarte, 2000:186).

Nesse sentido, é interessante lembrar Derrida quando em *Uma história da mentira*: prolegômenos, ilustra a utilização da mentira na política, focalizando a história francesa, especificamente durante a ocupação alemã e seus desdobramentos. Constata que a partir do fim da segunda guerra até 1995, houve nos discursos dos presidentes franceses sucessivas dissimulações e omissões quanto aos fatos ocorridos durante a guerra, uma incessante tentativa de explicar o injustificável. Distorceram-se os eventos que originaram os dados históricos, inclusive com discursos organizados para suavizar as agruras provenientes da assunção dos atos ilícitos cometidos. Mentira como distorção da história.

## 2. Sobre a mentira e a retórica

Essas reflexões sobre a mentira nos remetem às falácias, criação sofisticada satirizada por Platão em *Eutidêmio* e muito censurada por Aristóteles em *Refutações Sofísticas*.

Aristóteles, além dos três tipos de discurso argumentativo – demonstrativo, dialético e retórico, considera ainda a argumentação falsa ou contenciosa, que difere das outras por se apoiar em premissas que aparentam ser amplamente aceitas, mas que são errôneas ou falsas, falácias.

Em *Refutações Sofísticas* Aristóteles descreve e critica 13 tipos de falácias praticadas pelos sofistas (166b 1-9). Entretanto, apesar de censurá-las, estranhamente, além desse rol de falácias, apresenta didaticamente táticas falaciosas para o debate dialético: para o arguidor, para o respondente e válidas para ambos. Uma didática da erística sofisticada. Isso nos leva a suspeitar de que até mesmo Aristóteles já não se opunha tanto à mentira, talvez também a justificasse em alguns contextos. Além do mais, inclui em *Ars Rhetorica* 9 tipos de falácias. (II, 1401b).

## 3. Sobre a mentira e a erística sofisticada

Erística é uma disputa competitiva, praticada pelos sofistas, principalmente por Protágoras, que ensinava essa arte aos discípulos, em que adversários batalham para derrotar seus opositores e saírem vitoriosos. Assim como no debate dialético, também no debate erístico os participantes são movidos pelo *pathos*, no entanto, os objetos de desejo são totalmente diferentes: na erística, a *philokinia* (amor pela vitória) e na dialética, a *philomathia* (amor pelo conhecimento).

Cada lado está convicto quanto ao acerto de sua própria opinião e quanto ao erro do outro lado. Normalmente a emoção dominante é a raiva, e ambos os lados suspeitam do outro de más intenções e rejeitam qualquer argumento que chega a uma conclusão diferente das alegações defendidas por cada um deles. Portanto, nenhum dos lados se abre para a refutação. O desacordo ofende a ambas as partes, e a única forma de acordo aceitável é a rendição do outro. Para atingir os objetivos, só se dá atenção à vitória no

debate. Para tanto, se utiliza de uma retórica intelectualmente desonesta e intencionalmente mentirosa.

O público serve como um júri, ansioso por saber quem merece ser declarado vencedor. Típicos exemplos podem ser encontrados em debates onde os políticos tentam subjugar um ao outro, ou onde os acadêmicos visam humilhar intelectualmente sua oposição.

Aristóteles, apesar de ter criticado as falácias, não trata em seus trabalhos das modalidades de falácia que melhor descrevem a mentira. É nos sofistas, principalmente, que as encontramos.

Embora devamos a Aristóteles o estabelecimento da teoria de argumentação – base na qual se apoiam seus sucessores, as contribuições sofisticas sobre as falácias na erística são mais valiosas para o entendimento e a descrição da mentira, imprescindível para o tratamento do discurso político.

Os sofistas, além de terem explorado outras modalidades de falácia, consideram três tipos de argumentos lógicos falaciosos de acordo com suas propriedades: O primeiro tipo consiste em argumento que, embora inválido, tem a aparência de válido. O segundo tipo consiste em argumento que, embora válido, não possui premissas aceitáveis e/ou verdadeiras, mas apenas aparenta possuir premissas dessa qualidade. Esses dois tipos são arrolados também por Aristóteles.

Há ainda um terceiro tipo, que é mais perigoso, mais transgressivo, e, do ponto de vista sofisticado, mais eficaz, porque satisfaz a características que aparentam qualificá-lo como não sofisticado: é um tipo de argumento válido, pois a conclusão se segue logicamente das premissas e as premissas são verdadeiras.

Para se compreender melhor o caráter sofisticado desse tipo de argumento, devemos considerar que seu objetivo consiste não apenas em estabelecer uma dada conclusão como verdadeira, com base em premissas verdadeiras, mas em explicar por que o que se relata na conclusão é o que é. Por apresentar essas características, esse tipo de argumento é eficaz porque seu caráter sofisticado passa despercebido e, assim, o argumento cumpre seu objetivo de produzir aparência de sabedoria, de verdade. Entretanto, não reflete a realidade, é falso, mentiroso, é no dizer de Aristóteles, “não de acordo com a coisa” [‘ou kata to pragma’]. Como se vê, os sofistas já sabiam que para a mentira ser convincente é preciso que ela seja misturada com algo de verdadeiro.

Esse tipo de argumento costuma levar a que o adversário, não tendo uma explicação para o fato relatado, ou não tendo uma explicação melhor, saia derrotado. Daí seu interesse para o debate político.

### **3.1 Uma pequena amostra de mentiras na política**

Vejamos agora exemplos adaptados de silogismos falaciosos desse tipo, rastreados em discursos políticos brasileiros:

1) Premissa maior: Para haver abastecimento de água é preciso chover. (V)

Premissa menor: Em 2014 choveu muito pouco em São Paulo. (V)

Conclusão: A falta de chuva causou o desabastecimento.

Obs: Não só isso. Faltaram medidas preventivas.

2) Premissa maior: A carência de moradias é um grave problema social. (V)

Premissa menor: Há muitos sem teto no Brasil. (V)

Conclusão: O governo precisa dar casa aos pobres.

Obs: Dependendo da postura ideológica a conclusão pode ser falsa ou verdadeira.

3) Premissa maior: A inflação é um sério problema econômico. (V)

Premissa menor: Há inflação no Brasil. (V)

Conclusão: O Brasil vai mal economicamente.

Obs: Não só por causa da inflação.

4) Premissa maior: A economia é hoje globalizada. (V)

Premissa menor: Todos os países participam dessa economia. (V)

Conclusão: Se a economia global vai mal, o Brasil vai mal economicamente.

Obs: Não necessariamente, muitas outras causas intervêm.

Vejam agora um exemplo de entimema falacioso:

Premissa maior: -----.

Premissa menor: Concedemos 20% em aumentos salariais .

Conclusão: Todo mundo terá mais 20% para gastar".

Obs: A primeira premissa é omitida e pode ser inferida como: O consumo tem relação direta com o salário. Embora essa premissa seja falsa, ela não foi expressa.

O entimema é ainda mais útil para a mentira, pois a inferência é de responsabilidade do ouvinte.

### **3.2 Schopenhauer**

A propósito da falácia da mentira, característica da erística, lembramos mais uma vez Schopenhauer, estudioso dessa arte, que, para refutar um adversário, chega a aconselhar: “Quando se percebe que o adversário é superior e que se acabará por perder a razão, torne-se ofensivo, ultrajante, grosseiro, isto é, passe do objeto da contestação ao contendor e ataque de algum modo sua pessoa". (Schopenhauer, 2003:42). Por exemplo, insultar alguém, acusando-o de mentiroso, embora possa parecer convincente, pode ser uma estratégia erística, uma outra mentira: Alguém mente acusando alguém de mentiroso.

### **4. Francis Bacon: falácias ideológicas**

Retomando as idéias de Duarte sobre a mentira, vemos que para ele o problema da mentira na política torna-se grave e urgente quando ela deixa de ser tópica e passa a abranger todo o contexto em que os fatos contingentes tornam-se significativos. Para ele,

[...] nessas circunstâncias, a mentira já não é mais a antiga arte de ocultar ou dissimular, correlatos da liberdade humana para agir e mudar o mundo, mas sim a arte de destruir toda evidência que a contradiga, destruindo assim o

próprio tecido do espaço público ao apagar completamente as fronteiras entre fato e ficção (Duarte, 2000:186).

Quanto à topicidade ou não da mentira, da falácia, é importante lembrar Francis Bacon que, em 1887, denuncia um outro tipo de falácias que nos são impostas pela natureza geral da mente. Diz ele:

Sua força é de tal magnitude , que infecta e corrompe as mentes. Pois a mente do homem está longe de ser da natureza de um vidro claro e homogêneo, [...] ao contrário, é um vidro encantado, cheio de superstição e impostura [...]" (Bacon, Livro III [1887]:394-5)

Vejamos algumas dessas falácias:

1) Há falácias que consistem em concepções ou doutrinas que são caras para o indivíduo, que as defende e dissemina sem ter qualquer prova da sua verdade. São devidas ao condicionamento do indivíduo – educação, costumes, experiências – acidentais ou contingentes.

2) E ainda, aquelas derivadas de preconceitos decorrentes de sistemas filosóficos tradicionais ou herdados, que se assemelham a peças teatrais: processam mundos ficcionais, que nunca foram expostos a uma verificação experimental ou a um teste pela experiência.

3) Há as que são baseadas em falsas concepções derivadas da comunicação humana pública. “Elas entram em nossas mentes em silêncio, por uma combinação de palavras e nomes" de um modo em que não só a razão governa as palavras, mas em que as palavras buscam determinar nossa compreensão e razão.

Para Bacon, essas são as falácias mais profundas da mente humana: “pois elas não enganam em detalhes, como as outras, por turvação e esparramar do acórdão silogístico; mas por uma predisposição corrupta e mal ordenada da mente, que sendo pervertida, infecta todas as antecipações do intelecto. (Bacon, Livro IV, 1887:431)

Em suma, são falácias de nível macro, do nível do discurso, da ideologia, diferentemente das tradicionais, de nível micro, pontuais, sejam lógicas ou linguísticas. Prestam-se a todo tipo de manipulação das massas. O manipulador que tem poder e ciência do que diz, contra o manipulado que não tem poder e que não processa o que se diz.

## **5. Mentira e mídia**

Nem só Francis Bacon denuncia a mentira na mídia, considerando-a como uma das falácias mais profundas da mente humana. Sobre esse tema, também recorrente na atualidade, convocamos Leitão (2000:124-131) devido à proximidade de suas idéias com as de Francis Bacon.

Para Leitão, na esteira do pensamento de Bacon, a utilização dos *mass media* perverte o psiquismo humano. A mentira gestada através desse processo é, em suas palavras, ‘provavelmente, a grande falácia política com que se defronta o homem moderno.’ No seu entender, a falsa consciência da minoria se encontra, atualmente, integrada no sistema comunicacional cuja rede mundializada domina a população. A imagem subordina a fala e o discurso à sua tirania, que substitui a moral social e política pelo mercado e pelo consumo. Esta falsificação globalizada é utilizada pelas elites dominantes, principalmente, nos países subordinados do sistema capitalista. A ética se tornou instrumento privilegiado da falsa consciência, na qual a mentira se encontra embutida na práxis política. Esta dimensão da mentira política jamais poderia ser pensada por Platão ou Maquiavel, que em suas épocas não poderiam imaginar como a imagem pictórica viria um dia a ser utilizada de maneira tão universalizada e persuasiva.

Constata que o escopo desse processo que articula a falsificação midiática com o narcisismo de uma minoria vai, lentamente, sendo incorporado pela grande maioria oprimida da população como a única verdade:

A mentira do agressor se instala no psiquismo do agredido, como o torturado assume e se identifica com a personalidade do torturador. Essa condição que Hegel anteviu na dialética do senhor e do escravo não poderia ter uma realização mais bem exemplificada do que na moderna sociedade capitalista neoliberal. (Leitão, 2000:131)

## **Considerações finais**

Como se pôde constatar, os temas mentira, e principalmente, mentira e política, abordados neste trabalho apresentam alto grau de complexidade. Por essa razão, não se pretendeu aqui esgotá-los nem aprofundá-los, mas simplesmente mostrar o quanto de reflexão séria eles ainda demandam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agostinho, Santo. 426 dC. *De doctrina christiana*.

Arendt, Hanna. 2000. *Verdade e Política*. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

\_\_\_\_\_. 2004. *Crises da República*. 2. ed. Tradução de José Wolkman. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates – Nº 85.

Aristóteles. 1973. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural.

Aristotle. On Sophistical Refutations. Trans.by W. A. Pickard The Internet Classics Archive. Available online at [http://classics.mit.edu//Aristotle/sophist\\_refut.html](http://classics.mit.edu//Aristotle/sophist_refut.html).

Bobbio, N. 1984. *Ética e política*. In: Tega, Walter (org.) *Etica e Politica*. Parma: Pratiche Edit.

Cicero, Quintus Tullius. 2012. *How to Win an Election*. An Ancient Guide for Modern Politicians. Transl. Philip Freeman. Princeton University Press.

Constant, B. 1993. Des réactions politiques. In: Boituzat, F. *Un Droit de Mentir?* Constant ou Kant. Paris: PUF.

Duarte, A. 2000. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra.

Kant, I. 2000. Über ein vermeintliches Recht, aus Menschenhiebe zu lügen (trad.) On a presumed right to lie from love of mankind. In: Gregor, M.J. (org.) *Practical Philosophy*. Cambridge University Press.

Lafer, C. 1992. A política do pensamento. (Resenha do livro de Hannah Arendt: A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Editora UFRJ, 1992). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 ago.

Leitão, V. M. 2000. *A Paranóia do Soberano - uma incursão na alma da política*. Petrópolis: Vozes.

Maquiavel, N. 1973. *O Príncipe*. (1515) Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, vol. 9.

Platão. 2001. *A República*. 9. ed. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Schopenhauer, A. 2001. *Metafísica de las costumbres*, Trad. Roberto R. Aramayo, Madrid: Ed. Trotta, 1.ª edição.

\_\_\_\_\_. 2003. *A arte de insultar*. Trad. Eduardo Brandão e Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes.

Tindale, Christopher. 2010. *Reason's Dark Champions: Constructive Strategies of Sophistic Argument*. Columbia: The University of South Carolina Press.



## **RESUMO ACADÊMICO: UMA ABORDAGEM SEGUNDO A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA<sup>24</sup>**

Cristiane DALL CORTIVO-LEBLER<sup>25</sup>

### **RESUMO**

A produção de textos acadêmicos, especialmente resumos, é uma das atividades a que os docentes recorrem com muita frequência para avaliar o entendimento que um aluno teve de determinado texto cuja leitura lhe foi solicitada. Essa atividade, entretanto, requer, além da habilidade de leitura e escrita – especialmente da escrita acadêmica –, também o conhecimento a respeito do modo como se constroem resumos. Neste trabalho, propomos algumas reflexões a respeito da escrita do gênero resumo, especialmente com relação a um dos mais importantes aspectos envolvidos nessa atividade de escrita: a seleção do conteúdo semântico do texto base que deverá constar no resumo. Como suporte teórico, para o desenvolvimento desta pesquisa, escolhemos a Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot.

**PALAVRAS-CHAVE:** Argumentação. Sentido. Resumo acadêmico.

### **Introdução: uma palavra sobre a fala e a escrita**

Desde o momento em que nascemos e tomamos contato com a língua materna, um dos processos que mais tem instigado pesquisadores tem início: a aquisição da linguagem. Tal processo compreende a aquisição de diferentes aspectos da linguagem, metodologicamente segmentados: o aspecto fonológico, o morfológico, o sintático, o semântico e o pragmático. As correntes teóricas que tentam explicar esse fenômeno são inúmeras e embasadas em diferentes pressupostos. Entretanto, o aspecto da aquisição da linguagem ao qual desejo me referir é bem pontual: a criança não necessita de intervenção formal para adquirir uma língua, basta que haja o contato com falantes para que o processo se inicie, se desenvolva e se consolide ao longo de um curto período de contato com a língua falada no ambiente em que a criança cresce e se desenvolve.

---

24 Trabalho submetido à Revista Estudos da Língua(gem).

25 Unisc. Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Leitura e Cognição. Av. Independência, 2293, Bairro: Universitário, CEP: 96815-900, Santa Cruz do Sul - RS / Brasil. [cristianedc@unisc.br](mailto:cristianedc@unisc.br)

Entretanto, algo totalmente diferente acontece com a escrita. Não nascemos programados para escrever (do mesmo modo que nascemos programados para falar, conforme afirmam determinadas abordagens teóricas) e para que isso aconteça, passamos por um longo período de treinamento, que ultrapassa, em muitas vezes, os limites escolares: somos estimulados a escrever antes de frequentar a escola e continuamos a escrever quando deixamos a escola.

Tal processo não acontece do mesmo modo natural como se dá a aquisição da modalidade oral da língua. É preciso que várias barreiras sejam vencidas por meio de treinamento e intervenção escolar: o desenvolvimento da coordenação motora, a identificação da correlação fonema-grafema, a descoberta das fronteiras gráficas das palavras, o desenvolvimento da habilidade de transformar letras em palavras, palavras em frases e frases em discursos.

Embora existam inúmeras diferenças, há um aspecto que fala e escrita guardam em comum: a escrita, assim como a fala, visa a construir sentido. Neste trabalho, e nos demais trabalhos fruto do projeto de pesquisa “A escrita, a reescrita e a construção do sentido no discurso”, realizaremos reflexões a respeito do processo de escrita embasados na Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida por Oswald Ducrot e Marion Carel. Nestas páginas, especificamente, analisaremos resumos produzidos no âmbito acadêmico – um dos universos onde se requer o domínio da escrita e da leitura –, com diferentes objetivos.

Nossa proposta inicia-se com um conceito de resumo, trazido da Linguística Textual, seguido da apresentação do *modus operandi* da escrita de resumos. A seguir, apresentamos alguns conceitos da Teoria da Argumentação na Língua visando a responder às seguintes questões: qual critério utilizar para selecionar as ideias principais – e como identificar quais são as ideias principais do texto base? Nossa hipótese, baseada em Graeff (2006), é de que os blocos semânticos presentes no texto base, bem como os aspectos argumentativos assumidos pelo seu locutor, devem ser transpostos ao resumo, uma vez que um resumo visa a reproduzir o sentido – e não a forma – do objeto do resumo: o texto base. Trazemos a análise de um texto base e de um resumo produzido a partir dele, visando à verificação da nossa hipótese. Por fim, fazemos algumas considerações a respeito da escrita de resumos a partir do viés teórico escolhido para embasar este trabalho.

## **1. O conceito de resumo**

A capacidade de sintetizar acompanha nosso desenvolvimento linguístico e cognitivo e está presente desde a aquisição da linguagem. Quando criança, somos solicitados a relatar oralmente eventos de que participamos, conversas que tivemos, fatos do nosso cotidiano. Mais adultos, tal capacidade segue presente no uso oral da língua, entretanto, estende-se também para a modalidade escrita da linguagem, desta vez, ligada ao âmbito escolar.

Resumir usando a modalidade escrita da língua é uma atividade à qual os professores, em especial os do ensino superior, recorrem com objetivos diversos: verificar a capacidade de síntese, de compreensão e de produção de discurso por um aluno a respeito de determinado tema.

Alguns autores, especialmente embasados nos pressupostos da Linguística Textual e do Sociointeracionismo, trouxeram contribuições importantes a respeito desse gênero discursivo. É o caso, para ilustrar, de Matencio (2002), Silva e da Mata (2002), Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004) e Machado (2010). Para Matencio (2002), a escrita de um resumo é uma atividade de retextualização, processo pelo qual há a transformação de um texto em outro. Para a autora, existem aspectos característicos do gênero que orientam sua escrita: o universo por onde circula tal gênero (no caso deste trabalho, o acadêmico), os objetivos levados em consideração pelo autor do resumo ao produzi-lo, o propósito pelo qual tal texto foi escrito, dentre outros.

Já Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004), em obra destinada ao ensino da escrita de resumos, elencam, em várias seções, o passo a passo que deve ser seguido para se redigir um bom resumo. Para as autoras, além dos aspectos indispensáveis a qualquer texto para que seja considerado um bom texto, tais como a textualidade, a correção gramatical e a adequada escolha do léxico à situação acadêmica, a escrita de um bom resumo deve seguir os passos elencados a seguir.

### **1.1. A sumarização como um processo essencial para a produção de resumos**

O processo de sumarização das ideias presentes no texto é colocado pelas autoras como um processo mental, que ocorre durante a leitura e que é indispensável para a produção de resumos. Ele ocorre não apenas quando temos por objetivo a

produção de um resumo, mas sempre que realizamos uma leitura e é orientado por algumas regras, às quais Köche, Boff e Pavani (2009) denominam *apagamento*, *generalização* e *construção*. Segundo a primeira regra, há o apagamento de alguns conteúdos, como aqueles que podem ser inferidos a partir de nosso conhecimento de mundo, apagamento de exemplos, de justificativas de uma afirmação, de termos sinônimos ou explicativos, entre outros. Já a segunda e a terceira regras se assemelham, visto que sempre que há generalização há, também, construção. A aplicação dessas duas últimas regras acontece quando há a reformulação de informações através do uso de termos mais genéricos. Pela sumarização, é possível, portanto, iniciar o processo de seleção das informações do texto base que deverão constar no resumo.

Tal processo mental de sumarização, além de ser orientado pelas regras supracitadas, é também orientado pelos objetivos que o autor do resumo tem ao redigi-lo. Esses objetivos estão intimamente ligados à situação em que nos encontramos e que motiva a escrita do resumo. No caso do resumo acadêmico, o objetivo da produção do resumo é demonstrar ao professor, destinatário do texto, que houve a leitura e a compreensão de determinado texto. O professor já é conhecedor do texto base e de seu conteúdo, entretanto, é necessário que o resumo apresente as informações centrais do texto base, de modo que o docente seja capaz de avaliar se houve ou não a compreensão do texto. Isso significa que o resumo deve apresentar independência semântica e temática em relação ao texto do qual ele é fruto, que, a partir da leitura unicamente do resumo, sejamos capazes de apreender o sentido construído no texto base e o ponto de vista assumido pelo seu locutor.

## **1.2. A compreensão global do texto a ser resumido e a explicitação das relações entre as ideias do texto base**

A compreensão global do texto a ser resumido é uma etapa fundamental para que se possa escrever um bom resumo. Para Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004), auxiliam no processo de compreensão informações a respeito do autor, sua posição teórica e ideológica – fatores, portanto, extratextuais. Além desses, as autoras destacam a identificação das ideias que o autor coloca como sendo mais relevantes, buscando identificar a posição do autor, quais argumentos utiliza para sustentar sua tese ou refutar teses contrárias e qual questão é discutida no texto que deverá ser resumido.

Para se identificar tais aspectos, as autoras sugerem, além da pesquisa a respeito do autor e de palavras presentes no texto desconhecidas pelo leitor, uma leitura parágrafo a parágrafo a fim de identificar, em cada parte do texto, os conteúdos que deverão constar no resumo.

Tais ideias, posicionamentos, argumentos, uma vez identificados, deverão ser adequadamente relacionados pelo autor do resumo, respeitando as relações semânticas e argumentativas presentes no texto base através do uso adequado de operadores argumentativos. Isso porque o resumo, pelo fato de ser uma retextualização e não uma criação, não deve trazer informações que não constem no texto base, além de ser vetada a presença do posicionamento do autor do resumo. O uso dos operadores argumentativos, além de colaborar para a manutenção das relações empreendidas pelo autor do texto base no resumo, serve também para orientar o leitor na reconstrução dos sentidos quando da leitura do resumo.

### **1.3. Gerenciamento de vozes**

O gerenciamento de vozes e a menção ao autor do texto resumido é outro aspecto importante na construção de resumos. Isso porque o resumo é um texto construído a partir de outro – a retextualização, proposta por Marcuschi (2001) – e isso deve ficar claro para o leitor do resumo, para que este não tome como sendo do autor do resumo as ideias que, de fato, são do autor do texto base. Para isso, os procedimentos indicados são que, logo no início do resumo, seja feita a referência básica do texto base: que sejam mencionados o título do texto e o nome de seu autor. Além disso, procedimento semelhante deve ser realizado ao longo do resumo, quando da apresentação da questão central a ser discutida, da tese defendida pelo autor, bem como dos argumentos favoráveis ou contrários a ela. Esse procedimento pode ser realizado através de diferentes índices coesivos, como a menção ao nome completo do autor, seu sobrenome, através da referência ao papel atribuído a ele enquanto locutor produtor daquele texto.

O gerenciamento de vozes aparece no texto na medida em que o autor do resumo interpreta os vários tipos de atos realizados pelo autor do texto base. Tais atos não aparecem de modo explícito no texto a partir do qual será feito o resumo, mas requerem que o autor do resumo os interprete e os transponha para o novo texto. Os atos

realizados pelo autor do texto base vão desde argumentar em favor de determinada tese, definir determinado conceito, exemplificar, conceituar, descrever, classificar, caracterizar, acreditar, esclarecer ao leitor, discorrer, finalizar, entre outros.

O gerenciamento de vozes e a menção ao autor do texto base aparecem como uma espécie de descrição de ações: o autor do resumo descreve os atos realizados pelo autor do texto base e os relaciona aos conteúdos dele extraídos, respeitando a linearidade e a ordem em que as ideias são apresentadas.

Consideramos que o roteiro apresentado acima é, de fato, um excelente guia para o estudante universitário, em especial àquele que se encontra no início de sua vida acadêmica e começa a ter contato com gêneros cuja compreensão requer conhecimento teórico e familiaridade com o discurso que circula no meio universitário. Entretanto, do ponto de vista discursivo, restam ainda algumas questões, cuja resposta, parece-nos, não pode ser encontrada no roteiro sugerido: qual critério especificamente deve ser utilizado para a seleção das ideias principais – e como identificar quais são as ideias principais do texto base? É, de fato, possível que haja anulação total do ponto de vista do locutor que produz o resumo? Não seria a simples escolha vocabular e de ideias já algo subjetivo? Neste trabalho, buscaremos responder apenas à primeira das questões e, para isso, propomos uma reflexão a partir da Teoria da Argumentação na Língua, desenvolvida atualmente por Oswald Ducrot e Marion Carel.

## **2. Análise de resumos segundo a Teoria da Argumentação na Língua**

### **2.1. Da construção desta proposta**

Para os fins de realização deste estudo, foi escolhido um resumo<sup>26</sup> produzido por alunos de uma disciplina de Produção de Textos Acadêmicos partir de um texto base que lhes foi sugerido, do gênero artigo de opinião, denominado “Os pássaros, a canção e

---

26 Para este trabalho, foi escolhido um resumo a fim de ilustrar a hipótese que aqui desejamos verificar. Foram analisados, entretanto, outros resumos produzidos a partir do mesmo texto base, alguns considerados bons, tanto do ponto de vista da textualidade quanto da seleção das ideias, e outros não tão bons, analisados segundo esses mesmos critérios. Compõem, ainda, o corpus da pesquisa “A escrita, a reescrita e a construção do sentido no discurso”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado em Leitura e Cognição da Universidade de Santa Cruz Do Sul, resenhas críticas, textos das tipologias expositiva, argumentativa, descritiva, narrativa, além de notícia de jornal, notícia de rádio e propagandas.

a pressa”, de autoria de Roberto Pompeu de Toledo e publicado na Revista Veja edição 1371. O texto escolhido para a análise apresentada neste trabalho foi selecionado a partir das características propostas por Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004), acima mencionadas, como critérios a que devemos obedecer para escrever um bom resumo.

## **2.2. Alguns conceitos da ANL aplicados à análise de resumo**

A Teoria da Argumentação na Língua foi escolhida para fundamentar esta pesquisa uma vez que é capaz de oferecer respostas às questões acima mencionadas, que trazem subjacentes dois princípios: a questão da subjetividade e a questão da construção do sentido. Como neste trabalho abordaremos apenas duas das questões arroladas, os conceitos trazidos são aqueles necessários à análise e à discussão sobre a escrita de resumos como a transposição do sentido do texto base para o resumo.

Para compreendermos o modo como a ANL pode contribuir para elucidarmos as questões mencionadas acima, convém definir que tipo de estudo semântico tal teoria se propõe a fazer e quais são suas bases filosóficas.

A Teoria da Argumentação na Língua tem como objeto de estudo o sentido construído na e pela língua. Tal afirmação encontra base na própria denominação dada pelos autores à teoria, bem como no *slogan* frequentemente por eles utilizado, que afirma que *a argumentação está na língua*. Ser argumentativo, segundo a ANL, significa ter um sentido.

O estudo do significado como algo constitutivo da língua nasce, por um lado, como uma oposição à concepção tradicional de sentido, proposta por Karl Bühler (Ducrot, 1990b), segundo a qual a língua possuiria três indicações semânticas: as objetivas, as subjetivas e as intersubjetivas. Para Ducrot (1990b), apenas as duas últimas indicações semânticas são constitutivas do sentido construído pela língua, uma vez que esta não possui, segundo o autor, um componente objetivo. Por outro lado, a Semântica Argumentativa – também denominada Semântica Linguística – nasce ancorada no princípio saussuriano de *valor* (Ducrot, 1987a; Ducrot, 1990a; Ducrot, 2005a; Ducrot, 2006). Isso significa dizer que “um objeto só pode ser descrito em relação a outros objetos, e que não há, se tomarmos as palavras ao pé da letra, nenhum sentido em visualizá-lo ‘em si mesmo’” (Ducrot, 1987a:67). Para Ducrot, a ANL é uma aplicação

do estruturalismo saussuriano à semântica linguística, uma vez que considera que o significado de uma expressão encontra-se nas relações dessa expressão com outras expressões da língua (Ducrot, 2005a).

Atualmente, a ANL desenvolve-se em uma fase denominada Teoria dos Blocos Semânticos. Tal fase segue fiel ao valor linguístico herdado de Saussure e segue considerando que o sentido das palavras do discurso se define por meio das relações que se estabelecem com outras palavras, por meio daquilo que Carel e Ducrot (2005) denominam *encadeamento argumentativo*.

O encadeamento argumentativo é constituído pela relação entre dois segmentos, *X* e *Y*, expressa por um conector, que pode ser do tipo *portanto* ou *no entanto*. Da interdependência semântica entre os dois segmentos, nasce o que os autores denominam *bloco semântico*, ou seja, o sentido advindo especificamente da relação entre *X* e *Y*, ao qual subjazem os *aspectos argumentativos*. Os aspectos argumentativos são as diferentes faces de um bloco semântico, ou seja, de uma certa interdependência semântica entre os termos *X* e *Y* que tem como resultado a construção de um sentido – fazemos referência, aqui, ao conceito de *valor* trazido por Ducrot da obra saussuriana, que pressupõe relações entre elementos de mesma natureza (neste caso, portanto, os elementos são de natureza linguística). Tal bloco semântico pode tomar forma por diferentes combinações entre *X* e *Y*, além dos conectores *portanto* e *no entanto* e da negação.

Vejamos um breve exemplo. Se se diz que *Maria está feliz porque encontrou um emprego*, constrói-se a partir dos segmentos *X = encontrar emprego* e *Y = estar feliz* um bloco semântico que afirma que *a felicidade está ligada ao trabalho*, relação esta expressa pelo conector *portanto*. O aspecto argumentativo *encontrar um emprego DC*<sup>27</sup> *estar feliz* é apenas um dos modos de expressar o sentido do bloco. Existem outros, como *encontrar um emprego PT neg estar feliz*, ou *neg encontrar um emprego PT estar feliz* ou, ainda, *neg encontrar um emprego DC neg estar feliz*. Ao produzir o enunciado acima, assume-se apenas um desses aspectos, o aspecto argumentativo que representa o bloco semântico que o locutor quer dar a conhecer ao seu interlocutor.

A noção de bloco semântico e de encadeamento argumentativo é importante para nosso estudo na medida que, se considerarmos o resumo como um texto produzido a partir de outro, do qual deve conservar elementos básicos, como a questão central que é

---

27 DC e PT representam os conectores normativo *portanto* e transgressivo *no entanto*, respectivamente.

discutida, a tese defendida pelo autor do texto base e seus argumentos a ela favoráveis ou contrários, o resumo deve conter (ou espera-se que contenha) os mesmos blocos semânticos do texto base, inclusive a apresentação dos mesmos aspectos argumentativos assumidos pelo seu locutor.

Tais apontamentos foram realizados por Graeff (2006:127), para quem o resumo “ocorre pela seleção de apenas um discurso de cada encadeamento argumentativo em *donc* (portanto) ou *pourtant* (mesmo assim) associado ao bloco semântico que instaura o debate no texto”. Tal formulação significa que é necessário identificar qual é o aspecto argumentativo do bloco semântico que instaura a construção do sentido no discurso que o locutor quer dar a conhecer ao seu interlocutor, sendo que todos os demais enunciados, que representam a progressão temática no texto base, seriam desdobramentos do bloco semântico apresentado no início do debate. A identificação do(s) bloco(s) semântico(s) e dos aspectos argumentativos assumidos pelo locutor do texto base pode ser uma resposta a uma das questões acima colocadas a respeito da construção dos resumos: que critérios utilizar e como proceder para identificar quais são as principais ideias do texto base que deverão constar na construção do resumo.

Para ilustrarmos tal aspecto, trazemos o texto base e um dos resumos produzidos a partir dele.

### **2.2.1. Texto base**

#### **Os pássaros, a canção e a pressa**

*Considerações sobre a indústria da urgência e o caso de um brasileiro que escapou dela*

Roberto Pompeu de Toledo

Houve um tempo em que quem falava sozinho na rua era considerado louco. Hoje, nove casos em dez, trata-se do portador de um telefone celular, pessoa considerada normal. Esta observação, como já terá adivinhado o leitor, vem a propósito da morte desse grande brasileiro que foi Antônio Carlos Jobim, mas vamos por partes, começando por um retrospecto do que tem sido a aventura humana neste século.

A aceleração do tempo é uma das características do século XX, talvez a principal delas. As coisas chegam e vão embora com impressionante rapidez. Flâmula – quem se lembra desse objeto? Nos anos 50 e 60, não havia quarto de rapaz que não

fosse decorado com flâmulas – espécie de bandeira triangular homenageando clubes ou universidades, cidades ou países. As flâmulas chegaram, fizeram grande sucesso e foram embora. O bambolê teve a mesma sorte.

O século XX viu nascer e morrer o long-playing, o comunismo, o Zeppelin, Che Guevara, a admiração por Che Guevara, John Kennedy, a admiração por John Kennedy, o charleston, o musical de Hollywood, a Iugoslávia, o radinho de pilha, os hippies, os yuppies, o bonde elétrico, o Concorde, as viagens espaciais tripuladas, o surrealismo, o gramofone, a vitrola de alta fidelidade (“hi-fi”), o hidroavião, o concretismo, o disco de 78 rotações e a União Soviética. Algumas invenções pareciam irremediavelmente destinadas à obsolescência quando experimentaram um espetacular retorno. Exemplo: camisinha. Outras pareciam destinadas a um espetacular retorno quando experimentaram o fracasso. Exemplo: o Cometa de Halley, que fez enorme sucesso em 1910 e falhou em 1986.

Pode-se alegar que em outros séculos também houve costumes, tecnologias e cometas de vida breve. Não como no século XX, nem em quantidade nem em velocidade. No curto espaço de cinquenta, sessenta ou setenta anos, passou-se do *14-Bis* ao Boeing 747, da Maria fumaça ao Trem-bala, da navalha ao aparelho Gillete Sensor, do cinema mudo ao vídeo laser, do lampião de gás ao forno de micro-ondas. Como resultado, a própria velocidade do tempo passou a ser um valor em si. Se as coisas não andam depressa, ficam aborrecidas. Parar é chatear-se, e lá vamos nós: ganância do tempo, a gula de digeri-lo, o consumo compulsivo dessa substância sem cor nem cheiro chamada tempo passou a ser a mais invencível dependência do período, a droga mais mortal. Esta é a hora dos excitados.

Nesse processo, uma das criações mais características do século foi a indústria da urgência. É preciso correr atrás do tempo. Ou correr na frente, melhor ainda. Chegar antes dele, fazer uma hora em menos de uma hora, eis o ideal. Quem não consegue capota, está fora do ritmo, fora de seu tempo, e pronto – com isso chegamos ao telefone celular. Ele é a culminância apoteótica da indústria da urgência que caracteriza estes nossos anos. Contabilize o leitor com rigor científico: quantas vezes deu na vida, ou recebeu, um telefonema realmente urgente? Algo que não pudesse esperar meia hora, até o próximo orelhão? Comunicados realmente urgentes não são um acontecimento cotidiano. A rigor, ao longo de uma vida, talvez não sejam dois ou três – excetuando o caso dos médicos, que já têm bip e não precisam de telefone celular.

E, no entanto, os celulares se multiplicam como saúvas, brotam como capim. Centenas deles, milhares, entram em circulação a cada dia. As pessoas na rua portam o aparelhinho como se fosse uma nova peça do vestuário, ou um novo complemento, como o guarda-chuva ainda que mal comparando, pois o guarda-chuva, em sua silenciosa dignidade, não toca, não fala nem é histérico como o telefone celular. De repente, um monte de gente percebeu que tem pressa, não pode esperar, que é urgente chamar, é urgente ser chamado, é urgente, é urgente, é tudo tão urgente...

Antônio Carlos Jobim não tinha nada a ver com isso, e é por isso que é lembrado nestas linhas. Era um homem de vagares. Gostava de passarinhos, árvores, canções e poesia, quatro produtos fora do alcance da indústria da urgência. Ele andou na contramão da mistificação da pressa que se abateu sobre as vidas da esmagadora maioria de seus contemporâneos. E porque tinha uma outra percepção do tempo conseguiu, mesmo num território do efêmero como da música popular, deixar uma obra que o ultrapassa, em duração. (Veja, ed.1371, p.150)

### **2.2.1.1. Análise semântica do texto base**

O texto base escolhido para a escrita do resumo está constituído por sete parágrafos. O locutor inicia seu texto, no primeiro parágrafo, usando de uma exemplificação a respeito do tema sobre o qual será instaurado o debate: a aceleração do tempo. O exemplo sobre o uso do telefone celular e a lembrança da morte de Antônio Carlos Jobim são dois temas que, aparentemente, no início do texto de Toledo, parecem não ter conexão entre si, entretanto, a aparente desconexão desfaz-se à medida que o texto progride semanticamente.

No segundo parágrafo, é possível identificar qual é o tema do texto, ou seja, qual é o bloco semântico a partir do qual o locutor desenvolverá sua argumentação, e qual é o aspecto argumentativo assumido por ele. Tal bloco semântico, como afirmado acima, nasce da interdependência de dois segmentos relacionados por um conector, seja do tipo normativo, seja do tipo transgressivo. O enunciado que apresenta a temática sobre a qual o locutor argumentará é *A aceleração do tempo é uma das características do século XX, talvez a principal delas. As coisas chegam e vão embora com impressionante rapidez*, do qual identificamos os seguintes segmentos:

X = aceleração do tempo;

Y = fugacidade das coisas

Os segmentos encontram-se relacionados por um conector do tipo *portanto*, formando o aspecto argumentativo que o locutor assume *aceleração do tempo DC fugacidade das coisas*. Além desse aspecto, outros três são constitutivos do bloco semântico em questão, quais sejam: *neg aceleração do tempo DC neg fugacidade das coisas*; *neg aceleração do tempo PT fugacidade das coisas*; *aceleração do tempo PT neg fugacidade das coisas*. Tais aspectos são elencados paradigmaticamente, uma vez que são fruto da interdependência semântica ente os segmentos X e Y, entretanto, não são assumidos, nesse momento inicial, pelo locutor do texto base. Segundo a análise desenvolvida através dos pressupostos da TBS, o aspecto do bloco semântico assumido pelo locutor, que instaura o debate argumentativo no texto base, é *aceleração do tempo DC fugacidade das coisas*. É a partir deste aspecto que o tema é desenvolvido e é este aspecto que deve constar nos resumos produzidos a partir do texto base.

Os parágrafos três e quatro apresentam desdobramentos desse bloco semântico, nos quais há a especificação de quais são os eventos considerados fugazes pelo locutor: o bambolê, a flâmula, o *14 Bis*, a Maria fumaça, entre outros. Os desdobramentos podem ser expressos por encadeamentos argumentativos, que apresentam particularidades relativamente ao aspecto argumentativo.<sup>28</sup> Elencamos alguns encadeamentos argumentativos construídos com base no aspecto argumentativo acima mencionado: *O tempo anda depressa, portanto tecnologias aparecem e vão embora*; *O tempo anda depressa, por isso traz e leva objetos e costumes*, etc.

Entretanto, o discurso construído por Toledo não se limita a apresentar encadeamentos argumentativos que particularizam o sentido do bloco semântico. Ao final do quarto parágrafo, há a criação de uma nova interdependência semântica entre o segmento X *aceleração do tempo* com um novo segmento Y *criação da indústria da urgência*, que dá origem a um novo bloco semântico, cujo aspecto assumido pelo locutor é *aceleração do tempo DC criação da indústria da urgência*. Os parágrafos cinco e seis apresentam-se como desdobramentos argumentativos deste bloco semântico, uma vez que há a especificação de qual objeto simboliza a indústria da urgência: o telefone celular. Tais desdobramentos, mais uma vez, podem ser expressos por encadeamentos argumentativos, exemplo: *O tempo anda depressa, portanto precisamos contatar os outros urgentemente*.

---

28 Para mais detalhes sobre a relação entre aspecto argumentativo e encadeamento argumentativo, recomendamos a leitura de Carel (2011).

Já no último parágrafo, a relação tecida no início do discurso ente o telefone celular e o músico brasileiro Antônio Carlos Jobim torna-se, então, clara para o leitor: o locutor do discurso apresenta um novo aspecto argumentativo do bloco semântico que instaura o debate inicial. O aspecto que agora o locutor assume é *aceleração do tempo PT neg fugacidade das coisas*, transgressivo ao aspecto *aceleração do tempo DC fugacidade das coisas*, apresentado no início do seu discurso. Antônio Carlos Jobim seria, para o locutor do texto, uma exceção a todas as demais coisas por ele apresentadas e, por essa razão, caracterizar-se-ia como uma transgressão à norma – norma esta construída discursivamente pela explicitação da relação entre os segmentos X *aceleração do tempo* e Y *fugacidade das coisas* através do uso do conector *no entanto* aliado à negação.

Os dois blocos semânticos apresentados no texto, bem como os aspectos assumidos pelo locutor ao longo do seu desenvolvimento, devem ser selecionados pelo locutor autor do resumo para compor seu discurso, aos quais podem ser acrescentados outros elementos, como a exemplificação de quais eventos são fugazes e do que se trata exatamente a indústria da urgência, ou seja, os encadeamentos argumentativos arrolados acima. Sentidos não relacionados aos blocos semânticos apresentados pelo locutor do texto base não devem compor o sentido construído pelo autor do resumo.

Vejamos como essa hipótese se dá na prática.

### **2.2.2. Resumo**

#### **Os pássaros, a canção e a pressa**

Roberto Pompeu de Toledo inicia seu texto “Os pássaros, a canção e a pressa” afirmando que a aceleração do tempo é uma das características mais marcantes do século XX. Segundo o autor, nessa época as coisas chegavam e iam embora com impressionante rapidez. Para exemplificar sua afirmação, ele pergunta ao leitor se se lembra das Flâmulas, as quais faziam parte da decoração de quartos de rapazes nos anos 50 e 60, e que se tornaram obsoletas. Além disso, o escritor elenca algumas invenções humanas no século XX, a fim de demonstrar como as coisas se desenvolveram rapidamente ao passar desse século. Ao argumentar sobre isso, Pompeu observa que “a própria velocidade do tempo passou a ter um valor em si”, e que o desejo de consumo compulsivo dele além do aborrecimento à inércia temporal, construíram dependências

invencíveis no período. Dessas dependências surge, de acordo com o autor, a indústria da urgência, cuja mais importante criação foi o celular. Ao criticar a emergência verdadeira desse aparelho, o escritor questiona os leitores quantas vezes já receberam ou fizeram ligações realmente urgentes em suas vidas; o que ele mesmo responde, ao dizer que essas tais ligações são exceções na vida cotidiana. Dessa observação, o autor coloca a questão de que, para as pessoas, tudo se tornou urgente, e, por isso, elas passam a ter pressa, não podem esperar. Por fim, o escritor utiliza Antônio Carlos Jobim como imagem de serenidade em relação à vida. O compositor, para Pompeu, foi de encontro à pressa e à percepção de tempo dos seus contemporâneos, o que, ainda segundo o autor, favoreceu a marcar seu nome na música popular brasileira.

### **2.2.2.1. Análise semântica do Resumo**

Nosso objetivo, nesta análise, é apenas levar em consideração a questão que norteou esta pesquisa, ou seja, a busca por critérios que orientem a seleção das ideias do texto base que deverão compor o resumo. Por isso, não nos deteremos na análise das categorias propostas por Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004) nos resumos escolhidos, apenas as utilizamos como ponto de partida para a seleção do *corpus* para análise.

Nesse resumo, é possível perceber que o bloco semântico *a aceleração do tempo torna as coisas fugazes*, apresentado pelo locutor do texto base no início do seu discurso é também usado pelo locutor do resumo como introdutor do seu texto, no enunciado que recortamos: *Roberto Pompeu de Toledo inicia seu texto “Os pássaros, a canção e a pressa” afirmando que a aceleração do tempo é uma das características mais marcantes do século XX. Segundo o autor, nessa época as coisas chegavam e iam embora com impressionante rapidez.* Nesse trecho selecionado, o aspecto argumentativo assumido pelo locutor do resumo é *aceleração do tempo DC fugacidade das coisas*, tal como o faz o locutor do texto base.

A seguir, o locutor do resumo menciona, de modo abrangente, coisas consideradas fugazes graças à velocidade do tempo, que foram representadas, na análise do texto base, pelos encadeamentos argumentativos, que apresentam particularidades em relação aos aspectos argumentativos. Ainda na sequência, através do enunciado *Pompeu observa que “a própria velocidade do tempo passou a ter um valor em si”, e*

que o desejo de consumo compulsivo dele além do aborrecimento à inércia temporal, construíram dependências invencíveis no período. Dessas dependências surge, de acordo com o autor, a indústria da urgência, o locutor do resumo apresenta o segundo bloco semântico presente no texto-base, resultado da interdependência do segmento X *aceleração do tempo* com o segmento Y *criação da indústria da urgência*, relacionados pelo conector *portanto*, cujo resultado é *aceleração do tempo DC criação da indústria da urgência*. Cabe ressaltar aqui que o aspecto argumentativo do bloco semântico que instaura o debate no discurso assumido pelo locutor do resumo é o mesmo assumido pelo locutor do texto base.

Ao final do seu resumo, o locutor, no enunciado *O compositor, para Pompeu, foi de encontro à pressa e à percepção de tempo dos seus contemporâneos, o que, ainda segundo o autor, favoreceu a marcar seu nome na música popular brasileira*, introduz o aspecto transgressivo *aceleração do tempo PT neg fugacidade das coisas* em relação ao aspecto normativo que introduz a temática *aceleração do tempo DC fugacidade das coisas*, tal como o fez o autor do texto base.

### **3. Para finalizar**

A partir desta breve análise do texto base e de um resumo produzido a partir dele, podemos realizar algumas reflexões conclusivas. Inicialmente, propomos uma resposta às perguntas formuladas ao final da primeira seção: qual critério utilizar para selecionar as ideias principais e como identificar quais são as ideias principais do texto base? Começemos pela primeira pergunta do par.

A proposta de Machado, Lousada e Abreu-Tardelli (2004) é interessante e bastante frutífera no ensino da escrita de resumos. Entretanto, a alternativa oferecida pelas autoras para a seleção das ideias principais do texto, qual seja, o processo de sumarização, segundo nosso ponto de vista, analisa o texto em sua microestrutura, tendo em vista que orienta para procedimentos de reestruturação frasal a partir da exclusão de exemplos, descrições e justificativas, procedimento este que está embasado no conhecimento de mundo do leitor e futuro autor do resumo. Ora, segundo o viés analítico escolhido por nós, a construção do sentido – e aqui falamos da (re)construção do sentido no resumo – deve basear-se em critérios que orientem a seleção das ideias segundo um modo mais objetivo. O conhecimento de mundo é bastante variável de um

indivíduo para o outro, o que pode gerar resultados distintos de uma produção para outra, uma vez que cada leitor-locutor partirá do seu conhecimento para sumarizar as ideias contidas no discurso a partir do qual será produzido o resumo.

Acreditamos que a proposta aqui apresentada pode ser mais eficaz, tendo em vista que analisa o sentido construído pelas relações que são estabelecidas linguisticamente. Segundo essa proposta, o critério a ser utilizado pelo autor do resumo para selecionar os sentidos do texto base que deverão ser transpostos para o resumo seria a identificação dos blocos semânticos apresentados pelo locutor do texto a ser resumido. Esse critério, além de parecer-nos mais objetivo, pois parte daquilo que é dito no texto e não do conhecimento de mundo de um indivíduo, levaria em conta questões discursivas e semânticas, visto que o objetivo de um resumo, como apontamos no início deste trabalho, é reproduzir o sentido, e não a forma.

Com relação à segunda pergunta proposta, as ideias que deverão ser selecionadas a partir do texto base pelo autor do resumo devem ser os aspectos argumentativos dos blocos semânticos assumidos pelo locutor do texto base. Como vimos, um bloco semântico, resultado da interdependência semântica entre dois segmentos, possui várias formas de materializar-se discursivamente, através dos aspectos argumentativos. Um locutor poderá manter relações diferentes com esses aspectos argumentativos, assumindo um, concordando com outros ou rejeitando outros. Para a escrita de um resumo, é preciso que esses dois passos sejam observados – identificação dos blocos semânticos apresentados no discurso e identificação dos aspectos argumentativos assumidos pelo locutor – assim, uma das características que definem um bom resumo, a “fidelidade” ao texto base, estaria presente.

Tendo em vista as reflexões apontadas acima e o contínuo aprendizado da escrita, acreditamos que a ANL pode ser um bom subsídio para o ensino da escrita, não apenas de resumos acadêmicos, como também de outros gêneros, uma vez que seu objetivo é explicar como se dá a construção do sentido através da língua. O que nos parece é que sempre que escrevemos (ou falamos) nosso objetivo é transmitir determinado sentido e dar a conhecer nosso ponto de vista a respeito daquilo sobre o que falamos. Isso é ser argumentativo. A ANL, especialmente por estar ancorada em pressupostos saussurianos, pode constituir-se como uma ferramenta para o ensino da escrita, já que pressupõe que o sentido se constrói pela relação entre as palavras e entre frases – tratando-se, portanto, do embrião do discurso.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carel, Marion. 2011. *L'entrelacement argumentatif* : lexique, discours et blocs sémantiques. Paris: Honoré Champion.

Carel, Marion; Ducrot, Oswald. 2005. *La semántica argumentativa*: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue.

Ducrot, Oswald. 1987. Estruturalismo, Enunciação, Semântica. In.: Ducrot, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, p. 63-88.

Ducrot, Oswald. 1990a. Anexo. In.: Ducrot, Oswald. *Polifonía y argumentación*: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Feriva, p. 173-190.

Ducrot, Oswald. 1990b. Primera conferencia. In.: Ducrot, Oswald. *Polifonía y argumentación*: conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Feriva, p.49-64.

Ducrot, Oswald. 2005. Introducción. In.: Carel, Marion; Ducrot, Oswald. *La semántica argumentativa*: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, p. 11-25.

Ducrot, Oswald. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? Saussures, Louis de. 2006. *Nouveaux regards sur Saussure* : Mélanges offerts à René Amacker. Genève: Droz, p. 153-170.

Graeff, Telisa F. 2006. Resumo de texto: hierarquização de blocos semânticos e seleção de encadeamentos. In.: Barbisan, Leci B. *A construção do sentido no discurso*. Cadernos de Pesquisas em Linguística. Porto Alegre, v. 2, n. 1, pp. 125-134, novembro de 2006.

Köche, Vanilda S.; Boff, Odete M. B.; Pavani, Cinara F. 2006. *Prática textual*: atividades de leitura e escrita. 6ª ed. Petrópolis: Vozes.

Machado, Anna R.; Lousada, Eliane; Abreu-Tardelli, Lília S. 2004. *Resumo*. São Paulo: Parábola Editorial.

Machado, Anna R. 2010. Revisitando o conceito de resumos. In: Dionisio, Angela P.; Machado, Anna R.; Bezerra, Maria A (Orgs.). *Gêneros Textuais e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial.

Marcuschi, Luiz A. 2001. *Da fala para a escrita*: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez.

Matencio, Maria de L. M. 2002. Atividades de (re)textualização em práticas acadêmicas: um estudo do resumo. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2º sem., p. 109-122.

Silva, Jane Q. G.; Da Mata, Maria A. 2002. Proposta tipológica de resumos: um estudo exploratório das práticas de ensino da leitura e da produção de textos acadêmicos. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, 2º sem., p. 123-133.

Toledo, Roberto O. Os pássaros, a canção e a pressa. *Revista Veja*, edição 1371.